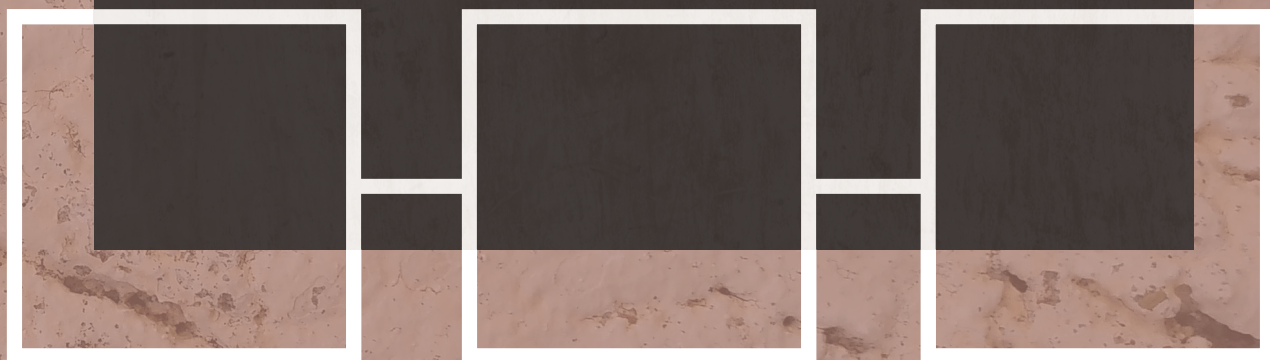


GRAMÁTICAS DA FORMA COMO INSTRUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DA IMAGEM PATRIMONIAL

Aljezur: de uma linguagem vernacular
à materialização contemporânea



RÚBEN JOÃO RODRIGUES CASTRO
(Licenciado em Estudos arquitetónicos)

Projeto final para a obtenção do grau de mestre em arquitetura

DOCUMENTO DEFINITIVO

Orientadores científicos:

Professor Doutor José Nuno Dinis Cabral Beirão

Professora Doutora Maria João de Mendonça e Costa Pereira Neto

FA Ulisboa, Lisboa, Junho de 2018



**GRAMÁTICAS DA FORMA
COMO INSTRUMENTO PARA
A PRESERVAÇÃO DA IMAGEM
PATRIMONIAL
Aljezur: de uma linguagem
vernacular à materialização
contemporânea**

Rúben João Rodrigues Castro
(Licenciado)

Orientadores científicos:
Professor Doutor José Nuno Beirão
Professora Doutora Maria João Neto

Documento definitivo

Lisboa, Junho de 2018

Não podia começar sem antes agradecer honestamente ao coletivo de pessoas que acompanharam o meu percurso.

Obrigado professor José Nuno Beirão, mentor e voz crítica nos momentos de trabalho e reflexão, que me fez ver a arquitetura com outros olhos. Obrigado professora Maria João Neto, pela partilha dessa sua paixão pela terra em que cresceu, e pelos diversos contactos que me disponibilizou.

Obrigado Dona Adélia, Sr. António Rosa e D. Fernanda, por me darem a conhecer a vossa terra, de forma singela, mas carregada de saudades do passado. Obrigado à Câmara Municipal de Aljezur, na pessoa do arquiteto Filipe Almeida e do geógrafo Jorge Duarte, bem como à Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, na pessoa do Sr. Marreiros, pelas informações que me forneceram. Obrigado à Dra. Cleonice Duarte e à sua mãe, Dona Cleonice Fogaça, pelas conversas à beira mar, de Aljezur doutros tempos, e por me terem aberto a porta de vossa casa.

Obrigado Mãe, Pai, Avó, Avô, Mana, Ricardo, António, Nela, Pedro e Sr. Neves pela força que depositaram em mim, e por terem feito de mim a pessoa que sou.
Obrigado Daniela por seres uma nova alegria na minha vida.

Obrigado Susana por tudo o que passámos, e por estares sempre lá para mim.
Obrigado Mariana por seres um ombro amigo com quem posso contar.
Obrigado Pedro pelas conversas em que me pões a pensar.
Obrigado David e Gonçalo por me terem sempre ajudado nas boas e nas más alturas.
Obrigado Rui, por acreditares em mim.

Obrigado a todos os que fizeram parte deste período da minha vida, e que me acompanharam neste momento de crescimento e conhecimento pessoal.

PALAVRAS-CHAVE

Aljezur | Gramáticas da forma | Vernacular | Património

RESUMO

Neste projeto tentamos utilizar as gramáticas da forma como uma ferramenta para o entendimento do património vernacular aljezurense, e a posterior utilização das mesmas para a reabilitação e crescimento sustentáveis da vila de Aljezur.

Para tal é identificada uma gramática da situação existente, e a partir da qual posteriormente desenvolvemos duas gramáticas aptas à reabilitação de pré-existências e à construção de novas habitações.

Propomo-nos a desenvolver assim um conjunto de recomendações para um eventual plano de salvaguarda, que proteja e permita o desenvolvimento da vila de Aljezur enquanto aglomerado em crescimento.

TÍTULO:

Gramáticas da forma como instrumento para a salvaguarda da imagem patrimonial

SUB-TÍTULO:

Aljezur: de uma linguagem vernacular à materialização contemporânea

NOME:

Rúben João Rodrigues Castro

ORIENTADORES CIENTÍFICOS:

Professor Doutor José Nuno Beirão

Professora Doutora Maria João Neto

Mestrado integrado em arquitectura

Lisboa, Junho de 2018

KEYWORDS

Aljezur | Shape grammars | Vernacular | Heritage

ABSTRACT

In this project we use the concept of shape grammars as a tool to understand Aljezur's vernacular heritage, and the subsequent use of it for the sustainable rehabilitation and growth of Aljezur.

First we identify a grammar for the current situation, and then, from this one develop two other grammars suitable for the rehabilitation of pre-existences and the construction of new houses.

We propose to develop a set of recommendations for a possible safeguard plan, which will protect and allow the development of the village of Aljezur as a growing agglomeration.

TITLE:

Shape grammars as an instrument for the safeguard of the heritage image

SUBTITLE:

Aljezur: from a vernacular language to a contemporary materialization

NAME:

Rúben João Rodrigues Castro

MAIN ADVISORS:

Professor Doutor José Nuno
Beirão

Professora Doutora Maria João
Neto

Integrated master in architecture

Lisbon, June 2018

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
Objetivos	4
Questões de trabalho	5
Metodologia	6
2. PATRIMÓNIO COMO IDENTIDADE OU IDENTIDADE COMO PATRIMÓNIO	9
<i>A salvaguarda como solução</i>	
O espaço humanizado e a sua relação com o património	10
O património e a salvaguarda	11
Conjuntos arquitetónicos como objeto a preservar	15
O plano de pormenor de salvaguarda como instrumento de reabilitação territorial	17
3. ALJEZUR	19
<i>Entre o mar e a serra</i>	
Análise do território	20
Geografia	20
Clima	22
Hidrografia	24
Aljezur na história	25
Primeiras ocupações	25
O período islâmico e a reconquista	26
Os dois forais e os descobrimentos	28
O terramoto de 1755	29
Os nossos dias	31
Demografia e aspetos sociais	36
População residente	36
População residente estrangeira	37
Movimentos migratórios no território	38
População ativa e emprego	39
Aljezur - Uma análise urbana	40
Estrutura física e topográfica	40
Levantamentos	43
Análises SWOT	54

XIV	Aljezur - Uma análise arquitetónica	57
	Uma marco-estratégia para a Vila de Aljezur	60
	Intervenções de baixo custo	61
	Intervenções de médio custo	62
	Intervenções de alto custo	64
	4. GRAMÁTICAS DA FORMA	
	Como instrumento de análise e projeto	69
	O que são?	70
	Aplicações práticas na discussão sobre arquitetura - A gramática Palladiana	75
	Uma gramática vernacular	78
	Uma gramática de preservação	96
	Uma gramática contemporânea de génese vernacular	106
	5. COMPONENTE PROJETUAL	115
	Uma gramática para preservar	116
	A casa branca	116
	A casa poligonal	124
	Uma gramática para crescer	131
	Plano de pormenor para a Igreja nova	131
	A casa diafragmática	135
	A casa-pátio	142
	Materialização das habitações	147
	6. RECOMENDAÇÕES PARA UM EVENTUAL PLANO DE SALVAGUARDA	149
	Quadro-síntese	153
	7. DISPOSIÇÕES FINAIS	155
	8. BIBLIOGRAFIA	157
	9. ANEXOS	163
	Anexo I Glossário para um melhor entendimento das gramáticas da forma	164
	Anexo II Levantamento dimensional de vãos em Aljezur	170
	Anexo III Folha-tipo para os levantamentos efetuados	171
	Anexo IV Folha síntese	172
	Anexo IV Fotografias de maquetas	174
	Anexo V Painéis de apresentação	177

Imagem capa

Fotografia do autor

Património como identidade ou identidade como património: A salvaguarda como solução

Fotografia do autor

Fig. 1. Castelo de Aljezur, década de 50 do séc.XX

Fotografia de Artur Pastor

In, <http://arturpastor.tumblr.com/post/171490934363/s%C3%A9rie-as-publica%C3%A7%C3%B5es-de-artur-pastor-%C3%A1lbum>

Fig. 2. Castelo de Aljezur, 2017

Fotografia do autor

Fig. 3. Agricultor na várzea de Aljezur, início do século XX

Fotografia cedida pela ADPA

Fig. 4. Fabrico de aguardente de poejo, início do século XX

Fotografia cedida pela ADPA

Fig. 5. Lavadeiras na ribeira de Aljezur, 1908

Fotografia cedida pela ADPA

Fig. 6. Marco de água da rua das cabeças, 1963

Fotografia cedida pela ADPA

Fig. 7. Igreja da Misericórdia, século XVI

Fotografia do autor

Fig. 8. Aglomerado da Vila Velha (cabeças), visto da EN120

Fotografia do autor

Fig. 9. Ribat da Arrifana

in, <https://webapp.algarvefantastic.com/en/listings/307255-ribat-de-arrifana-archeological-site-aljezur>

Fig. 10. Aljezur, pintura a óleo, Maluda, 1973

in, Maluda, Exposição; Galeria Dinastia, 1978, Lisboa

Aljezur: Entre o mar e a serra

Fotografia do autor

Fig. 11. Localização de Aljezur no território português

Elaborado pelo autor

Fig. 12. sub-regiões algarvias

in, Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. Arquitectura Popular em Portugal. Vol. 6. 6 vols. Lisboa: Ordem dos Arquitectos

Fig. 13. Lado oeste do cerro de Aljezur.

Fotografia do autor

Fig. 14. Aljezur, ao final da tarde

Fotografia do autor

Fig. 15. Vista para o castelo de Aljezur, meio-dia

Fotografia do autor

Fig. 16. Panorâmica de Aljezur, ao final da tarde

Fotografia do autor

Fig. 17. Ribeira de Aljezur

Fotografia do autor

Fig. 18. Ponte Romana em Aljezur, início do séc.XX

Fotografia cedida pela ADPA

Fig. 19. Ponte Romana em Aljezur, início do séc.XX

Fotografia cedida pela ADPA

Fig. 20. Castelo de Aljezur, datado do período árabe

Fotografia do autor

Fig. 21. Foral de D. Manuel I, século XVI

in, MARTINS, José António de Jesus; Os 500 anos dos forais novos ou manuelinos do Reino do Algarve de 1504; Faro, 2004, p. 28

Fig. 22. D. Francisco Gomes de Avelar, com o alçado da igreja matriz de Aljezur nas mãos

in, AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur nº6. p.293

Fig. 23. Igreja Nova, Aljezur, anos 50 do séc.XX

Fotografia cedida pela ADPA

Fig. 24. Mercearia da ponte

In, RODRIGUES, Elisabete. 2012. "Demolição do edifício da Mercearia da Ponte causa polémica em Aljezur." Sul Informação, 12 de Outubro

Fig. 25. Cerro de Aljezur, e elementos delimitadores do espaço (linha de cumeeira e ribeira)

Elaborado pelo autor

Fig. 26. Desenho irregular das ruas

Fotografia do autor

Fig. 27. Adaptação à topografia

Fotografia do autor

Fig. 28. Encontro de duas ruas

Fotografia do autor

Fig. 29. Inflexões

Fotografia do autor

Fig. 30. Adaptação à topografia

Fotografia do autor

Fig. 31. Enquadramento de zonas

Elaborado pelo autor

Fig. 32. Análise estrutura viária

Elaborado pelo autor

Fig. 33. Análise edificado

Elaborado pelo autor

Fig. 34. Análise estado de conservação

Elaborado pelo autor

Fig. 35. Análise interesse vernacular

Elaborado pelo autor

Fig. 36. Análise número de pisos

Elaborado pelo autor

Fig. 37. EN120 com carácter urbano é perigosa ao nível do peão

Fotografia do autor

Fig. 38. Ribeira de Aljezur assoreada devido à falta de limpeza

Fotografia do autor

Fig. 39. Imagem de conjunto da Igreja Nova perturbada devido a morfologias excepcionais

Fotografia do autor

Fig. 40. Perturbação da imagem vernacular devido à utilização de materiais que não respeitam a imagem de conjunto

Fotografia do autor

Fig. 41. Várias habitações encontram-se em estado devoluto

Fotografia do autor

Fig. 42. Carácter megalómano das vias na Igreja Nova

Fotografia do autor

Fig. 43. Imagem de conjunto degoladouro

Fotografia do autor

Fig. 44. Habitação vernacular e a sua implantação própria

Fotografia do autor

Fig. 45. Habitação vernacular com apenas uma água

Fotografia do autor

Fig. 46. A cobertura adapta-se ao declive do terreno

Fotografia do autor

Fig. 47. Cal aplicada sobre pedra

Fotografia do autor

Fig. 48. Pormenor de taipa à vista

Fotografia do autor

Fig. 49. Parede em taipa com embasamento em pedra

Fotografia do autor

Fig. 50. A caiação como tarefa doméstica

Fotografia de Artur Pastor

In, <http://arturpastor.tumblr.com/post/171490934363/s%C3%A9rie-as-publica%C3%A7%C3%B5es-de-artur-pastor-%C3%A1lbum>

Melhoria da sinalética

Alex Tai_ in, The noun project

Expansão da zona especial de proteção do castelo de Aljezur

Ralf Schmitzer_ in, The noun project

Limpeza da ribeira de Aljezur

Glyph.Faisalovers_ in, The noun project

Repavimentação da Vila

Royyan Razka_ in, The noun project

Construção de estacionamento na envolvente do mercado de Aljezur

Yeong Rong Kim_ in, The noun project

Reaproveitamento do castelo como área vivida

PxLens_ in, The noun project

Criação do “parque arqueológico”

Corpus Deliciti e Ricardo Cardoso_ in, The noun project

Reabilitação do largo do mercado na Igreja nova de Aljezur

Arif Fajar Yulianto_ in, The noun project

Criação de uma solução de apoio camarário à reabilitação dos edifícios de carácter vernacular de iniciativa privada

Tokka Elkholy_ in, The noun project

Reabilitação da envolvente da ribeira

Chanut is industries_ in, The noun project

XVIII Polo de usos mistos na Igreja Nova

Adrien Coquet, SBTS e LAFS _ in, The noun project

Criação de um centro intergeracional

Gan Khoon Lay_ in, The noun project

Aplicação da alteração à variante N120 de Aljezur

Björn Andresson _ in, The noun project

Expansão da área habitacional na Igreja Nova de Aljezur

Lastspark _ in, The noun project

Reabilitação do antigo centro de saúde como a nova sede da ADPA

Lastspark e Priyanka_ in, The noun project

Reorganização da área industrial de Aljezur

Orin Zuu e Dinosoft Labs _ in, The noun project

Gramáticas da forma como instrumento de análise e projeto

Fotografia do autor

Fig. 51. Forma inicial

Esquema de T.W. Knight

In, http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/frameset_introduction.htm

Fig. 52. Regras A e B

Esquema de T.W. Knight

In, http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/frameset_introduction.htm

Fig. 53. Aplicação das regras à forma inicial - sequência A,B,A,B,B.

Esquema de T.W. Knight

In, http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/frameset_introduction.htm

Fig. 54. Aplicação das regras à forma inicial - sequência A,B,A,A,B.

Esquema de T.W. Knight

In, http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/frameset_introduction.htm

Fig. 55. Villa Saraceno, 1548, Vicenza, Itália

In, https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Saraceno

Fig. 56. Villa Barbaro, 1560, Maser, Itália

In, https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Maser

Fig. 57. Villa Badoer, 1556, Vicenza, Itália

In, https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Badoer

Fig. 58. Desenhos rigorosos Villa Rotonda, presente nos I quattro libri dell'architettura

In, https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Rotonda

Fig. 59. Layout de compartimentos Villa Malcontenta

In, STINY, George, e William J. MITCHELL. 11. "The Palladian Grammar." *Environment and Planning B*, 1978 de Abril: 5-18

Fig. 60. Habitação tradicional

Fotografia do autor

Fig. 61. Habitação tradicional elevada

Fotografia do autor

Fig. 62. Habitação tradicional

Fotografia do autor

Fig. 63. Habitação tradicional

Fotografia do autor

Fig. 64. Habitação tradicional elevada

Fotografia do autor

Fig. 65. Habitação tradicional com acesso à azinhaga tardoz

Fotografia do autor

Fig. 66. Panorâmica do Degoladouro

Fotografia do autor

Fig. 67. Desenhos rigorosos duma habitação vernacular em Aljezur

Elaborado pelo autor

Fig. 68. Forma inicial

Elaborado pelo autor

Fig. 69. Regra 1

Elaborado pelo autor

Fig. 70. Regra 2

Elaborado pelo autor

Fig. 71. Esquema de relações espaciais

Elaborado pelo autor

Fig. 72. Regra 3

Elaborado pelo autor

Fig. 73. Regra 4

Elaborado pelo autor

Fig. 74. Regra 5

Elaborado pelo autor

Fig. 75. Regra 6

Elaborado pelo autor

Fig. 76. Regra 7

Elaborado pelo autor

Fig. 77. Disposição linear

Elaborado pelo autor

Fig. 78. Disposição complexa em malha ortogonal

Elaborado pelo autor

Fig. 79. Regra 8

Elaborado pelo autor

Fig. 80. Regra 9

Elaborado pelo autor

Fig. 81. Regra 10

Elaborado pelo autor

Fig. 82. Tabela dimensionamento janelas

Elaborado pelo autor

Fig. 83. Tabela dimensionamento portas

Elaborado pelo autor

Fig. 84. Espaçamento entre vãos

Elaborado pelo autor

Fig. 85. Regra 11

Elaborado pelo autor

Fig. 86. Regra 12

Elaborado pelo autor

Fig. 87. Perfil topográfico

Elaborado pelo autor

Fig. 88. Perfil topográfico

Elaborado pelo autor

Fig. 89. Perfil topográfico

Elaborado pelo autor

Fig. 90. Regra 13

Elaborado pelo autor

Fig. 91. Regra 14

Elaborado pelo autor

Fig. 92. Regra 15

Elaborado pelo autor

Fig. 93. Regra 2

Elaborado pelo autor

Fig. 94. Esquema de relações espaciais

Elaborado pelo autor

Fig. 95. Regra 3

Elaborado pelo autor

Fig. 96. Regra 4

Elaborado pelo autor

Fig. 97. Regra 5

Elaborado pelo autor

Fig. 98. Regra 6

Elaborado pelo autor

Fig. 99. Regra 7

Elaborado pelo autor

Fig. 100. Regra 11

Elaborado pelo autor

Fig. 101. Regra 14

Elaborado pelo autor

Fig. 102. Regra 15

Elaborado pelo autor

Fig. 103. Esquema relações espaciais

Elaborado pelo autor

Fig. 104. Regra 1.a

Elaborado pelo autor

Fig. 105. Regra 13

Elaborado pelo autor

Fig. 106. Regra 14

Elaborado pelo autor

Componente projetual

Fotografia do autor

Fig. 107. Casa branca, vista da Rua das Cabeças

Fotografia do autor

Fig. 108. A cobertura ruiu com o tempo

Fotografia do autor

Fig. 109. Vista interior

Fotografia do autor

Fig. 110. vista interior - quarto

Fotografia do autor

Fig. 111. vista interior - cozinha

Fotografia do autor

Fig. 112. Aplicação da gramática de preservação

Elaborado pelo autor

Fig. 113. Planta da habitação

Elaborado pelo autor

Fig. 114. Ambiência

Elaborado pelo autor

Fig. 115. Corte AA'

Elaborado pelo autor

Fig. 116. Alçado rua

Elaborado pelo autor

Fig. 117. Casa poligonal vista do topo da encosta

Fotografia do autor

Fig. 118. Casa poligonal, vista da Rua das Perreiras

Fotografia do autor

Fig. 119. Panorâmica interior

Fotografia do autor

Fig. 120. Desníveis de cotas na habitação

Fotografia do autor

Fig. 121. Forno tradicional

Fotografia do autor

Fig. 122. Interior da habitação

Fotografia do autor

Fig. 123. Planta da habitação

Elaborado pelo autor

Fig. 124. Aplicação da gramática de preservação

Elaborado pelo autor

Fig. 125. Ambiência

Elaborado pelo autor

Fig. 126. Corte AA'

Elaborado pelo autor

Fig. 127. Identificação da zona de intervenção

Elaborado pelo autor

Fig. 128. A topografia como geradora da malha urbana

Fotografia do autor

- XXII Fig. 129. A topografia como geradora da malha urbana
Fotografia do autor
- Fig. 130. Plano de pormenor
Elaborado pelo autor
- Fig. 131. Zona de comércio
Elaborado pelo autor
- Fig. 132. Centro de saúde de Aljezur, década de 50 do século XX
in, AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur nº6. p.293
- Fig. 133. Antigo centro de saúde, no seu estado atual
in, AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur nº6. p.293
- Fig. 134. Nova sede da ADPA, inscrita numa zona verde adjacente
Elaborado pelo autor
- Fig. 135. Alçado da habitação
Elaborado pelo autor
- Fig. 136. Planta da habitação
Elaborado pelo autor
- Fig. 137. Aplicação da gramática da forma de génese vernacular
Elaborado pelo autor
- Fig. 138. Planta piso 1
Elaborado pelo autor
- Fig. 139. Ambiência
Elaborado pelo autor
- Fig. 140. Corte AA'
Elaborado pelo autor
- Fig. 141. Ambiência
Elaborado pelo autor
- Fig. 142. Alçado da habitação
Elaborado pelo autor
- Fig. 143. Aplicação da gramática da forma de génese vernacular
Elaborado pelo autor
- Fig. 144. Planta da habitação
Elaborado pelo autor
- Fig. 145. Ambiência
Elaborado pelo autor
- Fig. 146. Corte AA'
Elaborado pelo autor
- Fig. 147. Corte BB'
Elaborado pelo autor
- Fig. 148. Materialidades
1- Azulejo branco 10x10cm;
Fotografia do autor
2- Revestimento de cal;
Fotografia do autor

3- Azulejo branco 10x10cm (junta desencontrada);

Fotografia do autor

4- Tijoleira tradicional 30x15cm;

Fotografia do autor

5- taipa;

Fotografia do autor

6- Tijoleira tradicional 20x5cm;

Fotografia do autor

7- Soalho em madeira de Carvalho;

Fotografia do autor

8- Telha plana, acabamento branco;

In, <https://www.cs-telhas.pt/portfolio-plasma>

9- Alvenaria de pedra

Fotografia do autor

Anexos

Fotografia do autor

Anexo V - Fotografias das maquetas

Fotografias do autor

1. INTRODUÇÃO

Portugal, com o seu vasto território, permite-nos analisar e constatar diferentes realidades sociais, económicas e arquitetónicas. Desde o norte granítico ao sul em taipa, conseguimos destacar uma pluralidade formal, fundamental à imagem do país - considerado, paradoxalmente, como *“uma das populações mais homogéneas da Europa”*¹.

Pelo território português adiante, conseguimos então definir diferentes modos de implantação no território, provenientes de ocupações de outras sociedades, noutros tempos, com outros costumes e tradições, que poderão, ou não, ter perdurado até aos dias de hoje.

Naqueles que são os aglomerados portugueses, os temas relacionados com o património cultural e construído têm sido abordados com o cuidado latente da preservação dos mesmos, onde a cidade cresce à volta destes “núcleos tradicionais”, muito bem preservados, e onde a regulamentação adjacente não permite o descuido desses elementos fundamentais ao entendimento da evolução dos complexos urbanos que constituem as diferentes cidades e vilas de Portugal.

Infelizmente, nem todos os aglomerados com interesse patrimonial no nosso território estão salvaguardados ou devidamente preservados, seja por questões políticas, ou por questões económicas.

¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e Fernando GALHANO. 2003. *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Assim, chegamos a Aljezur, um aglomerado urbano com génese no império árabe, que se foi adaptando aos acontecimentos históricos portugueses, e que ainda hoje se mantém como sede do concelho com o mesmo nome. A sua importância geoestratégica, económica e social foi sendo alterada ao longo dos tempos, pelo desenvolvimento do país e dos aglomerados adjacentes, bem como pelas alterações físicas do território em que se insere.

Hoje em dia, Aljezur, considerada uma vila pequena, com apenas 5 884 habitantes, chega a triplicar a sua capacidade na época alta, pela sua posição, a cinco minutos da praia, mantendo uma estrutura rural, atraente a vários turistas ao oferecer boas condições à prática de diversos desportos náuticos e possuindo um ambiente calmo e pacato.

Embora este território se apresente inserido no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), tem sido alvo de uma constante pressão imobiliária, como todo o território algarvio, pelas suas potencialidades turísticas e pelas atividades subsidiárias a este sector.

Essa pressão, neste preciso momento, está a ameaçar um território (des)protegido e vai conseguindo atingir o seu objetivo, como é com o caso da urbanização do Vale da Telha. Situada a cinco minutos da vila de Aljezur, foi construída apenas com o propósito económico de vender habitações unifamiliares em pleno parque natural, possuindo pouco ou nenhum interesse ou cuidado arquitetónicos, revelando uma ausência de preocupação com a sua envolvente e, acima de tudo, uma estrutura urbana de subúrbio desqualificado, em nada relacionado com a urbanidade da região.

No centro histórico aljezurense também já é possível compreender situações que colocaram em causa a imagem de conjunto urbano daquela vila, que é considerada por muitos como uma “vila presépio”, onde os edifícios estão

colocados sensivelmente em relação ao território e à topografia, constituindo uma imagem única no nosso país.

Deste modo, o objetivo desta nossa investigação é a criação de algumas diretivas para a elaboração de um plano de salvaguarda, de forma a proteger o nosso património em risco, bem como dotar Aljezur de ferramentas capazes de propiciar o seu crescimento, essencial à prática do turismo, tendo em conta, todavia, as suas origens, os seus costumes e a sua relação com a casa e o território, valorizando o seu património.

Para tal, iremos utilizar gramáticas da forma como ferramentas de trabalho, isto é, tentaremos compreender as regras subjacentes à génese das habitações tradicionais aljezurenses através da análise morfológica da sua evolução, e, combinando esta análise com diferentes testemunhos de habitantes da vila, propomo-nos criar uma “gramática” capaz de responder às exigências contemporâneas do território, mantendo sempre como princípios fundamentais o entendimento e a valorização do património vernacular, assim como uma consciência das necessidades e exigências contemporâneas.

Desta forma, a criação de uma macro-estratégia que se baseie na resolução dos problemas presentes nos dois pólos que constituem Aljezur torna-se o fulcro deste projeto, onde se pretende, por um lado, pensar criticamente algumas das questões urbanas mais prementes e, por outro lado, preservar uma imagem de conjunto que consideramos sobejamente valiosa.

OBJETIVOS

“O turismo é uma fonte de desenvolvimento e a sua política está diretamente ligada à identidade nacional. Daí que a discussão da sua política seja prioritária. Portugal pode desenvolver-se e perder a sua identidade, território para implantação de estruturas turísticas internacionais que o escolhem pelo sol e pela mão de obra barata.”²

Este é apenas mais um dos problemas que acometem Aljezur nos dias que correm. Para além da forte especulação imobiliária, a falta de regulamentação relativa às questões de proteção e de salvaguarda do património faz-se sentir em Aljezur.

Em 1998, decreto 40/98 de 6 de Novembro, designou-se a vila de Aljezur como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, afirmando-se que *“competete à Câmara Municipal de Aljezur a promoção das ações e processos de recuperação e reconversão urbanística desta área compreendida no regulamento”³*. Contudo, hoje, ainda não existe qualquer plano que regule estes assuntos.

Tendo em conta os fatores referidos, e perspetivando Aljezur como uma área crítica de recuperação e reconversão urbanística, propomo-nos a investigar, através duma metodologia concisa, as referências de arquitetura popular que conferem àquela vila o aspeto que lhe é tão característico.

2. COSTA, Alexandre Alves. 1999. “Defesa do Património e Desenvolvimento do turismo de qualidade.” Património e Turismo, Desenvolvimento e Turismo - Ciclo de debates 1999. Lisboa: Instituto de financiamento e apoio ao Turismo. 19-28.

3. Assembleia da República Portuguesa, 1998. “Decreto 40/98 de 6 de Novembro.” Diário da República n.º 257/1998, Série I-B de 1998-11-06. República Portuguesa, 6 de Novembro.

Com o método das gramáticas da forma, conseguimos estabelecer dois argumentos que estipularão o projeto decorrente desta pesquisa. O primeiro argumento prende-se com o que designaremos de “arquétipo”, isto é, *“a matriz ideal na investigação do tipo que opera o caminho do arquétipo, protótipo, tipo, estereótipo”*⁴, e que usaremos no sentido de modelo original, na imagem de autoridade que serve de regra para as outras imagens. O segundo argumento, relacionado com a questão do arquétipo, tem que ver com as “invariantes”, que são determinantes na caracterização da arquitetura vernacular, definidora da identidade património-cultural do concelho.

Assim, conseguiremos atingir o propósito de descodificar a linguagem vernacular deste local, e, por conseguinte, desenhar um plano de salvaguarda que obedeça e preserve as características próprias desta vila.

QUESTÕES DE TRABALHO

Neste projeto final de mestrado, propomo-nos a atingir a criação de um conjunto de diretivas que possam estabelecer um caminho para o futuro na preservação do património arquitetónico e na salvaguarda da imagem de conjunto que Aljezur nos apresenta. Para tal, é necessário colocar algumas perguntas que nos propomos a responder no decorrer desta investigação:

1. Será Aljezur um território crítico que exige um plano de salvaguarda?

⁴ RODRIGUES, Maria João Madeira, Pedro Fialho de SOUSA, e Horácio Manuel Pereira BONIFÁCIO. 1990. Vocabulário técnico e crítico de arquitectura. Coimbra: Quimera Editores.

2. De que forma é que conseguiremos estipular o arquétipo e as invariantes existentes no território a analisar?

3. De que maneira é que se consegue estipular um plano de salvaguarda que respeite o valor do património e a memória do local?

4. Como é que, através da criação de um plano de salvaguarda, podemos estimular a economia e dotar os que habitam e visitam esta vila de uma sensação de pertença e de continuidade?

5. Conseguiremos registar os valores da identidade patrimonial através das regras definidoras de uma gramática da forma descritiva da linguagem arquitetónica em causa?

6. Conseguiremos através de um conjunto limitado e facilmente gerível de regras de transformação dessa gramática, definir e controlar os limites (e a liberdade) do domínio de intervenção patrimonial, salvaguardando simultaneamente os valores patrimoniais e as vontades/necessidades de desenvolvimento económico local?

Estas questões de trabalho definem, assim, os objetivos que nos propomos a abordar, tendo sempre em conta todas as exigências formais a que a Arquitetura de hoje em dia deve obedecer, tal como as exigências locais dos que habitam aquele lugar e que temem pela descaracterização da sua vila e das suas memórias.

METODOLOGIA

Neste projeto adotámos uma metodologia de casos de estudo. Mobilizamos uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação, tais como, a observação e levantamentos no território, a estipulação de conversas

informais com os habitantes da vila de Aljezur e uma recolha bibliográfica acerca das tipologias tradicionais aljezurense.

Todos estes métodos foram entrecruzados, de forma a perceber o fenómeno estudado na sua totalidade e as suas múltiplas dimensões. Esta recolha informativa contribuiu, depois, para a criação de um programa adaptado a um objeto arquitetónico a ser desenvolvido a nível projectual.

Este trabalho foi, assim, estruturado em três momentos distintos, ainda que relacionados entre si:

Uma **primeira fase** consistiu numa etapa exploratória, através da recolha de bibliografia necessária à compreensão dos temas, numa análise de referências e no levantamento de arquétipos e testemunhos dos habitantes aljezurense.

Numa **segunda fase**, e considerando este projeto como uma linha cronológica, foram usadas as informações adquiridas anteriormente para estipular uma gramática capaz de responder aos objetivos que nos propusemos abordar. Desta forma conseguimos estipular aquilo a que designámos de arquétipo e suas invariantes, bem como a sua transposição para a realidade contemporânea.

A **terceira fase** prendeu-se com a aplicação dos dados anteriormente recolhidos à criação de duas novas gramáticas, que, tendo a primeira como base, apresentarão maior ou menor permissividade, com o objetivo de solucionar questões habitacionais contemporâneas fora das áreas identificadas como núcleo histórico, mas que, pela sua relação visual com o mesmo, devem manter algumas características morfológicas mínimas.

O projeto propõe-se apresentar como uma ilustração de todo o potencial que se espera obter através da utilização de gramáticas da forma para o desenvolvimento sustentável de povoados como a vila de Aljezur.



2. PATRIMÓNIO COMO IDENTIDADE OU IDENTIDADE COMO PATRIMÓNIO

A salvaguarda como solução?

“Não podemos debruçar-nos sobre o espelho do património, nem interpretar as imagens que ele nos reenvia atualmente, sem procurar, antes de mais, compreender como a grande superfície lisa desse espelho foi constituída pouco a pouco pela soma e pela fusão de fragmentos, a princípio chamados antiguidades, e depois monumentos históricos.”⁵



Fig. 1. Castelo de Aljezur, década de 50 do séc.XX

O espaço humanizado e a sua relação com o património

“O espaço faz parte de uma realidade social, indissociável da sociedade que o habita”⁶

A afirmação tão perentória como verdadeira, atribuída à Escola Sociológica Francesa, introduz o espaço como mais uma característica inerente a uma sociedade, que o usa como substrato material para a sua vida quotidiana, mas também como parte do entendimento social, com aspetos coletivos a um determinado povo, mas particulares a cada elemento do anterior.

O Homem usa o espaço que conhece, e estabelece ligações emocionais com este. Usa-o como seu, humaniza-o, e nele deixa marcado um registo físico da sua história quotidiana. Constrói a sua casa, segundo a tradição popular passada de geração em geração, e nesta vive até ao fim dos seus dias, altura em que o que de material deixou passará para as gerações seguintes. É assim que se constrói a memória coletiva, considerando sempre os valores, os costumes e tradições, que são absolutamente indissociáveis de um espaço físico, o seu suporte.

O espaço então definido como humanizado é, neste contexto, o espaço domesticado, isto é, o espaço que é trabalhado pela mão do Homem. Este conceito do doméstico abrange obviamente a habitação, já que a mesma representa grande parte deste espaço de essência vernácula. E, tal

⁶ SILVANO, Filomena. 2010. Antropologia do espaço. Lisboa: Assírio & Alvim: 12; Afirmação feita por Émile Durkheim em “As Formas Elementares da Vida Religiosa”

como nos diz Aldo Rossi, *“A cidade sempre foi caracterizada amplamente pela residência”*. A forma das habitações representa a essência morfológica dos aglomerados, isto é, a morfologia de um aglomerado é determinada pelo modo de organização e pela própria forma das suas casas.

Ao testemunho de memórias e tradições, costumes, técnicas informais, respostas a problemas adjacentes ao meio e a restrições funcionais e sociais, coerências de estilo, forma e aparência, designaremos de património e, neste caso em concreto, de património vernacular.

O património e a salvaguarda

“Essas pedras – património, herança, testemunho ou memória -, existiram antes de nós (...) e, provando as capacidades da arquitetura, deveriam sobreviver-nos, abrigando ainda outros homens muito depois do nosso tempo”⁸

Quando falamos de património há que clarificar este conceito na contemporaneidade. A Direção Geral de Património Cultural (DGPC), instituto governamental que gere os temas relacionados com esta problemática define património e neste caso o arquitetónico, construído e paisagístico como um **recurso de importância vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras.**⁹

7 OLIVEIRA, Avelino. 2015. *A Casa Compreensiva Um Percorso Sobre a Concepção Arquitetónica das Tipologias de Habitação*. Lisboa: Caleidoscópio.

8 DIAS, Manuel Graça. 2003. “A prova.” *Jornal Arquitectos* (Estar Editora) (203): 3.

9 DGPC. s.d. Património arquitetónico. Acedido em 23 de Julho de 2017. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arquitetonico/>.



Fig. 2. Castelo de Aljezur, 2017



Fig. 3. Agricultor na várzea de Aljezur, início do século XX



Fig. 4. Fabrico de aguardente de poejo, início do século XX



Fig. 5. Lavadeiras na ribeira de Aljezur, 1908



Fig. 6. Marco de água da rua das cabeças, 1963

Como nos diz Alexandre Alves Costa, foi sempre o arquiteto um dos atores responsáveis pelo tratamento e transformação destes bens¹⁰. Acresce, de facto, mencionar que este tema não é fácil de tratar, visto que não se restringe somente a premissas económicas ou políticas, mas também a questões identitárias ou aglomeradoras duma determinada comunidade, num lugar específico, com as suas crenças e partilhas, o que implica uma equipa multidisciplinar para tratar estes assuntos.

Porém, qual é o real valor do património? Segundo Nuno Portas, o valor de uma “área antiga” não é apenas o valor económico dos edifícios, mas sim o valor de uma “centralidade”; é o valor das infraestruturas, o “valor acumulado de investimentos de milhares de cidadãos nas suas casas, lojas ou armazéns”¹¹.

Falamos de um valor acumulado ao longo de séculos de trabalho e poupanças para a criação, ainda que inconsciente, duma identidade cultural própria e espontânea do modo de vida dos habitantes.

Por ser incontornável na identidade do Homem, o património cultural, arquitetónico construído e paisagístico é um tema constantemente debatido em convenções e conferências, das quais resultam diversas cartas que tentam preservar o bem comum e defender os interesses patrimoniais para o bem das culturas, das comunidades e do Mundo.

10 COSTA, Alexandre Alves. 2003. “O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade.” *Jornal Arquitectos* (Estar editora) (203):7

11 PORTAS, Nuno. 1983. *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.

Como exemplo de tal aspeto, referenciamos a convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa, assinada em Granada em 1985, que define o conceito de património arquitetónico considerando três aspetos imóveis¹²:

Monumentos

Construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que destes fazem parte;

Conjuntos Arquitetónicos

Agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;



Fig. 7. Igreja da Misericórdia, século XVI



Fig. 8. Alqueria da Vila Velha (cabeças), visto da EN120

12 Concelho da Europa. 1985. "Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa." Convenção, Granada.



Fig. 9. Ribat da Arrifana

Sítios

Obras combinadas do Homem e da Natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnicos.

A diferenciação apresentada é tida como verdadeira tanto na legislação europeia como na portuguesa, tendo constituído um convenção importante para a definição daquele que foi considerado o primeiro “código” do património cultural português, a Lei nº13/85 de 6 de Julho.

Essa lei considera cinco pilares fundamentais para a classificação e apreciação do património em Portugal. São estes o património cultural, globalmente considerado; a subdivisão em bens móveis/imóveis; a sua qualidade intrínseca; a graduação relativa e o seu “enquadramento”¹³.



Fig. 10. Aljezur, pintura a óleo, Maluda, 1973

13 Assembleia da República Portuguesa. 1985. “Lei nº 13/85, de 6 de Julho: património cultural português.” Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06. Lisboa: República Portuguesa, 6 de Julho.

Conjuntos arquitetónicos como objeto a preservar

Por conjuntos arquitetónicos entendemos os agrupamentos urbanos ou rurais de suficiente coesão, notáveis pela sua unidade ou integração na paisagem. Entre estes podem distinguir-se, a título de exemplo, os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos ou as aldeias e casarios¹⁴, como é o caso da vila velha de Aljezur.

Segundo o IPPAR¹⁵, estes conjuntos podem apresentar diferentes retratos e podem ser avaliados segundo a sua representatividade, influência ou significado relativamente a:

1. Centros que correspondam a um núcleo antigo, englobado na cidade moderna;
2. Conjunto de edifícios exemplificativos de uma determinada função;
3. Centros com um carácter evolutivo, onde se conserva o enquadramento natural;
4. Um “habitat” do passado, atualmente desativado;
5. Uma organização populacional rural de evolução contínua;
6. Aglomerados populacionais tradicionais;
7. Um núcleo populacional organizado em função de causas socioeconómicas;
8. Núcleos urbanos ou cidades do séc. XX de conceção arquitetónico-urbanística de planeamento excecional.

São estes conjuntos arquitetónicos que *“fazem parte da vida quotidiana dos seres humanos em todos os lugares, constituindo a presença viva do passado que os moldou, e que*

14 Direcção Regional de Lisboa do IPPAR. 1995. Património arquitectónico - Critérios para futuras classificações. Lisboa: IPPAR - Secretaria de Estado da Cultura.

15 IDEM.

*asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade, e que, por isso mesmo, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares.*¹⁶

Através da coexistência de várias épocas num mesmo conjunto, conseguimos entender a riqueza do mesmo pela diversidade de criações culturais, religiosas e sociais, e cuja destruição, por vezes infundada, causa com frequência perturbações sociais, ao lapidar uma memória coletiva.¹⁷

Cada conjunto arquitetónico deve ser compreendido como um todo coerente, e essa coerência depende estritamente do equilíbrio dos elementos que o compõem e que compreendem as atividades humanas, os edifícios, a estrutura espacial e as áreas circundantes.¹⁸

Entendemos assim que, tal como um edifício de carácter excecional deve ser preservado de forma sustentável, também os conjuntos arquitetónicos o devem ser. Por preservação ou salvaguarda entende-se a identificação, proteção, conservação, restauro, reabilitação, manutenção e revitalização dos conjuntos arquitetónicos ou tradicionais, tal como a sua envolvente.

Para tal surge um elemento especial que nos ajuda a definir os limites de um conjunto arquitetónico e quais os princípios estipulados para uma reabilitação sustentável. É esse elemento o Plano de pormenor de salvaguarda.

16 UNESCO. 1976. "Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea." Nairobi

17 Em Aljezur, a demolição da "mercearia da ponte", local querido a todos os aljezurense, criou um movimento popular contra a sua demolição (ver página 35)

18 UNESCO. 1976. "Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea." Nairobi

O plano de pormenor de salvaguarda como instrumento de reabilitação patrimonial

Um plano de pormenor de salvaguarda consiste num documento técnico que permite estabelecer, guiar e limitar as intervenções no seu local de implantação.¹⁹ Este instrumento de gestão territorial permite estipular uma lógica de recuperação que seja assim comum ao território, e que preserve ao mesmo tempo as características e especificidades da zona de trabalho.

Este documento, pela sua natureza complexa, deve ser desenhado de acordo com uma equipa multidisciplinar, “compreendendo especialistas de conservação e restauro, incluindo historiadores de arte; arquitetos e urbanistas; sociólogos e economistas; ecologistas e arquitetos paisagistas; especialistas em saúde pública e assistentes sociais.”²⁰

Um plano de salvaguarda enquanto elemento completo deve incluir na sua estrutura as zonas e elementos a proteger, as condições e restrições específicas, as normas que regulam os trabalhos de manutenção, as condições gerais de instalação das redes de abastecimento e de equipamentos necessários para a vida urbana e rural, e as condições que regerão a implantação de novas construções.²¹

19 Em 1998, decreto 40/98 de 6 de Novembro, determinou a Vila de Aljezur como Área crítica de recuperação e reconversão urbanística, afirmando que compete à Câmara Municipal de Aljezur a promoção das ações e processos de recuperação e reconversão urbanística desta área compreendida no regulamento. Contudo hoje, passados 19 anos ainda não existe qualquer plano que regule estes assuntos.

20 UNESCO. 1976. “Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea.” Nairobi

21 IDEM

Este mesmo plano deve incluir também disposições preventivas da especulação imobiliária. Para tal, podem-se estipular medidas urbanísticas para o controlo do preço dos terrenos, o direito de preferência de compra por parte de um organismo público, a expropriação em benefício da salvaguarda ou até a intervenção de órgãos oficiais em caso de incumprimento ou de incapacidade. Por sua vez, as demolições na área de trabalho podem ser efetuadas, desde que se preveja tal situação no referido documento de trabalho, e que os edifícios a demolir não representem um valor histórico ou arquitetónico importante para o conjunto arquitetónico.²²

De outra forma, podemos atribuir a estes planos de pormenor de salvaguarda uma vertente participativa da população, com o estímulo à criação e ao crescimento de associações sem fins lucrativos ou a grupos de salvaguarda, que possam ser mais uma voz na construção deste documento, de forma a que os utilizadores do espaço a proteger enriqueçam os planos, dotando-os de uma dimensão mais próxima do cidadão e capaz de responder a problemas concretos do seu quotidiano.²³

22 IDEM

23 IDEM

3. ALJEZUR

Entre o mar e a serra

“Eu, Dinis, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, faço saber a todos os que virem esta carta que eu faço uma carta de Foral a vós povoadores de Aljezur, isto é, dou e concedo a vós, povoadores de Aljezur presentes e futuros, o foral, o uso e os costumes da cidade de Lisboa, exceto a jugada de pão, a qual vos quito e retenho para sempre para mim e para todos os meus sucessores.”²⁴

24 CORRÊA, Fernando Calapez - O Foral Antigo de Aljezur. Lisboa: I Encontro de Coletividades do Concelho de Aljezur, 1992

Análise do território

Aljezur é uma vila, sede do concelho do mesmo nome, localizada na costa ocidental do Algarve e no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Rede Natura 2000, tendo sido classificada como “área de salvaguarda do património cultural” em 1998²⁵.



Fig. 11. Localização de Aljezur no território português

Geografia

Aljezur situa-se na parte ocidental da província do Algarve, com uma área total de 32.065 hectares. Na proximidade encontra-se a serra de Monchique, de onde nasce a ribeira de Aljezur.

Fazendo parte do distrito de Faro, cuja cidade homónima se situa a 110km, tem como limites Vila do Bispo e Lagos, a sul; Monchique, a este; Odemira, pertencente ao distrito de Beja, a norte; e o Oceano Atlântico, a oeste. [Fig.11]

A cidade mais próxima é Lagos, a 30Km de distância, sendo que o seu acesso viário realiza-se pela EN120, que atravessa o concelho no sentido longitudinal de norte a sul.

No seu livro *Algarve: aspectos fisiográficos*, Gouveia

25 Assembleia da República Portuguesa. 1998. “Decreto 40/98 de 6 de Novembro.” Diário da República n.º 257/1998, Série I-B de 1998-11-06. República Portuguesa, 6 de Novembro.

afirma que “o Algarve é uma região completa, constituída por 3 sub-regiões tão características que, se não fora uma pulverização excessiva do território, se poderia considerar como pequenas regiões autónomas: o Alto Algarve, o Algarve Calcário e o Baixo Algarve”²⁶.

Compreendemos que Aljezur se encontra na região designada por alto Algarve. [Fig.12]

Segundo o Inquérito à Arquitectura popular em Portugal, efetuado na década de 60 pela então Associação dos Arquitectos Portugueses²⁷, o Alto Algarve para a época era a região do Algarve com uma economia mais pobre ou rudimentar. Esta afirmação é-nos justificada por motivos geológicos, pelo facto de grande parte desta sub-região assentar sobre uma região de xistos argilosos e grauvaques. Esta afirmação é também corroborada por Mariano Feio que afirma que “uma terra de xisto com um grande declive é necessariamente pobre [visto que] os solos são extremamente pobres”²⁸.

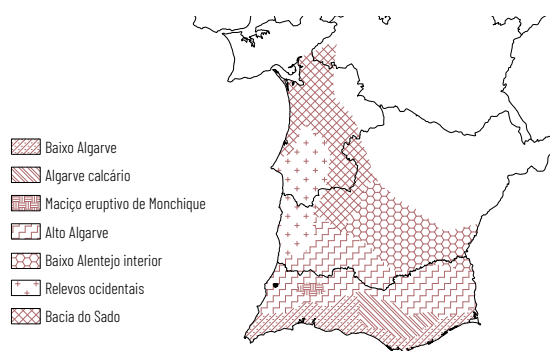


Fig. 12. sub-regiões algarvias

26 GOUVEIA, António de Medeiros. 1938. Algarve: Aspectos fisiográficos. Coimbra: Universidade de Coimbra.

27 Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. Arquitectura Popular em Portugal. Vol. 6. 6 vols. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

28 FEIO, Mariano. 1951. A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. Lisboa: Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.



Fig. 13. Lado oeste do cerro de Aljezur.



Fig. 14. Aljezur, ao final da tarde



Fig. 15. Vista para o castelo de Aljezur, meio-dia

Clima

“Se a constituição geológica do solo orienta e define o destino do Homem no lugar, comumente o clima desse lugar determina a sua vida, moldando a sua existência física e psíquica e definindo a sua atividade, o seu comportamento, o seu agregado familiar, a sua habitação, o povoado e a região. (...) Ele observa e estuda todos os fenómenos que o rodeiam, estimulando a sua imaginação. Trabalha e constrói de acordo com todos eles, identificando-se coerentemente com a natureza.”²⁹

O clima, tal como o relevo do território, é um dos principais influenciadores do modo de habitar como nos é possível compreender acima.

O algarve, tendo em conta a sua localização geográfica proporciona um clima particular. Limitado a sul e a oeste pelo oceano, e a norte por uma linha montanhosa que protege toda a área adjacente dos ventos inóspitos. Desta forma, é oferecida uma grande exposição solar por todo o Algarve, que conjuntamente com os ventos provenientes do Norte de África proporciona um clima aproximado do clima subtropical.³⁰

Por outro lado, esta zona é relativamente seca, tendo em 2015 cerca de 85% da sua área total em regime de seca fraca, e cerca de 10% em seca moderada.³¹

²⁹ Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. *Arquitectura Popular em Portugal*. Vol. 6. 6 vols. Lisboa: Ordem dos Arquitectos

³⁰ IDEM.

³¹ Instituto português do mar e da atmosfera - Normais Climatológicas - 1981-2010 (provisórias) – Faro [em linha]. Lisboa: Instituto português do mar e da atmosfera, 2010. [18 Jan. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais> (CNA- Central de Notícias do Algarve 2003). clima/1981-2010/008/>.

Desta forma é compreensível que a grande exposição solar e a fraca pluviosidade se tornam as grandes características do clima por todo o Algarve, o que se traduz na utilização destes fatores como potenciadores duma economia muito específica através da seca de frutos, cereais e peixe, bem como do turismo que tem crescido a partir da última metade do século passado.

Relativamente a Aljezur é de destacar alguns aspetos relativos ao clima e conjuntamente aos processos de evolução da vila, que são o escoamento das águas pluviais, através do seu relevo e morfologia, e a exposição solar que fundamentou a ocupação territorial da vila, sendo que o quadrante sul/este do cerro, onde esta se encontra, proporciona uma forte exposição solar e a devida proteção aos ventos dominantes vindos do oceano, ao contrário que o quadrante norte/noroeste está mais exposto à temperatura e o vento que condicionaram a inexistência da ocupação urbana na encosta noroeste do cerro.³²



Fig. 16. Panorâmica de Aljezur, ao final da tarde

32 AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur n.º6. p.271-272.



Fig. 17. Ribeira de Aljezur

Hidrografia

Este concelho encontra-se na região da bacia hidrográfica das ribeiras do Algarve³³. A hidrografia da região decorre de vários fatores fundamentais ao ciclo da água, desde o tipo de substrato geológico até aos processos de precipitação e evaporação.

A banhar a vila temos a ribeira de Aljezur [<.16] também conhecida pela ribeira da cerca, com uma grande intervenção na história deste aglomerado, visto que até ao terramoto de 1755 servia de eixo de comunicação de Aljezur com os restantes portos portugueses, tendo em conta que o seu caudal permitia a navegação de caravelas até 130 toneladas, com um total de dez postos de amarração.³⁴

Esta inicia-se na serra de Monchique e termina na praia da Amoreira, circundando a vila de Aljezur. Assume-se como um dos principais ecossistemas do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, contendo uma rica e diversa flora e fauna, composta, principalmente, em termos de flora, por amieiros e choupos, e, na fauna, por várias aves, nomeadamente os rouxinóis e águias.³⁵

33 A Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8, com uma área total de 5 511 km², integra as bacias hidrográficas das ribeiras do Algarve incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes. In, Plano de gestão de região hidrográfica, REGIÃO HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (RH8), Agência Portuguesa do Ambiente

34 Associação de defesa do património histórico e arqueológico de Aljezur. 2011. Aljezur, o que o Algarve tem de bom! Aljezur: Associação de defesa do património histórico e arqueológico de Aljezur.

35 CNA- Central de Notícias do Algarve. 2003. Vilas e aldeias do Algarve rural. Faro: Globalgarve/ Alcance/ In Loco/ Vicentina.

Aljezur na História

Primeiras ocupações

Aljezur é um concelho habitado desde a pré-história. Podemos encontrar vestígios de um passado pré-histórico nesta localidade que data até ao Epipaleolítico (11 000 a.C.)³⁶

No seu museu municipal podemos encontrar diferentes peças que testemunham estes acontecimentos.

É de destacar a Necrópole de Corte Cabreira, descoberta em 1990, e que data da Idade do Bronze (1200-900 a.C.). De destacar também é a estação arqueológica romana situada na Igreja Nova onde foram encontrados vários pedaços de cerâmica, peças metálicas, adornos, entre outros achados.³⁷ Os romanos foram também construtores de uma ponte sobre a Ribeira de Aljezur [Fig. 18 e 19] que era integrada numa antiga via romana com início em Sagres. Esta, demolida por uma tempestade nos anos 40 do século XX, foi substituída hoje em dia por uma ponte contemporânea.

Por aqui passaram Celtas, Romanos, e Árabes tendo estes últimos deixado uma marca mais definitiva no Concelho que dura até aos nossos dias.



Fig. 18. Ponte Romana em Aljezur, início do séc.XX

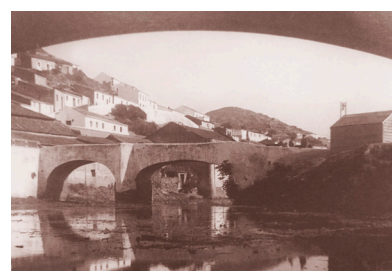


Fig. 19. Ponte Romana em Aljezur, início do séc.XX

36 SILVÉRIO, Silvína. 2016. Duas décadas de arqueologia no concelho de Aljezur. Aljezur: Associação de defesa do património histórico e arqueológico de Aljezur.

37 IDEM.

O período islâmico e a reconquista

O período Islâmico foi fundamental para o desenvolvimento da vila de Aljezur. Nesta altura, com uma ribeira amplamente navegável, Aljezur era um ponto importante pela sua capacidade de comunicação das terras do interior com o oceano e com terras distantes, o que originava uma intensa atividade portuária e comercial que se centrava na vila.

Dos árabes sabe-se que permaneceram cerca de meio milénio na região, desde a conquista de Silves por Abd al-Aziz no século VIII até à reconquista cristã, e deixaram um legado de técnicas, costumes, toponímia e tradições que perduram até hoje. A começar pelo nome da província “Al-Garb”, e a terminar em “Aljezur”. De facto, sabe-se que esta palavra tem uma origem árabe, e as opiniões dividem-se entre ser sinónimo de arcada/arcaria, de ilha/península, ou de pontes/represas.³⁸



Fig. 20. Castelo de Aljezur, datado do período árabe

38 MACHADO, José Pedro. 2005. “A origem do topónimo “Algezur”.” Al-Rihana Revista cultural do município de Aljezur (Município de Aljezur) (1): 37-40

Como confirmações desta ocupação quase milenar há-que destacar o Ribat da Arrifana, um centro religioso e militar, que no seu auge chegou a albergar mil habitantes, entre peregrinos e monges.

Outro exemplar no centro da vila é o Castelo de Aljezur [Fig.20]. Este castelo fundado no século X, quando ainda não havia Portugal, servia o agradável porto de Aljezur.

Pouco nos sobra de história escrita sobre Aljezur na Idade Média visto que a tradição oral dominava formando-se uma mística lendária que descreve o domínio mouro. A lenda da tomada do Castelo de Aljezur é o exemplo mais flagrante desta tradição, esta história foi composta e recomposta ao sabor do tempo, no entanto, todas as lendas têm um fundo factual.

Assim podemos afirmar que Aljezur foi tomado aos mouros pelos Cavaleiros de D. Paio Peres Correia na madrugada de 24 de Junho de 1242 ou 1246 sendo ainda monarca o rei D. Sancho. A toponímia da vila juntamente com “A Corografia do Reino do Algarve” é fator determinante para saber um pouco mais sobre os factos. Sabe-se por certo que houve uma tomada rompante do Castelo, os Mouros residentes foram mortos e a vila foi tomada. Sabe-se ainda que esta conquista surgiu depois da conquista de Faro visto a reconquista ter tomado o sentido de este para oeste.³⁹

39 CORREIA, Emmanuel. 1992. Aspectos de um concelho - Aljezur. Lisboa: Câmara Municipal de Aljezur.



Fig. 21. Foral de D. Manuel I, século XVI

Os dois forais e os descobrimentos

O concelho de Aljezur foi criado a 12 de Novembro 1280 por carta foral do rei D. Dinis confirmado a 20 de Agosto de 1504 pelo rei D. Manuel I munindo a vila com o título de Nobre e Honrada. A esta aclamação junta-se aquela feita por D. Dinis aos cavaleiros de Aljezur que nunca no exército teriam um “um lugar de retaguarda”. No seu conjunto os forais mostravam assim a importância de Aljezur trazendo uma grande honra ao concelho.

A cidade de Aljezur era um importante ponto estratégico militar. Como tal em 1267, já no reinado de D. Afonso III, é mandado reconstruir o Castelo Árabe e uma cinta murallhada.

Assim em 1280 é lavrado em Estremoz o primeiro foral de Aljezur pelo rei D. Dinis e em 1297 o monarca concede à Ordem de Santiago posse dos terrenos de Aljezur juntamente com as vilas de Almodôvar, Ourique e Monchique.

Aljezur ainda era uma vila profundamente “arabizada” à data da publicação da carta foral. Para resolver este problema D. Dinis usa a técnica romana que dá liberdade religiosa em troca do pagamento de impostos e reconhecimento da soberania do rei cristão. Além disso, os árabes residentes deveriam ser submetidos à catequese da nova religião.

“Aljezur mouro, continuava mouro, governado apenas por outro soberano...”⁴⁰

40 CORREIA, Emmanuel. 1992. Aspectos de um concelho - Aljezur. Lisboa: Câmara Municipal de Aljezur

Desta forma, e com o seu porto em funcionamento, Aljezur prospera nesta altura em que os descobrimentos pautam a realidade nacional. Segundo Martins foi nesta altura em que D. Manuel I manda desenhar um novo foral [Fig. 21], de forma a substituir o foral de 1280, que por estar escrito em Latim era um elemento de difícil compreensão pelos seus destinatários. Assim, o novo foral de 1 de Junho de 1504 vem pautar a realidade aljezurense, numa época áurea para o crescimento económico local.⁴¹

O terramoto de 1755

A 1 de Novembro de 1755, um forte terramoto abala Portugal Continental, destruindo várias cidades pelo país, incluindo a destruição quase total da capital do reino, Lisboa.

Em Aljezur os efeitos do terramoto fazem-se sentir. A quase completa destruição da vila⁴², juntamente com o assoreamento da sua ribeira interrompem o crescimento da vila.

Assim é erigida uma nova igreja ainda neste século por ordem de D. Francisco Gomes de Avelar [Fig. 22], na colina a nascente, batizada de igreja nova, pelo facto de o terramoto ter destruído a velha igreja matriz no centro da vila. Mesmo assim só no século XIX é que se assistiu à expansão da vila para a zona da igreja nova, dada a resistêcia à mudança por parte da população [Fig.23].

Para além do aglomerado que se encontrava no cerro, é nesta altura que se dá uma expansão da vila, mantendo apenas uma estrada como ligação entre as partes, divididas por uma fértil várzea.



Fig. 22. D. Francisco Gomes de Avelar, com o alçado da igreja matriz de Aljezur nas mãos

41 MARTINS, José António de Jesus. 2005. Aljezur medieval. Aljezur: Câmara municipal de Aljezur.

42 IDEM.



Fig. 23. Igreja Nova, Aljezur, anos 50 do séc.XX

O terramoto, para além de ter trazido uma nova expansão, trouxe também o declínio da vila de Aljezur de forte porto comercial a um concelho isolado no interior algarvio. Isto porque com o terramoto, a sua ribeira deixou de ser navegável, pela diminuição substancial do seu caudal.

Como nos refere Mesquita *“a falta de estradas de ligação ao litoral esta no cerne do seu enquistado desenvolvimento económico”*⁴³. E cada vez mais se denotaram as carências socioeconómicas desta vila, pelo assoreamento da sua estrada fluvial que permitia a comunicação da vila com os restantes destinos comerciais. Assim, podemos afirmar que Aljezur, embora se encontrasse na orla costeira, o certo é que não fazia parte do *hinterland*⁴⁴ de Lagos, devido à falta de comunicações quer marítimas quer terrestres.

43 MESQUITA, José Carlos Vilhena. 2005. “Da extinção à restauração do concelho de Aljezur nos finais do séc. XIX.” *Al-Rihana* revista cultural do município de Aljezur (1): 167-182.

44 *Hinterland*: Região ou conjunto de regiões afastadas do litoral; in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/hinterl%c3%a2ndia> [consultado em 30-09-2017].

Os nossos dias

Até 1980, Aljezur era um concelho maioritariamente rural, e de alguma forma periférico em relação ao resto do Algarve. De tal forma, acabou por resistir à enorme pressão turística que assentava uma lógica de crescimento abrupto e irresponsável para com a identidade do território, e que dizimou vários concelhos algarvios.⁴⁵

“Era no entanto um lugar privilegiado pela Natureza, apenas frequentado pelos habitantes locais, ou por alguns poucos, que o assumiam como um dos poucos locais ainda verdadeiramente livres e quase ficcionados, património de uma memória elitista e quiçá egoísta, na senda da utopia e da perfeição.”⁴⁶

Tendo em conta esta premissa, todo este território foi considerado em 1988 como pertencente à Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (APPSACV).

“A zona litoral do Sudoeste de Portugal é uma zona ainda pouco adulterada nos seus aspetos naturais. No entanto, começam a desenhar-se movimentos no sentido da sua maior ocupação e utilização, que interessa ordenar para que o desenvolvimento da zona possa ser efetuado de uma forma equilibrada e com respeito pelos valores naturais,

45NETO, Maria João Pereira – Regulação e desregulação: um caso exemplar; ou as contradições de uma paisagem (des)protegida – Aljezur e Costa Vicentina – in Para uma ética do território – in: Para Uma ética do território - coordenação José Gorjão Jorge, 141 – 148, Faculdade de Arquitectura da ULisboa, 2014- ISBN 978-972-9346-37-8

46 NETO, Maria João Pereira. s.d. “Os territórios da utopia - entre o ideal e o real - ou a (in)sustentabilidade das áreas de paisagem protegida.” comunicação, Departamento de história e teoria da arquitetura, do urbanismo e do design, Faculdade de arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa.

*paisagísticos e culturais, que interessa preservar.*⁴⁷

Em 1991 é aprovado em diário da república o Plano Regional de Ordenamento de território do Algarve, vulgo PROT Algarve. Este regulamento pretende, de acordo com os seus objetivos:⁴⁸

1. Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;
2. Definir princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional do espaço;
3. Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações.

O mesmo regulamento pretendia ser utilizado segundo Neto⁴⁹ para formular uma visão de futuro para a região compreendida, e desta forma definir uma estratégia regional de desenvolvimento territorial de forma a garantir uma coesão do território Algarvio. No ano de 1995, é publicado o decreto lei 26/95 de 21 de setembro que vem então considerar o presente regulamento de 1988, e define o que é hoje o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Este regulamento então permite objetivar três propósitos:⁵⁰

47 Assembleia da República Portuguesa. 1988. "Decreto-Lei 241/88 de 7 de Julho." Diário da República n.º 155/1988, Série I de 1988-07-07. República Portuguesa, 7 de Julho.

48 Ministério do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional; comissão de coordenação e desenvolvimento regional do Algarve. 2007. Plano regional de ordenamento do território - Algarve. Vol. 1.

49 NETO, Maria João Pereira – A (in)sustentável Beleza de uma paisagem (des)protegida – ou o incerto devir de uma urbanização polémica na Costa Vicentina – in O (re)verso da paisagem – filosofias da pobreza e da riqueza . coordenação José Duarte Gorjão Jorge, 71- 80 – Faculdade de Arquitectura da Lisboa, 2013 – ISBN 978-972-9346-35-4

50 Assembleia da República Portuguesa. 1995. "Decreto Regulamentar 26/95 - Criação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina." Diário da República n.º 219/1995, Série I-B de 1995-09-21. República Portuguesa, 21 de Setembro.

1. A gestão racional dos recursos naturais, paisagísticos e socioeconómicos, caracterizadores da região, e o desenvolvimento de ações tendentes à salvaguarda dos mesmos, nomeadamente no que respeita aos aspetos paisagísticos, geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos;

2. A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações, em harmonia com as leis fundamentais da natureza;

3. A salvaguarda do património arquitetónico, histórico ou tradicional da região, levando a efeito ações de reabilitação do património edificado com especial valor, bem como a promoção de uma arquitetura integrada na paisagem.

Contudo, e quando falamos em Aljezur é importante referir o decreto 40/98 de 6 de Novembro, que acabou por determinar a vila de Aljezur como **área crítica de recuperação e reconversão urbanística**, afirmando ainda que compete à Câmara Municipal de Aljezur a promoção das ações e processos de recuperação e reconversão urbanística desta área compreendida no regulamento.⁵¹

Contudo, e segundo o que nos é afirmado por Neto⁵² todas estas ações e processos, bem como o plano de salvaguarda do centro histórico previstos por lei têm sido ignorados pelo poder político local, o que permitiu de certa forma uma adulteração do património edificado, o que provocou segundo a investigadora a desfiguração e

51 Assembleia da República Portuguesa. 1998. "Decreto 40/98 de 6 de Novembro." Diário da República n.º 257/1998, Série I-B de 1998-11-06. República Portuguesa, 6 de Novembro.

52 NETO, Maria João Pereira – A (in)sustentável Beleza de uma paisagem (des)protegida – ou o incerto devir de uma urbanização polémica na Costa Vicentina – in O (re)verso da paisagem – filosofias da pobreza e da riqueza. coordenação José Duarte Gorjão Jorge, 71- 80 – Faculdade de Arquitectura da Lisboa, 2013 – ISBN 978-972-9346-35-4.

descaracterização da malha urbana da vila em questão, de uma forma aparentemente legal segundo o plano diretor municipal de 1995, que é caracterizado como generalista e obsoleto, e que por sua vez não atende às especificidades da zona histórica.

A criação de um plano de salvaguarda foi uma das promessas eleitorais efetuadas pelo atual poder local, e, embora a sua urgência, ainda não existe qualquer documento realizado ou aplicado até à época.

De facto, as várias alterações na vila promovidas pelo município têm vindo a indignar a população local. Como Neto explica *“os centros históricos são espaços afetivos onde constroem identidades e o sentido de pertença aos lugares. Os lugares sobrevivem pelo valor patrimonial e pela memória numa lógica que não está contida pelo poder político local. A destruição acentuada da homogeneidade estética, cultural e patrimonial da vila tem sido uma constante.”*⁵³



Fig. 24. Mercearia da ponte

53 NETO, Maria João Pereira, Pedro Gomes JANUÁRIO, e Mário S. Ming KONG. 2011. “Para um turismo ético e sintentável, um “passeio” pela memória de Aljezur.” Congresso Centenário do turismo em Portugal.

Como exemplo destas políticas levadas a cabo pela atual vereação, estudamos o caso da destruição da *mercearia da ponte* [Fig. 24]. Este edifício, que datava da década de 1920 foi demolido pela autarquia, apesar da constante indignação da população local. Esta demolição, levada a cabo durante a noite, foi justificada pelo presidente da câmara através de um *“relatório elaborado pelos serviços técnicos da Câmara, que aponta para o colapso iminente do edifício.”*⁵⁴

Contudo, e perante tal informação, o proprietário do negócio em funcionamento naquele espaço garantiu que o edifício foi analisado por *“dois engenheiros e um arquiteto independentes, que contrariam em absoluto a peritagem dos serviços do município, alegando que o mesmo necessita apenas de reparações, que podem, inclusive, ser efetuadas com a mercearia em funcionamento.”*⁵⁵

*“É o que todos esperamos de um executivo que não se preocupa com a única verdadeira riqueza desta região: a sua genuína identidade (património humano e cultural) e a Natureza que a envolve. Matando uma, acabamos com ambas e a seguir vamos a banhos para Armação de Pêra”*⁵⁶

54 RODRIGUES, Elisabete. 2012. “Demolição do edifício da Mercearia da Ponte causa polémica em Aljezur.” Sul Informação, 12 de Outubro

55 IDEM

56 Comentário feito por um dos signatários da petição contra a demolição de mercearia da ponte, que contou com 1116 assinaturas.

Ver: <http://www.peticaopublica.com/viewsignatures.aspx?page=1&sr=481&pi=p2012n31001>

Demografia e aspetos sociais

Aqui pretendemos de uma forma incisiva analisar o concelho e freguesia de Aljezur numa vertente demográfica.

Numa primeira abordagem analisamos a população, nomeadamente a residente, e as variantes que foram consideradas importantes para uma posterior leitura correta do território. Todas as informações estatísticas provêm do Instituto Nacional de Estatística (INE), mais concretamente do relatório com os resultados definitivos correspondentes à zona do Algarve.⁵⁷

População residente

Segundo o relatório de resultados definitivos apresentados pelo INE,⁵⁸ o Algarve é constituído por 451 006 indivíduos, cerca de 4,3% da população do país, dos quais 219 931 são homens, e 231 075 mulheres. Pode-se constatar uma percentagem de 14,9% de população jovem e 19,5% de população idosa, o que permitiu uma subida no índice de envelhecimento para 131, em comparação com o valor de 2001 de 128.

Contudo, o Algarve foi a região de Portugal que mais aumentou em nível de habitantes, com um crescimento de 14,1% desde 2001.

57 Instituto Nacional de Estatística, I.P. 2012. Censos - Resultados definitivos. Região Algarve - 2011. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P

58 IDEM.

Quando olhamos para Aljezur como um concelho, podemos afirmar que detém um **crescimento populacional na ordem dos 11,27% em relação a 2001**, sendo que o total de população residente em 2011 constava de 5 884 habitantes, residindo 3 365 indivíduos na freguesia com o mesmo nome.

O perfil do habitante de Aljezur também tem vindo a alterar-se, com um crescimento de 10,82% da população idosa, e um recuo da população dos 15 até aos 24 anos na ordem dos 8,37%, quando comparado com os valores obtidos em 2001.

Isto significa que embora a população cresça no concelho, o índice de envelhecimento de 254 idosos para cada 100 jovens pode ser considerado problemático.

População Residente Estrangeira

Todavia, é necessário ressaltar que à data da realização dos censos de 2011, 11,6% da população residente no Algarve era de nacionalidade estrangeira⁵⁹. Nesta esfera, Aljezur apresenta a maior percentagem de população residente estrangeira de todo o distrito, com **21,7% dos seus habitantes de outras nacionalidades que não portuguesa**. Este crescimento aconteceu de especial forma entre 2001 e 2011, com uma subida de 12,7pp no concelho.

De acordo com os dados fornecidos pelo INE, ainda se pode constatar que cerca de 77,3% da população estrangeira residente no Algarve está compreendida na faixa etária dos 15 aos 65, isto é, estão inseridos naquilo a que

59 IDEM.

regularmente se considera população activa. Este valor pode ser comparado com a percentagem de população activa de nacionalidade portuguesa que ronda os 65,7% da população total.

De facto é importante salientar que apenas 10,4% da população estrangeira no algarve se insere na faixa etária acima dos 65 anos, comparando com os 19,5% da população de nacionalidade portuguesa.

Ainda conseguimos observar que as principais comunidades estrangeiras no distrito são provenientes do Brasil (18,7%), do Reino Unido (17,2) da Ucrânia (11,6%) e da Roménia (10,2%).

Movimentos Migratórios no Território

Em 2011, 7,6% da população que residia no Algarve não residiria nesta região cinco anos antes, o que resulta num efeito de atração da região, valor acima da média nacional de 2%.

Aljezur apresenta uma **taxa de atração acima dos 12%** segundo o INE,⁶⁰ o que demonstra uma forte capacidade atrativa da região.

Contrariamente, a **taxa de repulsão interna do mesmo concelho é de 7,07%**, muito acima também da taxa de repulsão distrital que está nos 2,7%. Isto significa que embora muitos indivíduos se mudem para este concelho, 7,07% da população residente acaba por sair deste para os concelhos limítrofes.

60 IDEM

Tal fenómeno pode ser explicado pela polarização de emprego nesta região, nomeadamente nos concelhos de Albufeira e Faro, mas também Vila do Bispo, Loulé, Portimão e Alcoutim, devido à falta de investimento relativo às dinâmicas económicas locais, e à falta de exploração dos valores culturais locais.

População activa e emprego

Na região do Algarve a população activa é compreendida por 220 961 indivíduos, dos quais 51,8% são homens e 48,2% mulheres. Desta forma a população activa na região ocupa 57,5% da população residente com 15 ou mais anos.

Contudo, a taxa de actividade para o Algarve, aquando dos cálculos com os valores de população residente, ronda os 49%, tendo Albufeira o valor mais alto, com 55,28%, e Aljezur o **segundo valor mais baixo do Algarve, com 38,90% da população residente considerada como activa**. O INE justifica este valor pela interioridade do concelho.



Fig. 25. Cerro de Aljezur, e elementos delimitadores do espaço (linha de cumeira e ribeira)

Aljezur – Uma análise urbana

Estrutura física e topográfica

O núcleo urbano antigo encontra-se implantado na encosta nascente de um cerro peninsular dominado pelo Castelo de Aljezur, cuja linha de festo segue a orientação Norte-Sul. No seu sopé encontra-se a ribeira de Aljezur e todo o conjunto urbano aparece entre estes dois marcos do território. Trata-se de uma porção de terreno longitudinal, marcado pela sua configuração com 1150m de comprimento, largura média de 160m e uma forte inclinação variável entre 38% e 49%, entre as cotas 10,9m e 87,9m.⁶¹

No lado oposto da ribeira, separado pela várzea de Aljezur encontramos o núcleo da Igreja Nova, com uma ligeira pendente orientada a poente. Ambos se inserem na bacia hidrográfica da ribeira de Aljezur. A região do cerro demonstrou-se uma boa localização para uma primeira fixação de um castro lusitano de transição do neolítico para o calcolítico, segundo algumas descobertas arqueológicas.⁶² Isto porque se trata de um local elevado, com boas condições defensivas, dispendo ainda de proteção dos ventos de noroeste, uma boa exposição solar, com o devido escoamento das águas, a proximidade a terrenos férteis e a existência de um canal de água, na altura, navegável.

61 AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur nº6. p.276.

62 SILVÉRIO, Silvina; Duas décadas de arqueologia no concelho de Aljezur, 2016

Assim, podemos determinar o Castelo como o elemento primário para a fixação deste aglomerado urbano. Do período romano permanece uma estrada romana, atual via principal do aglomerado,⁶³ paralela à ribeira, cruzando-a numa ponte a norte do aglomerado - a ponte de pedra. É a única via que acompanha o sentido longitudinal da vila.

Na Idade média é consolidado o traçado, marcado pelo sistema de arruamentos paralelos, fortemente condicionados pela topografia do local.

O desenvolvimento de Aljezur não é espontâneo nem casual. Encontra-se subjacente a um modelo de adaptação pormenorizada às condicionantes morfológicas decorrentes da topografia, conferindo ao conjunto a integridade da estrutura urbana, em consequência do domínio do território.⁶⁴



Fig. 26. Desenho irregular das ruas



Fig. 27. Adaptação à topografia



Fig. 28. Encontro de duas ruas



Fig. 29. Inflexões



Fig. 30. Adaptação à topografia

63 AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur nº6. p.279

64 Martins, José António de Jesus – Aljezur Medieval, 2005



Fig. 31. Enquadramento de zonas

Nos finais do séc. XVII, Aljezur conheceu um período de estagnação e declínio motivados pelo terramoto de 1755, com a destruição da Igreja da Misericórdia, o assoreamento da ribeira e a consequente perda de importância da vila pelo desaparecimento da principal via de comunicação.

Acreditando não ser possível a sua recuperação, o Bispo D. Francisco Gomes de Avelar projectou e fez construir o templo da Igreja Nova em 1809 do outro lado da várzea. Contudo, apenas no final do século XIX foi edificado um pequeno conjunto de edifícios junto ao novo templo. Sendo apenas no séc. XX que se assiste à expansão deste novo núcleo da Igreja Nova.⁶⁵

Tendo em conta o núcleo urbano da vila, a rigidez geométrica é algo que não se faz sentir. Esta “surge” e impõe-se pela adaptação ao relevo e à topografia.⁶⁶

O espaço está dividido em três zonas: a zona do castelo, a zona sul do bairro do degoladouro e a zona norte do bairro das cabeças.

O desenvolvimento da estrutura urbana, orientada pelas ruas e acompanhada pelo edificado ocorre por norma em coincidência com as curvas de nível do local.

65 AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur nº6, p.285

66 Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

Ao analisarmos as condições existentes em Aljezur e nas suas duas metades separadas por uma fértil várzea, conseguimos prever alguns problemas à escala urbana, que devem ser resolvidos de forma a procedermos a uma possível reconversão urbanística e salvaguarda do centro histórico devolvendo a sua ambiência própria, e ao mesmo tempo dotar esta vila de todos os serviços e comércio necessários à vida quotidiana da sua população.

Levantamentos

De forma a conseguirmos abordar os problemas da Vila de Aljezur foram feitos vários levantamentos tendo em conta factores que considerámos importantes para a vertente urbana desta. Esses factores são::

1. A estrutura viária
2. O edificado;
 - 2.1 Estado de conservação
 - 2.2 Interesse Vernacular;
 - 2.3 Número de pisos;

Estrutura viária



Neste levantamento, foi registada toda a estrutura viária adjacente à vila, bem como o estacionamento público existente nesta. Foi possível compreender que o estacionamento é adequado na época baixa, mas bastante deficiente na época alta, o que se traduz num engarrafamento geral da vila aquando dos meses propícios à prática turística.

A estrutura viária na vila traduz-se num complexo sistema de ruas e becos estreitos, comuns às origens de Aljezur, formando uma estrutura irregular. Na igreja Nova conseguimos compreender uma estrutura maioritariamente regular, embora se tenha constatado que a sua grande expansão, sem edificado adjacente, tende a revelar-se megaloma tanto na largura como no comprimento das vias.

Entre estas duas partes de uma vila só, o elemento agregador torna-se a estrada nacional 120, que faz a ligação Sines – Lagos. Pelo seu carácter gratuito, é uma das alternativas mais viáveis à autoestrada do Sul (A2), o que se traduz num tráfego acentuado constante, sendo uma estrada bastante usada pelos sistemas de transporte de mercadorias. Analisando a sua extensão pela vila, compreendemos que esta estrada se torna um perigo iminente à população, pelo facto dos seus passeios serem extremamente esguios, fazendo com que o utilizador, como peão, não se sinta confortável.

Fig. 32. Análise estrutura viária
(à direita)



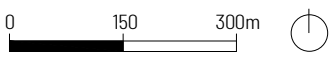
Legenda:
Vias 
Ribeira 



Edificado

Neste levantamento ao nível do edificado conseguimos perceber algumas questões que estão intimamente ligadas com os processos de crescimento da vila ao longo do tempo. No cento histórico conseguimos compreender uma estrutura irregular, onde os edifícios se conectam diretamente à estrutura viária pela sua fachada principal, tendo no seu tardoz, muitas vezes, uma relação privilegiada com a escarpa advinda da construção desta vila numa encosta. Muitas vezes conseguimos compreender a apropriação desta pelos habitantes de uma casa, transformando a área possível numa zona verde adjacente à habitação.

Na igreja nova, é possível compreender uma lógica de agregação do edificado bastante tradicional na zona que circunda a igreja matriz, elemento fundador desta nova zona da Vila. Contudo, e conforme nos vamos afastando deste núcleo, o edificado toma proporções alternativas, o que se traduz numa perda de significado vernacular.

Fig. 33. Análise edificado
(à direita)



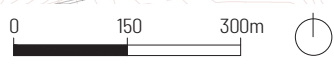
Legenda:
Edificado 
Ribeira 

Estado de conservação

No levantamento relativo ao estado de conservação dos edifícios foram tidos em conta diferentes aspetos, tais como o aspeto geral do edifício, a existência de patologias nas fachadas, ou o nível de uso do edifício, por compreendermos que um edifício que não é utilizado na sua plenitude é mais provável de vir a ter uma deficiente manutenção.

Desta forma, conseguimos compreender que os edifícios presentes naquela a que chamamos de igreja nova encontram-se em melhor estado de conservação que os edifícios da vila. Isto porque grande parte dos edifícios desta segunda parecem desabitados, e já com patologias severas a graves, ao contrário dos edifícios da primeira, que por demonstrarem sinais de uso corrente, na nossa perspetiva serão menos expostos a condições graves. Após conversas com locais, conseguimos compreender a justificação para tal facto. Devido à alta taxa de envelhecimento da população, que se traduz em dificuldades de mobilidade por parte dos habitantes, e por sua vez, tendo em conta os desníveis advindos de uma construção em escarpas, estes não têm outra solução senão mudarem-se para a vila nova, com melhores condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Esta situação acaba por provocar então uma degradação visível nas habitações na zona da vila velha.

Fig. 34. Análise estado de conservação
(à direita)



Legenda:

Bom		Mau	
Razoável		Ribeira	

Interesse vernacular

Ao levantarmos esta questão foi necessário compreender quando é que um edifício possui as características fundamentais para ter aquilo a que designamos de interesse vernacular. As características que pensamos serem essenciais existirem, e que foram utilizadas como critérios para esta avaliação foram:

A morfologia do edificado: Consideramos como matriz os edifícios cuja morfologia é caracterizada por um pequeno volume, com cobertura inclinada;

A proporção entre cheios e vazios: Aqui, tivemos em conta o levantamento de vãos efetuado previamente como base para a avaliação feita.





As técnicas de construção: Como explicámos antes, a maioria dos edifícios com interesse vernacular são constituídos através de técnicas tradicionais de construção. Dessa forma, depreendemos como edifícios com interesse vernacular, aqueles que são materializados através de técnicas tradicionais de construção;

A sua relação com a envolvente: A relação com a envolvente é determinante na definição do interesse vernacular. Por norma os edifícios considerados vernaculares estão colocados em banda, implantados tendo em conta as curvas de nível decorrentes da definição da via.

Assim, conseguimos perceber que o interesse vernacular se prende quase exclusivamente com a Vila Velha, onde a maioria das edificações respeita estas características enumeradas anteriormente, ao passo que na igreja nova, com um desenvolvimento histórico relacionado com o progresso e a generalização dos meios de construção contemporâneos, estas características não são visíveis para além da zona central da igreja matriz.

Fig. 35. Análise interesse vernacular
(à direita)



- Legenda:**
- Exemplar de arquitetura vernacular 
 - Alguns interesses vernaculares 
 - Sem interesse vernacular 
 - Ribeira 

Número de pisos

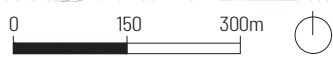
Ao analisarmos o número de pisos conseguimos perceber uma invariante no que toca a exemplares de edificado com um significativo interesse vernacular. Isto porque, uma parte considerável do edificado observado como tendo interesse vernacular para a nossa gramática apenas tem um piso.

Tal característica vai de encontro aos resultados da análise anterior, quer seja pela caracterização volumétrica, quer pelo uso de técnicas tradicionais de construção, que apenas permitem a materialização de um piso.

Assim, pela vila é possível compreender um aglomerado de edifícios com apenas um piso, chegando a dois níveis de altura apenas quando faz fronteira com a estrada nacional 120. Na igreja nova, decorrente dos avanços tecnológicos na construção, encontramos então na sua maioria edifícios com dois pisos.

Conseguimos entender por exemplo, que embora a escola, marcada na planta ao lado, tenha o número de pisos adequado para a área em que se encontra, tem uma volumetria, uma proporção entre cheios e vazios e uma materialização não adequadas perante aquilo que consideramos vernacular.

Fig. 36. Análise número de pisos
(à direita)



Legenda:

- 1 piso 
- 2 pisos 
- 3 pisos ou mais 
- Ribeira 

Análises SWOT

Da mesma forma, e após estes levantamentos procedemos a um conjunto de análises SWOT, (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), de forma a conseguirmos sintetizar os problemas observados. Para tal foram definidos quatro temas com problemas identificados, que são:

INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

<ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestruturas quantitativamente satisfatórias; 2. Boas ligações viárias regionais; 3. Bom número de equipamentos culturais e desportivos; 4. Boa cobertura de equipamentos educativos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Várias infraestruturas sobredimensionadas; 2. Falta de manutenção de várias infraestruturas; 3. Falta de equipamentos e comércio de proximidade no centro da vila; 4. Falta de estacionamento.
S	W
O	T
<ol style="list-style-type: none"> 1. Oportunidade de aplicação da 'via panorâmica'; 2. Criação da nova sede da ADPA. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fraca relação entre os equipamentos e os lugares onde se inserem; 2. Novo projeto da I.P. que promete destruir a várzea de Aljezur.

DINÂMICAS URBANAS

<ol style="list-style-type: none"> 1. Parques verdes urbanos exercem elemento de ligação; 2. Progressiva terciarização da vila; 3. Boa capacidade de organização coletiva. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perda da prática e exploração agrícola; 2. Urbanização marginal da estrada nacional, perdendo o seu carácter de ligação, e transformando-se em arruamento urbano; 3. Extensa rede infraestruturada, sem a correspondente densidade populacional.
S	W
O	T
<ol style="list-style-type: none"> 1. Política de regeneração urbana; 2. Realização de eventos; 3. Formalização de associações; 4. Formalização de um pólo de equipamentos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Excessiva extensão de áreas periurbanas; 2. Alto nível de desemprego.

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

<ul style="list-style-type: none"> 1. Património rural; 2. Castelo de Aljezur; 3. Aglomerado urbano próprio; 4. Franco desenvolvimento turístico; 5. Existência de património arqueológico; 6. Riqueza imaterial de tradições e cultura; 7. Integração no PNSACV. 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Dispersão urbanística; 2. Recursos hídricos degradados; 3. Deficiente aspeto visual e organizacional em diferentes locais; 4. Capacidade hoteleira nem sempre adequada à procura.
S	W
O	T
<ul style="list-style-type: none"> 1. Realização de eventos culturais; 2. Proximidade a cidades com forte competitividade e atividade turística; 3. Expansão da área de proteção do castelo à vila. 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Baixo financiamento para dinamização urbana; 2. Dificil fixação de visitantes por mais de um dia.

DEMOGRAFIA, SOCIEDADE E HABITAÇÃO

<ul style="list-style-type: none"> 1. Tendência para aumento da população residente estrangeira 2. Aumento da população residente 3. Efeito de atracção da vila na ordem dos 2%, superior à média nacional 4. Grande cobertura de equipamentos educativos 5. Melhoria das condições de habitabilidade pela criação de novas infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Envelhecimento da população; 2. Taxa de analfabetismo alta (11,9%); 3. Dificuldade em fixar quadros técnicos superiores, oferecendo condições pouco competitivas de emprego;
S	W
O	T
<ul style="list-style-type: none"> 1. Reforço da política de regeneração urbana, incrementando novas tipologias habitacionais e atraindo mais população; 2. Proximidade a cidades com forte polaridade e oferta de equipamentos e espaço público potencializa sinergias; 3. Benefícios de IRC para fixação de novas indústrias no interior do país. 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Polarização de emprego nos concelhos limítrofes; 2. Interiorização do território como justificação a apenas 38% da população residente ser ativa.

Através destas análises SWOT conseguimos então ter um conjunto de informações que nos permitiram desenvolver uma estratégia a grande escala.



Fig. 37. EN20 com caráter urbano é perigosa ao nível do peão



Fig. 38. Ribeira de Aljezur assoreada devido à falta de limpeza



Fig. 39. Imagem de conjunto da Igreja Nova perturbada devido a morfologias excepcionais



Fig. 40. Perturbação da imagem vernacular devido à utilização de materiais que não respeitam a imagem de conjunto



Fig. 41. Várias habitações encontram-se em estado devoluto



Fig. 42. Carácter megalómano das vias na Igreja Nova

Aljezur – Uma análise arquitetónica

Os edifícios submetem-se à estrutura dos quarteirões, e, inevitavelmente esses mesmos quarteirões resultam da morfologia do território (topografia), face às necessidades de acessibilidade. Dada a característica longitudinal dos arruamentos, estreitos e apertados, pontuados por pequenos becos e travessas características do período islâmico, Aljezur apresenta uma homogeneidade morfológica.

Na sua maioria, os edifícios só possuem a frente de rua e o tardoiz muitas vezes cego ou com logradouro quase nunca exposto, que remata em face com o nível do arruamento ou até mesmo escavado na terra, a tardoiz.⁶⁷

Normalmente, os edifícios possuem apenas uma frente de rua, onde se efetua a entrada da habitação, duas empenas cegas e o seu tardoiz, que poderá apresentar aberturas, especialmente se for constituído por dois pisos.

As habitações caracterizam-se na generalidade por construções simples e elementares de pequena dimensão, com o predomínio de telhados de uma água, inclinados no sentido da pendente do terreno, com chaminés de expressão elementar e baixas, com paredes caiadas a branco e pequenos vãos por vezes com uma banda colorida em volta, sendo executadas amiúde em taipa, com pavimentos



Fig. 43. Imagem de conjunto degoladouro



Fig. 44. Habitação vernacular e a sua implantação própria



Fig. 45. Habitação vernacular com apenas uma água



Fig. 46. A cobertura adapta-se ao declive do terreno

67 AIRES, Rui; BAILHOTE, Marco; FÉLIX, André – Aljezur, especificidades do concelho e a igreja matriz. In Município de Aljezur – Al-Rihana, Revista cultural do município de Aljezur nº6. p.288



Fig. 47. Cal aplicada sobre pedra



Fig. 48. Pormenor de taipa à vista



Fig. 49. Parede em taipa com embasamento em pedra

em tijoleira ou terra batida e otimamente adaptadas ao clima e à cultura local.

A cal na arquitetura vernacular algarvia assume um papel de destaque nos acabamentos interiores e exteriores das habitações, e a sua aplicação diferenciada resulta em diferentes resultados plásticos considerados interessantes.⁶⁸ Esta pode ser aplicada sobre reboco, ou sobre os próprios materiais estruturais como o calcário, o xisto, a taipa, o tijolo cerâmico ou até sobre as telhas.

Contudo, e como dito anteriormente, o material mais utilizado em Aljezur e no Algarve é a taipa. As paredes deste material, quando executadas corretamente são bastante duradouras, e a sua espessura garante boas condições de isolamento térmico.

Na construção de uma parede em taipa, é necessário edificar uma fundação em alvenaria de pedra que se eleva acima do terreno, de forma a prevenir a deterioração da parede por contacto com a humidade do solo e consequente apodrecimento.

A sua simples execução exige somente uma terra de barro, da qual se retiram as grandes pedras e detritos e, *in situ*, esta é amassada com pouca água. De seguida é transportada para os taipais em camadas sucessivas, até completar a altura do taipal. Por cada camada de terra é lançada mais água, e a terra é batida com um maço, até se formar uma superfície designada de nata.

68 Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses

Os taipais acabam por moldar a terra, em fiadas horizontais, de juntas desencontradas e separados por camadas de pedra. Nos cunhais o travamento das paredes é efetuado por contra fiada. As juntas, por sua vez, são rebocadas mais tarde com uma argamassa hidráulica.

Como processo de acabamento, estas são normalmente caiadas um ano após a sua edificação, segundo a tradição local, para que as águas da chuva possam “lavar” a taipa.⁶⁹

Como conclusão, entendemos necessário que esta análise da tradição construtiva, que inevitavelmente produz resultados ao nível da imagem do edificado, tenha repercussão no plano de salvaguarda, tal como nas gramáticas propostas.



Fig. 50. A caição como tarefa doméstica

69 IDEM.

UMA MACRO-ESTRATÉGIA PARA A VILA DE ALJEZUR

Ao efetuarmos os levantamentos anteriores, e após essa componente analítica apercebemo-nos de um conjunto de problemas relativos a Aljezur e às suas duas metades.

Tais problemas podem ser um entrave ao aproveitamento da Vila enquanto atrativo turístico, económico e social.

Como grandes problemas a resolver destacamos a necessidade de protecção da Vila Velha enquanto património - de forma a que consigamos travar a profanação da sua imagem de conjunto; A falta de estacionamento automóvel para a época alta - o que resulta num engarrafamento generalizado da vila, e a evolução morfológica não controlada da Igreja nova - que danifica a imagem da vila.

Assim, nesta fase do nosso trabalho tentámos estabelecer um conjunto de intervenções que visam melhorar a vila de Aljezur. Pelo seu carácter vasto, estas intervenções foram organizadas em três grupos, de carácter económico, e tentam cobrir soluções para alguns dos problemas encontrados em Aljezur.

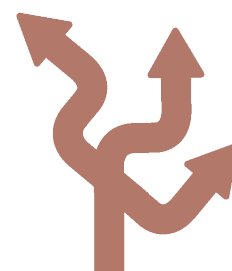
Algumas destas intenções são exteriores à nossa investigação, mas fazem parte de um todo coerente, e que procura resolver da melhor forma não só os problemas relacionados com a salvaguarda do património, mas dar também a esta vila possibilidades de crescimento enquanto aglomerado urbano.

Intervenções de baixo custo

Neste grupo, consideramos intervenções que nos permitam, com poucas alterações resolver alguns problemas adjacentes à vila.

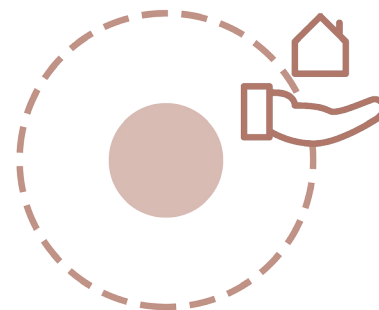
Melhoria da sinalética

Para Aljezur aproveitar o máximo da exploração sustentável do turismo, é necessário criar uma sinalética acessível a todos, e que contenha todas as informações necessárias a uma agradável estadia;



Expansão da zona especial de proteção do castelo de Aljezur

Através da expansão desta zona especial de proteção do que hoje envolve o castelo até à extensão completa da vila velha de Aljezur, conseguimos, legalmente, ter um maior controlo nas questões de identificação e exercício do direito de preferência, tal como aplicar restrições no domínio urbano, respeitantes à volumetria, morfologia, alinhamentos, materialidades e cêrceas, o que tem um papel relevante no âmbito da renovação urbana e limita a apreciação das operações urbanísticas pela entidade competente.



Limpeza da ribeira de Aljezur

A limpeza da ribeira de Aljezur é uma intervenção fundamental para a preservação da desta. O assoreamento da ribeira resulta de uma limpeza deficiente, provocando danos no inverno às suas estruturas adjacentes.





Intervenções de médio custo

Neste grupo estratégico incluímos soluções mais complexas para a resolução de outras questões.

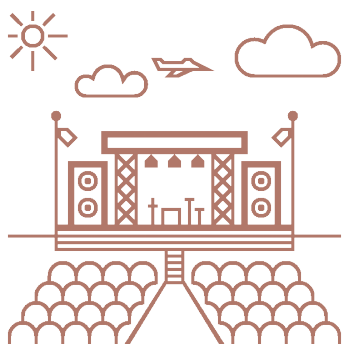
Repavimentação da Vila

A câmara municipal de Aljezur tem vindo a repavimentar vários troços da Vila velha com pavimentos em calçada, que vem substituir deficientes pavimentos de betão ou mesmo em terra. O que propomos é a continuação dessa tarefa, mas com alterações ao perfil da rua, de forma a que se consiga enterrar as infraestruturas técnicas (cabos de eletricidade e de comunicações), que hoje em dia prejudicam a imagem de conjunto da Vila velha.



Construção de estacionamento na envolvente do mercado de Aljezur

Através de um desenho rentável do mercado e da sua envolvente conseguimos aumentar os lugares de estacionamento adjacentes à vila velha, com respetivas ligações através dos padrões de amarração, permitindo revitalizar duas estruturas centenárias, e uma posterior ligação ao parque de merendas a norte da vila.

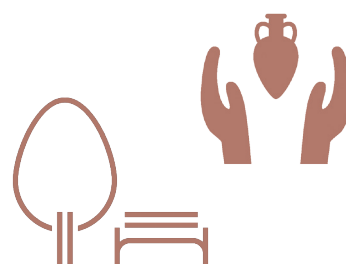


Reaproveitamento do castelo como área vivida

O castelo de Aljezur, embora reabilitado há pouco tempo, não mostra qualquer utilidade funcional para além de monumento estagnado no tempo e no espaço. Propomos uma nova utilização do castelo como área propícia a eventos como feiras, concertos ou festivais. Para além de darmos uso a um monumento com imenso potencial, potenciamos também a economia aljezurense.

Criação do “parque arqueológico

A escola básica integrada com jardim de infância de Aljezur está implantada num dos pontos altos da Vila Nova. Sem mais edifícios que a circundem, esta escola encontra-se isolada, apenas sendo servida por uma estrada. Ao mesmo tempo, num dos descampados anexos à escola, foram encontrados vários vestígios arqueológicos. O que nos propomos a efetuar são os arranjos exteriores neste descampado, de forma a que se possa vir a criar um parque público, com uma mancha verde substancial, que de um lado sirva a escola como zona educativa e de passeio, mas também toda a população de Aljezur, incluindo os vestígios arqueológicos como parte integrante deste jardim.



Reabilitação do largo do mercado na Vila nova de Aljezur

O largo do mercado, na Vila nova de Aljezur assume uma função secundária pelo modo como está desenhado. Com um grande tapete de asfalto, este largo perde o seu carácter e transforma-se em parque de estacionamento. O que propomos é uma simbiose entre largo e parque de viaturas que sirva aquele local e a sua envolvente.

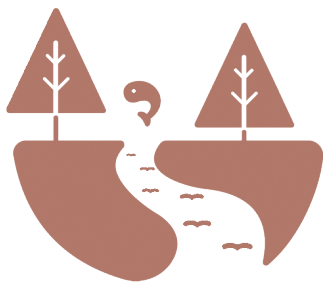




Intervenções de alto custo

Criação de uma solução de apoio camarário à reabilitação dos edifícios de carácter vernacular de iniciativa privada

Propomos a criação de uma solução conjunta do poder local com iniciativas privadas ou associativas, através da candidatura por exemplo a fundos europeus destinados à salvaguarda do património, de forma a que seja economicamente viável a recuperação dos vários exemplares vernaculares existentes em Aljezur, e de forma a manter uma imagem de conjunto coerente, respeitando a segunda gramática criada por nós para este efeito.



Reabilitação da envolvente da ribeira

A ribeira de Aljezur sempre teve uma relação privilegiada com o cerro da vila. Nas últimas décadas, essa relação foi destruída com a construção em leito de cheia de um conjunto de edifícios sem qualquer interesse vernacular, e que servem de barreira visual para a ribeira e conseqüentemente a várzea. Esses edifícios têm diferentes usos, desde serviços a comércio no piso térreo, e habitação nos restantes pisos. A nossa intenção é promover a demolição destes edifícios, e por sua vez desenvolver o espaço livre decorrente dessas demolições como espaço público, em que se promove a relação entre o transeunte e a envolvente que o rodeia: a várzea, a ribeira e o cerro de Aljezur.

Polo de usos mistos na Igreja nova

Através da criação de um polo de usos misto de serviços, comércio e habitação na vila nova, pensando numa lógica de recolocação dos usos dos edifícios a demolir, conseguimos resolver a questão relacionada com a consolidação de uma mancha urbana consolidada, dissipando a questão das vias sem edificado adjacente, e da mesma forma criando um eixo de coesão na vila.



Criação de um centro intergeracional

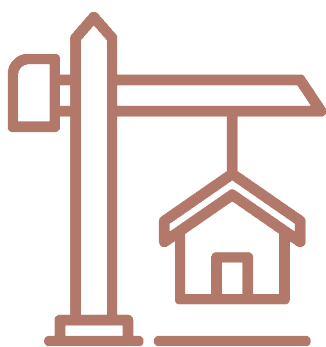
Tendo em conta os vazios urbanos existentes na vila nova, propomos a criação de um centro intergeracional no local onde hoje em dia está implantada a antiga escola básica de Aljezur, que no seu programa inclua diferentes atividades como um centro de dia, uma biblioteca, espaços de recreio e lazer, zonas de estudo e zonas administrativas pertencentes à câmara municipal, de forma a fomentar a interligação entre diferentes gerações, criando uma plataforma para o crescimento e a aprendizagem de cada um dos habitantes aljezurenses.



Aplicação da alteração à variante N120 de Aljezur

Pela necessidade visível de uma variante à estrada nacional 120, a Infraestruturas de Portugal desenvolveu um projeto para um viaduto, com uma altura média correspondente a 6 metros, que pretende atravessar a várzea aljezurenses paralela à ribeira de Aljezur, o que irá destruir sem dúvida a imagem de conjunto da vila, como os diversos terrenos férteis por onde irá ser implantado. O que propomos é a aplicação de outro projeto, de iniciativa da ADPA, designado de “via panorâmica”, que atravessa a várzea aljezurenses através de vias já existentes, o que implicaria

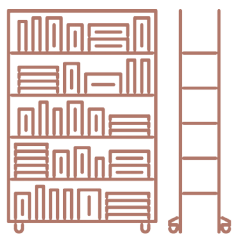




apenas o reperfilamento das vias em questão, destruindo o mínimo possível da fértil Várzea, e aproveitando da mesma forma a vista da vila como elemento potenciador dessa mesma “via panorâmica”.

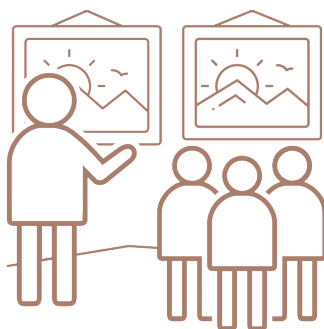
Expansão da área habitacional na Igreja Nova de Aljezur

Propomos o desenvolvimento de um novo conjunto habitacional, numa área de expansão de aglomerados urbanos conforme o PDM. Aqui propomos a aplicação da nossa terceira gramática como geradora de novas tipologias habitacionais, que consigam transparecer a génese vernacular do sítio, encimar e estabelecer uma imagem de conjunto coerente na vila nova, e estabelecer a fachada e perfil da nova via panorâmica adjacente à zona de expansão.



Reabilitação do antigo centro de saúde como a nova sede da ADPA

Hoje em dia, a sede da ADPA não oferece as condições necessárias para o crescimento sustentável desta associação que tanto luta para a identificação e preservação do património existente. Reabilitando um edifício de exceção como o antigo centro de saúde de Aljezur, hoje em dia devoluto, para receber a nova sede da ADPA, com um programa museológico e administrativo, conseguimos dar a esta associação todos os meios necessários para a sua expansão enquanto elemento associativo presente na vida de todos os aljezurense.



Reorganização da área industrial de Aljezur

Tendo em conta as várias análises efetuadas na vila nova, conseguimos compreender uma área a que chamámos de zona industrial, pela concentração nesta de várias empresas, oficinas, e unidades fabris de pequeno porte. Propomos a reabilitação e reorganização de uma zona industrial bem articulada com a vila, propícia para a anexação de pequenas e médias empresas como fonte económica, e aproveitando ao mesmo tempo a redução da taxa de IRC prevista para as microempresas e para as PME do interior de Portugal, de forma a dinamizar o tecido empresarial nestas zonas desfavorecidas, de acordo com Orçamento do Estado 2018.



4. GRAMÁTICAS DA FORMA

Como instrumento de análise e
projeto



O que são?

Gramáticas da forma, ou *shape grammars* são um formalismo desenvolvido por George Stiny e James Gips na década de 70 do século XX, que consiste num sistema de geração de formas através de um conjunto pré-definido de regras.

Baseado no sistema de produção do matemático Emil Post de 1943 e na gramática gerativa linguística de Noam Chomsky de 1957⁷⁰, Stiny e Gips desenvolveram um sistema semelhante, aplicado a formas geométricas, definindo algumas operações booleanas e transformações euclidianas como regras aplicadas a essas mesmas formas.

As primeiras referências existentes a uma abordagem gramatical foram inicialmente estabelecidas num artigo de Stiny e Gips de 1971, em que estes tentam ilustrar a utilização deste conceito em linguagens desenvolvidas para pintura e escultura.⁷¹

Segundo Celani, as gramáticas da forma inserem-se numa área do conhecimento designado de *computational design*. A palavra *computational*, habitualmente utilizada no âmbito de sistemas informatizados ou de programação, é aqui, referente ao pensamento lógico e matemático, típico da linguagem computacional. Isto significa que na gramática da forma o raciocínio a ter em conta é algorítmico, decorrente

70. CELANI, Gabriela, Débora CYPRIANO, Giovana DE GODOI, e Carlos Eduardo V. VAZ. 2006. "A gramática da forma como metodologia de análise e síntese em arquitetura." *Conexão- Comunicação e cultura* (UCS, Caxias do Sul) 5: 180-197.

71. STINY, George, e James GIPS. 1972. "Shape Grammars and the Generative Specification of Painting and Sculpture." Em *The best computer papers of 1971*, de Orlando R. Petrocelli (ed.), 125-135. Philadelphia: Auerbach editors.

de um conjunto de operações de ordem lógica, que podem ser transpostas para o meio informático.⁷²

Segundo Stiny,⁷³ uma forma é gerada através de uma gramática da forma partindo de uma forma inicial, e aplicando recursivamente as regras que estão associadas às formas. O resultado de aplicar uma determinada regra a uma determinada forma resulta numa outra forma. Assim, podemos clarificar que uma gramática da forma desenvolve-se tendo em conta quatro componentes:

1. **F** é um conjunto finito de formas;
2. **L** é um conjunto finito de símbolos;
3. **R** é um conjunto finito de regras de formato $\alpha \rightarrow \beta$, onde α é uma forma rotulada pertencente a $(F,L)^+$, e β é uma forma rotulada pertencente a $(F,L)^*$ ⁷⁴;
4. **I** é uma forma rotulada pertencente a $(F,L)^+$, chamada de forma inicial.

Consideramos **F** e **L** o “repertório de formas”, visto que é através da aplicação de regras **R** aos constituintes de **F** e **L** que obtemos uma gramática. Uma regra consiste em duas formas rotuladas, uma de cada lado da seta que marca a regra. Os rótulos são utilizados principalmente para ajudar à compreensão do desenvolvimento da gramática como marcadores ou significantes semânticos.⁷⁵

72. CELANI, Gabriela, Débora CYPRIANO, Giovana DE GODOI, e Carlos Eduardo V. VAZ. 2006. “A gramática da forma como metodologia de análise e síntese em arquitetura.” *Conexão- Comunicação e cultura* (UCS, Caxias do Sul) 5: 180-197.

73. STINY, George. 1980. “Introduction to shape and shape grammars.” *Environment and Planning B* 349-351.

74 Para ver aprofundadas as definições de * e +, ver Anexo I, pág.164

75. STINY, George. 1980. “Introduction to shape and shape grammars.” *Environment and Planning B* 349-351.

Uma regra do formato $\alpha \rightarrow \beta$ pode ser aplicada a uma forma rotulada Ω quando existe uma transformação τ , de forma a que $\tau(\alpha)$ seja uma subforma de Ω [$\tau(\alpha) \leq \Omega$]. Neste caso, α é similar a alguma forma de Ω .⁷⁶

A forma rotulada produzida pela aplicação duma regra $\alpha \rightarrow \beta$ a Ω é-nos dada pela expressão [$\Omega - \tau(\alpha)$] + $\tau(\beta)$. Isto é, a nova forma rotulada é formada pela substituição de $\tau(\alpha)$ em Ω por $\tau(\beta)$.⁷⁷

Assim, formas rotuladas são criadas através da aplicação sucessiva das regras à forma inicial ou às formas rotuladas, produzidas por aplicações anteriores das mesmas regras.

Uma das principais conclusões decorrentes da aplicação deste formalismo é a emergência de formas.⁷⁸ Isto é, no decurso da aplicação das diferentes regras, surgem novas formas que não estavam previstas na gramática. No nosso tipo de aplicação essa característica é importante.

Stiny, em 1977, no seu artigo *Ice-ray: a note on the generation of Chinese lattice designs* desenvolve aquela a que é considerada a primeira gramática paramétrica, mostrando o poder e a necessidade de parâmetros para descrever e gerar linguagens existentes, como nos explica Knight⁷⁹.

Uma gramática paramétrica é uma gramática da forma, mas parte da sua informação é variável, de forma a que o

76. IDEM

77. IDEM.

78. DUARTE, José Pinto. 2007. *Personalizar a habitação em séria: Uma Gramática discursiva para as casas da Malagueira do Siza*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

79. KNIGHT, Terry. 2000. 14 de Setembro. Acedido em 17 de Junho de 2016. http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/frameset_history.htm

utilizador defina determinadas variáveis de acordo com a situação em causa. Portanto, através da definição de regras generalizadas com algumas variáveis em aberto - dentro de um intervalo limitado - estas conseguem ser aplicadas a diferentes situações de acordo com o utilizador⁸⁰.

Em 1978, Stiny e Mitchell publicam um exercício de análise que se foca na definição de uma gramática da forma da obra de Palladio. Após este exercício seguiram-se muitos mais, especialmente na área da arquitetura, com uma análise de várias obras de prestigiados arquitetos, como Giuseppe Terragni, Frank Lloyd Wright, com a primeira gramática tridimensional, Glenn Murcutt, Christopher Wren ou Irving Gill.⁸¹

Segundo Knight,⁸² as gramáticas da forma são apropriadas para os atos de analisar e projetar. Em primeiro lugar, estas não perdem o seu rigor formal, sendo que as regras habitualmente utilizadas consistem no uso de formas simples.

Acresce ainda que esta ferramenta usa as formas como elementos orgânicos e não estáticos, isto é, as formas podem ser decompostas e recompostas conforme as opções de design.

E, por último, uma gramática da forma é não-determinista, sendo que o utilizador conta com um determinado número de regras, e várias formas de as aplicar. Deste modo, pode gerar-se uma multiplicidade de respostas tendo em conta as premissas existentes.

80. KNIGHT, Terry. 1994. *Transformations in Design*. Cambridge: Cambridge University Press.

81. KNIGHT, Terry. 2000. 14 de Setembro. Acedido em 17 de Junho de 2016. http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/frameset_history.htm

82. IDEM.

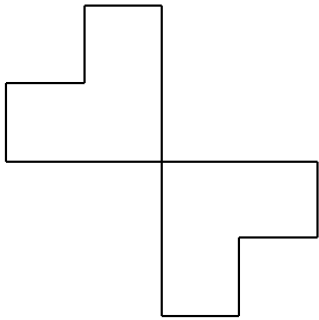


Fig. 51. Forma inicial

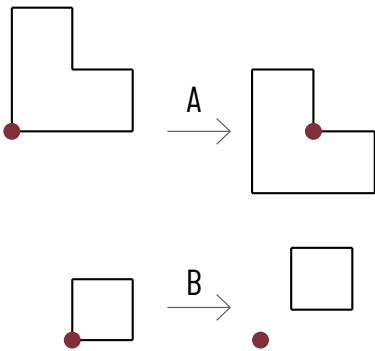


Fig. 52. Regras A e B

No exemplo ao lado, podemos perceber como é que funciona o sistema de aplicação de regras para a criação de novas formas. Usado por Knight para explicar como funciona este tipo de raciocínio, podemos encontrar uma forma inicial [Fig. 51], e duas regras aplicadas a uma forma-L, e a um quadrado, conforme podemos ver na figura 52.

Após esta informação, é-nos mostrada uma aplicação destas regras à forma inicial [Fig. 53], de modo a construir uma lógica de linguagem que vai de encontro do estipulado anteriormente.

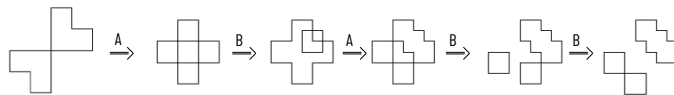


Fig. 53. Aplicação das regras à forma inicial - sequência A,B,A,B,B.

Contudo, abaixo encontramos outra aplicação destas mesmas regras à mesma forma inicial [Fig. 54]. O processo é idêntico nos passos iniciais, contudo, ao longo do processo as regras aplicadas divergem, o que produz um objeto final diferente.

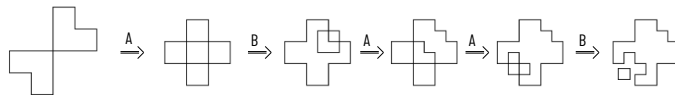


Fig. 54. Aplicação das regras à forma inicial - sequência A,B,A,A,B.

Desta forma, é possível comprovar as afirmações ditas anteriormente, o que garante, segundo Knight, a possibilidade quase infinita de uma multiplicidade de formas, tendo em conta as mesmas formas iniciais e regras a aplicar.

Aplicações práticas na discussão sobre arquitetura – A Gramática Palladiana⁸³

Em 1978, Stiny e Mitchell apresenta, numa lógica analítica um conjunto de regras que permitiriam a definição das Villas desenhadas por Andrea Palladio, sendo este trabalho uma primeira tentativa de compreender a gramática arquitetónica de Palladio numa forma gerativa.

Em muitos casos as regras apresentadas são traduções dos cânones defendidos pelo arquiteto em questão. Outras regras foram apreendidas com base nos exemplos das plantas de várias Villas presentes no *I quattro libri dell'architettura*⁸⁴.

Nesta investigação deu-se predominância à componente geométrica em detrimento de outros aspetos, como a decoração presente nas Villas Palladianas, isto porque, segundo os autores, a componente gramatical caracteriza os objetos de estudo num sentido fundamental.

A unidade de medida utilizada por Palladio foi o pé de Vicenza (*pie de vicentino*), que mede 0,356m, pelo que foi constatado pelos autores que a medida standard de espessura das paredes exteriores corresponde a duas unidades de medida. Por outro lado, os espaços interiores têm dimensões que são múltiplos da unidade de medida.



Fig. 55. Villa Saraceno, 1548, Vicenza, Itália



Fig. 56. Villa Barbaro, 1560, Maser, Itália



Fig. 57. Villa Badoer, 1556, Vicenza, Itália

83. STINY, George, e William J. MITCHELL. 11. "The Palladian Grammar." *Environment and Planning B*, 1978 de Abril: 5-18

84. As imagens referidas pertencem ao segundo livro do conjunto de *I quattro libri dell'architettura*, respetivamente, à edição Inglesa de Issac Ware de 1738. Esta edição foi usada também pelos autores para a constituição deste artigo.

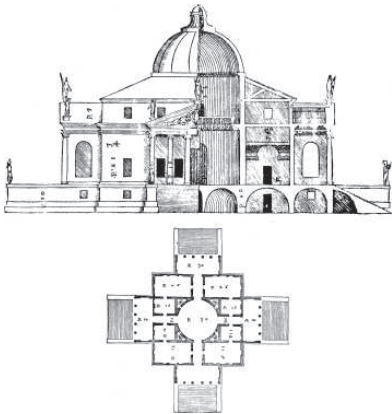


Fig. 58. Desenhos rigorosos *Villa Rotonda*, presente nos *I quattro libri dell'architettura*

As plantas de todas as Villas Palladianas, com a exceção de duas nos *I quattro libri dell'architettura* são desenhadas segundo um único eixo.

Estas são geradas em oito instâncias aplicadas na seguinte sequência:

1. Definição da malha;
2. Definição das paredes exteriores;
3. Definição de espaços interiores;
4. Alinhamento de paredes;
5. Entradas principais – pórticos e inflexões das paredes exteriores;
6. Ornamentação exterior – colunas;
7. Janelas e portas;
8. Finalização.

Estas oito instâncias, que compreendem um conjunto de 72 regras na totalidade permitem a criação de Villas que seguem os valores defendidos por Palladio.

Quando vários edifícios criam entre si uma imagem de conjunto, são então representativos de um determinado estilo ou linguagem arquitetónica. Dado um finito conjunto de edifícios que são semelhantes na sua imagem, há que caracterizar a base para esta semelhança. É isto que conseguimos encontrar neste artigo de Stiny e Mitchell, em que, num total de 72 regras, a definição duma gramática arquitetónica é discernida. Desta forma, e através dum pensamento estruturado em 8 instâncias foi-nos possível compreender a lógica por detrás das Villas Palladianas.

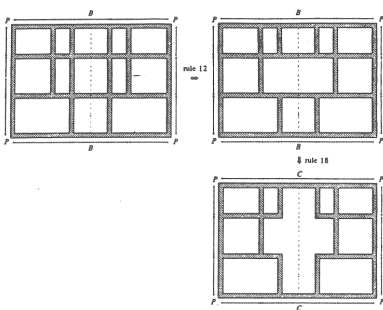


Fig. 59. Layout de compartimentos *Villa Malcontenta*

Idealmente, e segundo os autores⁸⁵, esta gramática deve responder a três objetivos:

O primeiro é a clarificação dos pontos comuns aos edifícios que constituem a linguagem, aquilo a que chamamos de invariantes ao *corpus* de estudo.

O segundo é a estipulação dos critérios que definem se um determinado objeto pertence ou não à gramática.

O terceiro é a dádiva de um conjunto de regras que permitam criar novos objetos que se insiram nesta lógica gramatical.

Claramente, e como nos dizem Stiny e Mitchell, esta gramática definida acaba por cumprir estes três objetivos, já que as regras da gramática em questão elucidam a estrutura e a aparência das villas palladianas; qualquer villa consegue ser determinada através desta gramática; e por último, villas que não existem conseguem ser geradas por esta ferramenta.

Este exercício torna-nos cientes de que uma análise geométrica dum linguagem pré-definida pode ser verdadeiramente importante aquando da clarificação e definição de estilos, linguagens ou opções arquitetónicas.

85. STINY, George, e William J. MITCHELL. 11. "The Palladian Grammar." *Environment and Planning B*, 1978 de Abril: 5-18

UMA GRAMÁTICA VERNACULAR

A arquitetura vernacular aljezurense, marcada pela sua simplicidade típica de uma localidade pequena e pobre⁸⁶, e que acaba por transparecer uma identidade e cultura locais, é, neste caso, utilizada como objeto de estudo no que toca à sua forma.

Estes pequenos edifícios serão abordados do ponto de vista das gramáticas da forma, de modo a conseguirmos perceber a sua composição formal, que nos permite obter uma homogeneidade formal ao longo do centro histórico.

Assim, e para tal alcançarmos, iremos, através duma primeira abordagem analítica, desenvolver uma gramática de modo a conseguirmos compreender qual o conjunto de regras que permite descrever e criar os vários objetos arquitetónicos estudados, e se estes pertencem ou não à gramática então desenhada.

De seguida iremos adaptar esta primeira “gramática vernacular” aos valores contemporâneos da habitação, tentando respeitar regulamentos e diretivas que existam hoje em dia. Conseguiremos então, atingir uma “gramática de preservação”, para ser utilizada no centro histórico da vila de Aljezur, que nos dará algumas diretivas específicas à morfologia e à homogeneidade formal que pretendemos preservar.

Igualmente, esta “gramática de preservação” será objeto de estudo para atingirmos uma “gramática contemporânea de génese vernacular”, própria para a aplicação nas imediações da vila, isto é, na zona da Igreja Nova, classificada pela autarquia como área urbanizável em expansão.

86. In, Fundação Calouste Gulbenkian-Guia de Portugal: Estremadura, Alentejo, Algarve; Lisboa, 1991. p.309

Desta forma, para além de conseguirmos preservar esta homogeneidade, que hoje em dia se encontra em risco, conseguiremos também fornecer uma ferramenta que nos permita desenvolver, de raiz, edifícios que se adaptem numa lógica contemporânea à imagem de conjunto de Aljezur.



Fig. 60. Habitação tradicional



Fig. 61. Habitação tradicional elevada



Fig. 62. Habitação tradicional



Fig. 63. Habitação tradicional



Fig. 64. Habitação tradicional elevada



Fig. 65. Habitação tradicional com acesso à azinhaga tardoz



Fig. 66. Panorâmica do Degoladouro

Numa primeira abordagem aos edifícios considerados vernaculares foi elaborada uma recolha junto da população local sénior, de registos e plantas providos de memória das habitações vernaculares, nomeadamente das casas e edifícios da sua infância e juventude. Destes exemplares é-nos difícil garantir mais do que nos foi especificado, tendo em conta que muitas destas habitações já foram destruídas ou desprovidas do carácter vernacular que as constituía. Como tal, nestes exemplares foi dada relevância à organização espacial e às relações que os diferentes espaços estabelecem entre si.

De forma complementar analisámos algumas habitações exemplares de referências bibliográficas, como o *Inquérito à arquitetura popular portuguesa*⁸⁷, ou excertos do livro *Arquitectura popular portuguesa*⁸⁸.

É necessário referir também que muitos dos dados estabelecidos para a elaboração desta gramática provêm da observação dos poucos edifícios existentes em mau estado ou em ruínas, mas que ainda permitem uma leitura das suas características originais.

Através deste levantamento constituiu-se o *corpus* de casos de estudo a partir do qual se desenvolveram a análise e a gramática.

87. Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. *Arquitectura Popular em Portugal*. Vol. 6. 6 vols. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Consideramos este livro particularmente importante, porque este inquérito foi feito ainda antes da arquitetura vernacular ter sido em parte alterada pelas dinâmicas da modernidade e pela pressão imobiliária.

88 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e Fernando GALHANO. 2003. *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Na figura 67 conseguimos ver um levantamento de uma habitação vernacular do centro histórico de Aljezur.

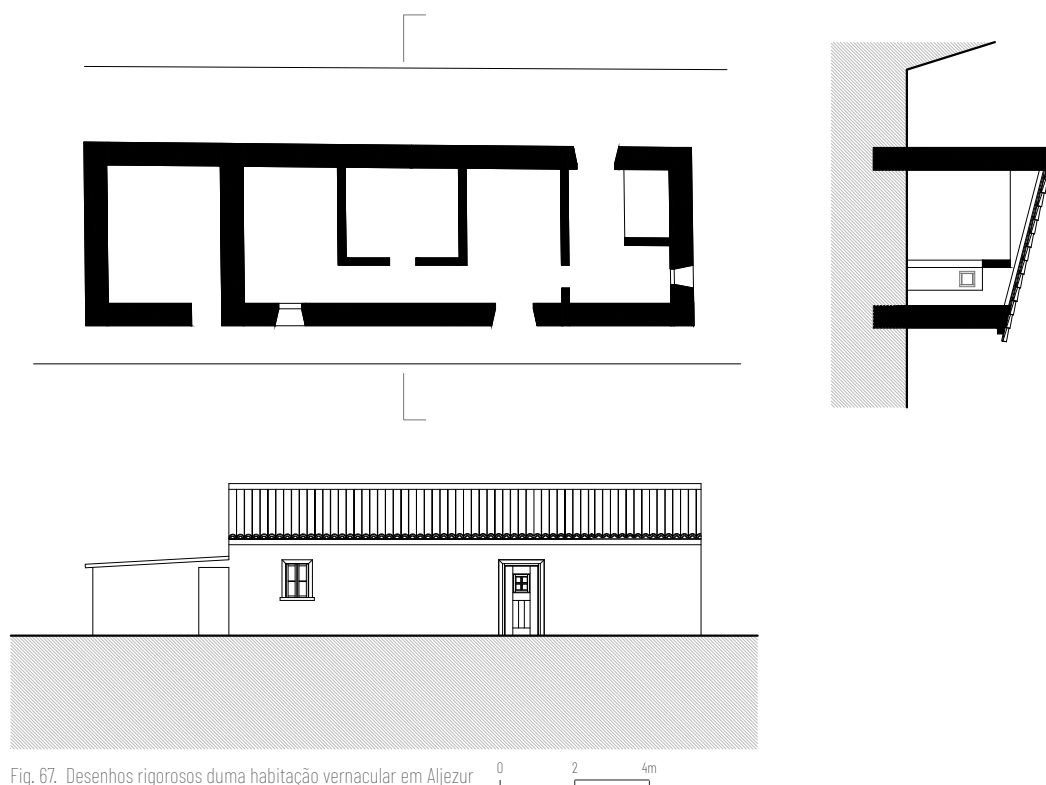


Fig. 67. Desenhos rigorosos duma habitação vernacular em Aljezur

O que é possível compreender na análise desta planta? De facto conseguimos compreender uma sequência de espaços que foram agregados uns aos outros, respeitando um eixo pré-definido, paralelo ao eixo da via de acesso. Propomo-nos de seguida entender a lógica de agregação patente nesta imagem, e, de igual forma, em diversas habitações espalhadas pela vila. Para tal definimos três grupos de regras, divididos em oito sub-grupos.

Para a representação gráfica das regras decidimos estabelecer uma tabela representativa, onde a mesma regra é apresentada em planta e em secção, por entendermos que as regras estabelecem alterações volumétricas, e assim a sua leitura pode ser mais clara.

Nesta tabela definimos:

1. Planta;
2. Secção longitudinal;
3. Secção transversal;
4. Planta de coberturas (quando necessário).

Numa primeira abordagem conseguimos observar, tendo em conta o levantamento da vila de Aljezur, que todas as habitações são detentoras de um eixo principal, paralelo ao eixo da via de acesso, e que por sua vez, a topografia é ditadora desta característica.

Consideramos este primeiro passo um dos mais importantes na definição desta gramática por preservar um valor presente nesta vila: *“Mas o que para nós é invulgar, é a sua implantação e adaptação ao acidentado do terreno; todas as construções dos três núcleos que compõem a vila, agarram-se sempre às curvas de nível numa uniformidade de notar.”*⁸⁹

89. Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. *Arquitectura Popular em Portugal*. Vol. 6. 6 vols. Lisboa: Ordem dos Arquitectos

Como forma inicial compreendemos um ponto **A**, colocado a uma distância **a**, variável, compreendida entre **0,6 e 2m** da via. O ponto **A** estabelece a origem do nosso sistema de coordenadas, em que **A=(0,0,0)**.

Nas secções longitudinal e transversal compreendemos o mesmo ponto **A**, e a marcação da via, sendo que os dois não necessitam de estar à mesma cota [Fig. 68].

1.1. Definição do espaço interior (espaço vivido)

Neste primeiro conjunto sequencial de regras apresentamos como é que, a nosso ver, os diferentes espaços interiores destas habitações vernaculares se correlacionam uns com os outros.

De acordo com o *corpus* definido, conseguimos compreender que existem três tipos de zonas funcionais, que se relacionam de forma específica. São elas a zona da “casa de entrada”, que se relaciona com o exterior, e que comunica ao simultâneamente com os outros espaços constituintes da habitação, que compõem a zona de serviços, constituída pela cozinha e respectiva arrumação, e, a zona de alcova, que compreende o quarto.

É necessário afirmar que, tendo em conta que estamos a tratar habitações vernaculares, o espaço sanitário não está incluído nesta organização formal original, pela sua raridade em zonas rurais.

Mostramos na figura 71, um esquema de relações espaciais entre as diferentes zonas, que concluímos a partir da análise do *corpus*.

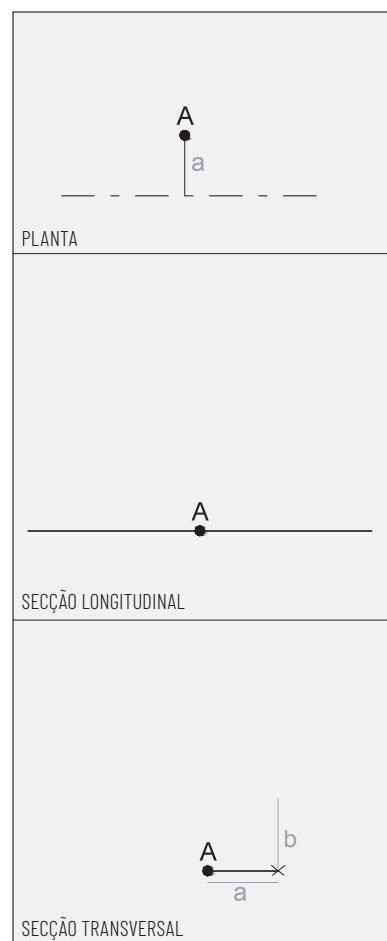


Fig. 68. Forma inicial

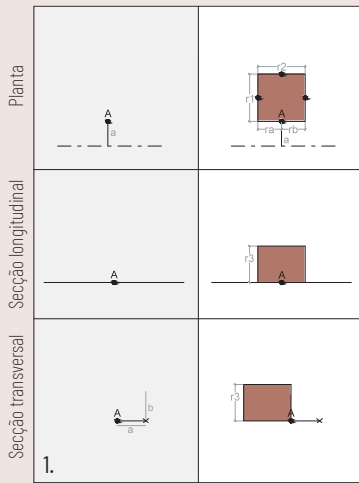


Fig. 69. Regra 1

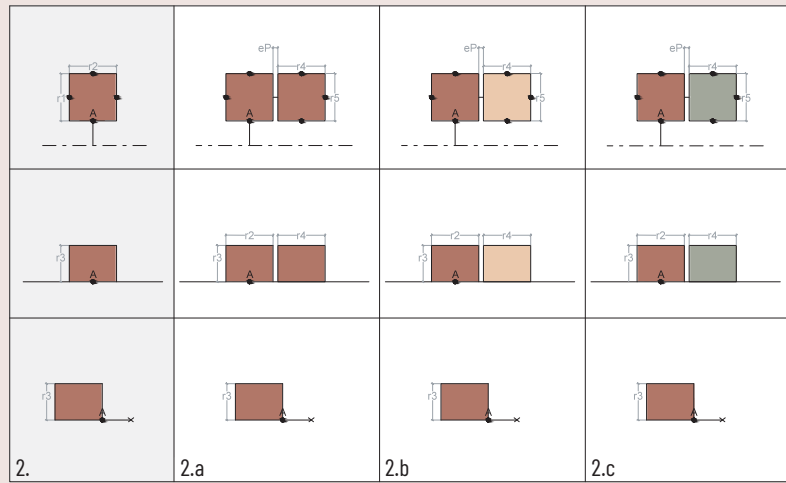


Fig. 70. Regra 2

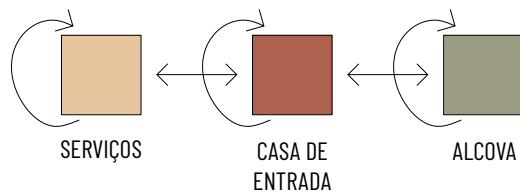


Fig. 71. Esquema de relações espaciais

1.1 Casa de entrada

Esta primeira regra [Fig.69] mostra-nos como é constituída a primeira estrutura - a casa de entrada, que é colocada tendo em conta A, como vão que irá fazer a ligação deste compartimento com o exterior.

A casa de entrada tem uma forma quadrangular, podendo assumir outra forma poligonal, quando a envolvente assim o obriga. De qualquer modo definimos uma razão de proporção para esta forma, em que $0,8 \leq r2/r1 \leq 2$. Em relação à altura deste compartimento conseguimos verificar que: $2m \leq r3 \leq 3,5m$.

A sua colocação em relação a A é paramétrica, sendo que $ra = rb \vee ra \neq rb$, desde que nenhum destes comprimentos seja menor que 60cm.

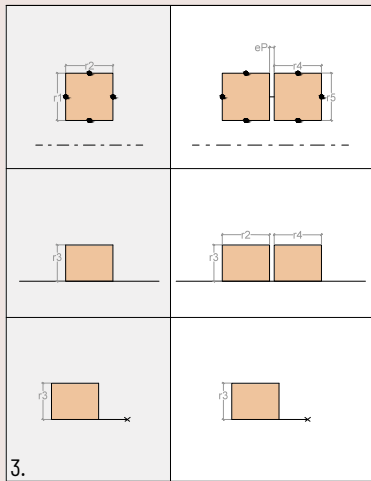


Fig. 72. Regra 3

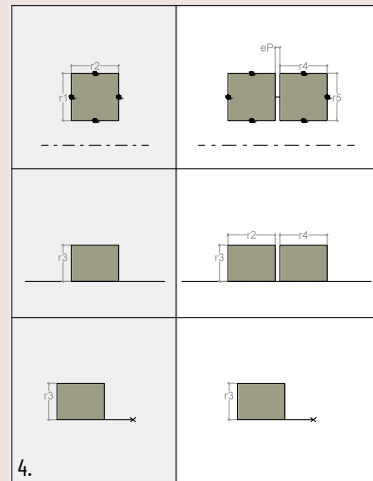


Fig. 73. Regra 4

1.2. Relações espaciais interiores transversais

Após a definição da casa de entrada, compartimento fundamental nestas habitações, são estabelecidas as relações com as zonas de serviços e de descanso. Para tal, foram desenvolvidas 3 regras, simétricas, que permitem explorar estas relações.

A regra 2 [Fig.70] mostra a agregação das diferentes zonas à casa de entrada, sendo que a repetição de zonas também é possível, como podemos ver na regra 2a.

As regras 3 e 4 [Fig. 72 e Fig.73] mostram como é possível a agregação de compartimentos pertencentes à mesma zona. Tendo em conta $r1$, $r2$ e $r3$ definidos na etapa anterior, construímos uma razão de proporção, em que $1/2 \leq r4/r1 \leq 1$, e $2/3 \leq r5/r2 \leq 2$. Da mesma forma definimos eP , que neste caso significa “espessura da parede”, em que $20\text{cm} \leq eP \leq 60\text{cm}$. Nesta razão, 20cm representam a espessura de uma parede de tabique interior e 60cm a espessura duma parede em taipa, visto esta ser a espessura standard dos taipais.

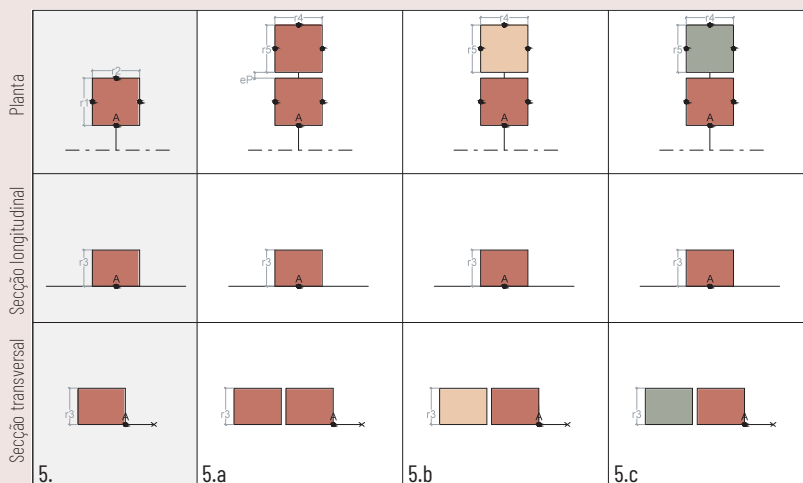


Fig. 74. Regra 5

1.3. Relações espaciais interiores longitudinais

Da mesma forma que os compartimentos se agregam numa lógica transversal, a anexação longitudinal é possível. Para tal foram definidas cinco regras semelhantes às anteriores em termos de correlação entre as diferentes zonas, mas diferentes na agregação, neste caso longitudinal, perpendicular ao eixo definido pela via.

A regra 5 mostra a agregação das diferentes zonas à casa de entrada, sendo que a repetição de zonas também é possível, como podemos ver na regra 5a [Fig.74].

As regras 6 e 7 [Fig. 75 e 76] mostram como é possível a agregação de compartimentos pertencentes à mesma zona. Tendo em conta r_1 , r_2 e r_3 , definidos anteriormente, limitamos uma razão de proporção, em que $2/3 \leq r_4/r_1 \leq 2$ e $1/2 \leq r_5/r_2 \leq 1$. Nesta regra aplica-se a razão referente à espessura da parede, referida anteriormente.

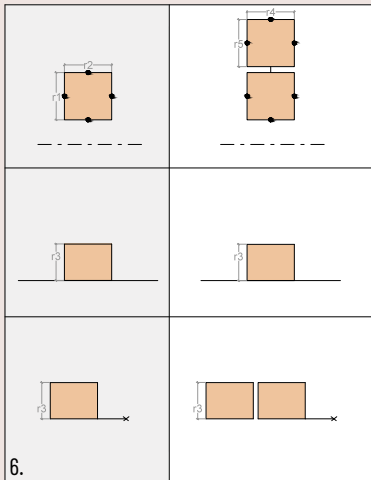


Fig. 75. Regra 6

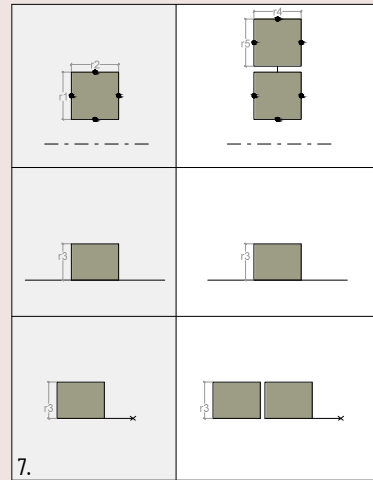


Fig. 76. Regra 7

Esta etapa não é obrigatória, na medida em que encontramos vários exemplares em que este crescimento longitudinal não está presente. Desta forma é possível compreender através de uma lógica analítica, a percepção de dois modos de disposição dos espaços interiores inerentes a um edifício. São eles:

Disposição simples: Forma básica de criar uma habitação. É dada predominância ao eixo principal e a anexação de formas é disposta segundo este. Assim, esta característica apresenta um resultado linear paralelo ao eixo da via de acesso [Fig. 77];

Disposição complexa: Quando se dá predominância ao eixo principal e a uma sua perpendicular, por forma a existir entre os espaços uma conexão linear e transversal [Fig. 78];

Normalmente esta segunda disposição em malha acontece pela necessidade de expansão de uma habitação numa disposição linear. Assim, é possível compreender que existem casos diferentes de implantação no território, quer as formas sejam originais, quer sejam resultado de uma ampliação do existente.

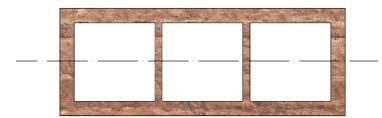


Fig. 77. Disposição linear

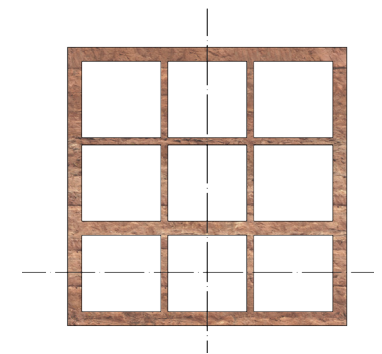


Fig. 78. Disposição complexa em malha ortogonal

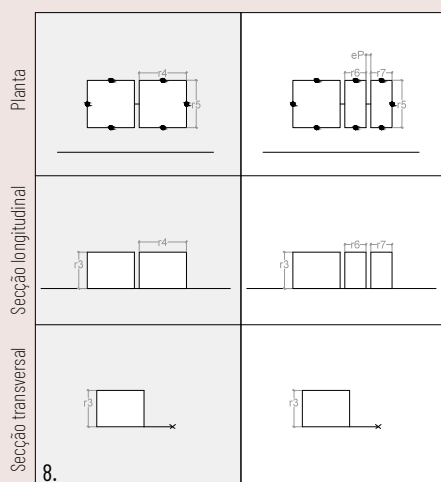


Fig. 79. Regra 8

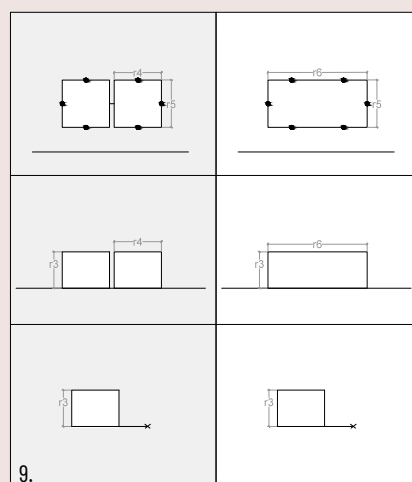


Fig. 80. Regra 9

1.4. Alinhamento de paredes interiores

As regras acima representadas demonstram como é possível compartimentar ou anexar espaços na gramática, de forma a alinhar paredes interiores.

A regra 8 [Fig.79] demonstra como é que se consegue compartimentar uma divisão através da repartição de uma das suas dimensões, não descurando a subtração de eP para a posterior colocação da parede. Nesta, $r4=r6+eP+r7$ sendo que $r6=r7$ e $r6 \neq r7$.

A regra 9 [Fig.80] exemplifica como é que através da agregação de um espaço à forma original podemos conseguir um outro compartimento em que $r7=r5+eP+r6$.

Em relação aos respetivos usos dos novos compartimentos, cada um destes deve obedecer às zonas definidas anteriormente.

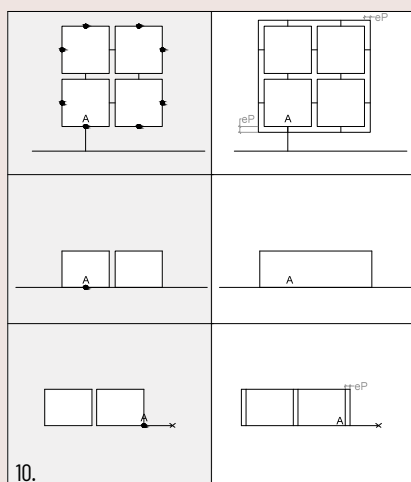


Fig. 81. Regra 10

2. Definição de paredes (espaço construído)

Após a definição dos espaços e das relações entre si e com o exterior, definimos a massa construída das paredes através da sua definição enquanto matéria, e dos seus vãos que irão permitir as relações citadas anteriormente.

2.1. Definição de paredes exteriores

A regra 10, [Fig.81] demonstra como é efetuada a delimitação poligonal da forma.

Para tal é desenhado um polígono envolvente com uma espessura correspondente a **eP**. Este polígono constituirá as paredes estruturais, com a demarcação das possíveis ligações de cada um dos compartimentos ao exterior demarcadas. Após a definição da forma nos passos anteriores, surge a definição dos vãos. Para tal existem no desenho vários símbolos onde se prevê a colocação de um vão.

JANELAS	Largura (m)	Altura (m)	Área (m ²)
Média	0,82	0,98	0,84
Moda	0,8	1	0,9
Valor mais alto	1,25	1,6	1,875
Valor mais baixo	0,45	0,3	0,135

Fig. 82. Tabela dimensionamento janelas

PORTAS	Largura (m)
Média	0,94
Moda	0,85
Valor mais alto	2,4
Valor mais baixo	0,6

Fig. 83. Tabela dimensionamento portas

2.2. Definição dos vãos

Antes de aplicarmos as regras para esta etapa, foi necessário definirmos um conjunto de premissas para a sua definição. Estas têm que ver com a largura e altura dos vãos, e, ao mesmo tempo, com a sua localização na parede e relação com os elementos estruturais.

Através de um levantamento de vários vãos na vila conseguimos compreender os valores apresentados nas tabelas ao lado. [Fig. 82 e 83]⁹⁰

Assim, o levantamento permitiu-nos constatar que os vãos existentes correspondem a uma dimensão pequena de acordo com as tabelas estatísticas anteriormente referidas.

Outro aspeto que nos importa referir são os distanciamentos entre vãos, que, por questões de preservação da proporção cheio/vazio, devem sempre distar uns dos outros pelo menos uma distância *b*, que corresponde à largura do vão mais estreito presente na fachada [Fig. 84].

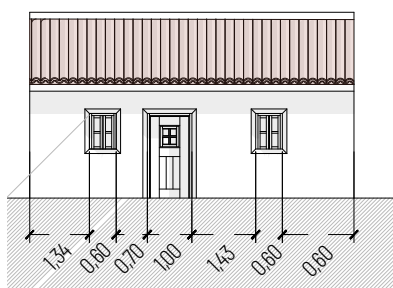


Fig. 84. Espaçamento entre vãos

Por razões estruturais compreendemos que se deve manter uma distância mínima de um metro entre o vão e o cunhal do edifício, normalmente feito em pedra, de forma a garantir que não existe qualquer interferência estrutural entre ambos.

Assim, tendo em conta estas três premissas, foram definidas as regras para a criação dos vãos.

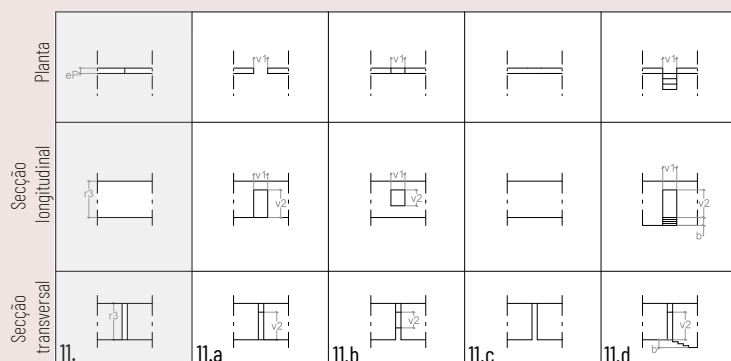


Fig. 85. Regra 11

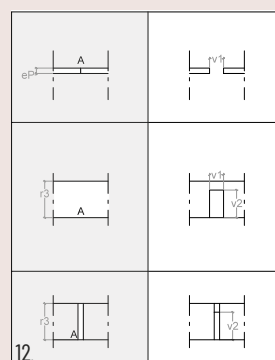


Fig. 86. Regra 12

A regra 11a [Fig. 85] mostra como é definido um vão correspondente a uma porta. Embora o símbolo esteja colocado a meio de uma parede, tal não implica que o vão tenha de ser colocado ao centro, desde que diste do cunhal 120cm medidos pelo exterior, e 60cm pelo interior. Em relação aos dimensionamentos dos vãos, na regra 11a, traduzem-se em $0,6m \leq v1 \leq 1,2m$ e $1,9m \leq v2 \leq 2,2m$.

A regra 11b [Fig. 85] define os vãos correspondentes a janelas. Obedecendo às mesmas condicionantes abordadas anteriormente, podemos confirmar que nesta regra $0,45m \leq v1 \leq 1m$ e $0,3m \leq v2 \leq 1,20m$.

A regra 11c [Fig. 85] permite a remoção de um marcador que não seja utilizado para a definição de um vão.

A regra 11d [Fig. 85] representa a possibilidade de existirem desniveis interiores, que são utilizados primordialmente para vencer cotas do terreno. Nesta regra, a distância **b** deve ser ponderada de forma a que $b \leq 1/3r3$ e $0,6m \leq v1 \leq 1,2m$ $1,9m \leq v2 \leq 2,2m$.

A regra 12 [Fig.86] é semelhante à regra 11a, pois permite a criação de um vão correspondente a uma porta. No entanto, o símbolo utilizado nesta regra é o que está designado por **A**, correspondente à entrada da habitação. As limitações dimensionais são $0,6m \leq v1 \leq 1,2m$ e $1,9m \leq v2 \leq 2,2m$.

3. Relação com a envolvente

Após a definição daquilo a que designamos anteriormente como espaço construído, estabelecemos, a relação que a habitação desenvolve com a envolvente. Para tal, é dada relevância à forma como as habitações se encaixam na topografia aljezurense, tal como se definiu o modo como estas habitações são encimadas pelas suas coberturas, estabelecendo a relação com esta envolvente característica.

3.1. Relação com a topografia

Conforme explicámos no início do capítulo, a topografia torna-se um elemento fundamental na imagem de conjunto da vila de Aljezur, e por conseguinte, essencial no desenvolvimento das habitações.

Referimos que o perfil topográfico é fundamental desde o início da aplicação das regras da gramática, e exemplificamos agora através da regra 13, os registos topográficos que encontramos na vila.

Nesta página apresentamos três perfis longitudinais esquemáticos que comprovam esta implantação tão indiossincrática. [Fig. 87, 88 e 89]

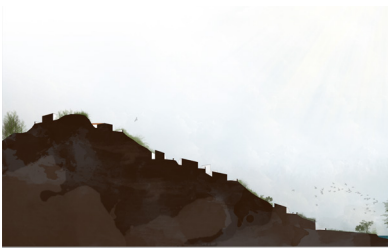


Fig. 87. Perfil topográfico



Fig. 88. Perfil topográfico



Fig. 89. Perfil topográfico

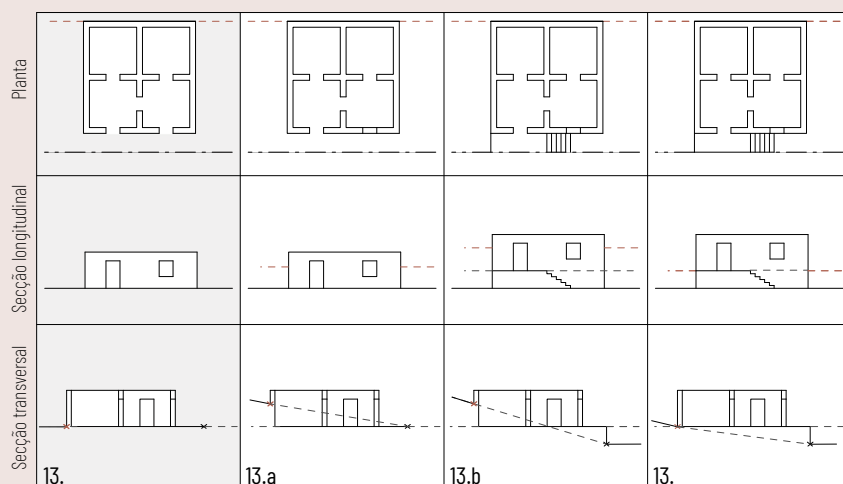


Fig. 90. Regra 13

Como explicámos no início, o ponto **A** e a via nem sempre estão à mesma cota. Tal facto acontece devido aos grandes declives presentes em Aljezur, que influenciam a implantação da habitação. As próximas regras tentam resolver essa questão.

Nesta regra 13 Identificamos uma plano horizontal de referência, que contem a origem do sistema de coordenadas, e como precedente a forma encontra-se implantada neste. No mesmo plano temos dois eixos: o limite da via, e o limite da forma.

A regra 13a. [Fig.90] demonstra como como implantar a forma quando o plano horizontal de referência contém a via, mas não o limite da forma;

A regra 13b. [Fig.90] é aplicada quando o plano horizontal de referência nao contém nem a via, nem o eixo do limite da forma;

A regra 13.c [Fig.90] mostra a implantação de uma forma quando o plano horizontal de referência contém o eixo do limite da forma, mas não contém a via.

3.2 Definição da cobertura

Pelo que observamos, a predominância dos telhados de uma água em Aljezur faz parte da sua imagem de conjunto.

É-nos possível compreender, igualmente, que as coberturas de duas águas também são usadas ainda que em menor número, especialmente quando falamos de edifícios que possuem uma disposição complexa.

Tendo em conta o tipo de telha utilizado - a telha de canudo, regulamentada pelo Plano Diretor Municipal - é possível compreender que as inclinações destes planos que constituem as coberturas são muito abaixo do regulamentado pelos fabricantes deste material. Contudo, e sempre na tentativa de preservar uma imagem de conjunto coerente, assumimos o intervalo entre 12° e 18° como as inclinações indicadas na arquitetura vernacular aljezurense. Estes valores geométricos foram definidos através da observação e levantamento do local.

A regra 14 [Fig.91] demonstra como é definido o polígono da cobertura. Através da planta do edifício, é criada uma forma quadrangular que estabelece a forma da cobertura planimetricamente.

Aquando do desenho destes polígonos, podemos ter em conta que não é obrigatório que a mesma cobertura seja definida apenas por uma forma, como é o caso da regra 14b., mas também através de polígonos que se complementam, como é o caso da regra 14a [Fig.91].

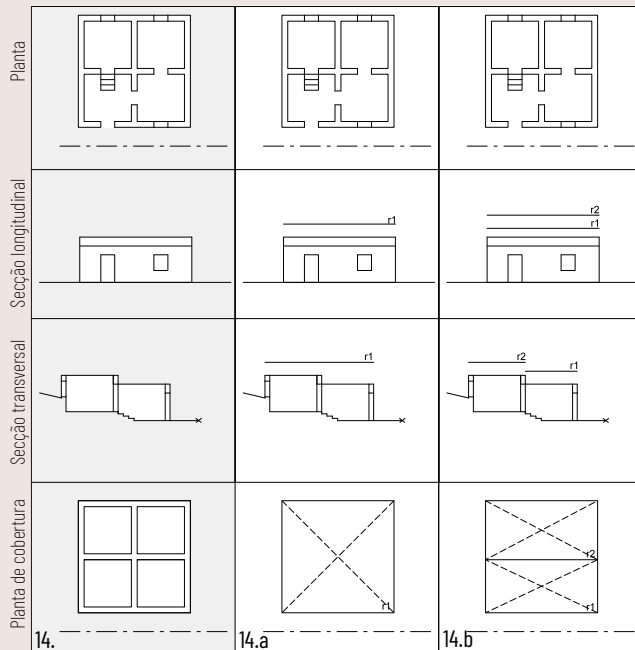


Fig. 91. Regra 14

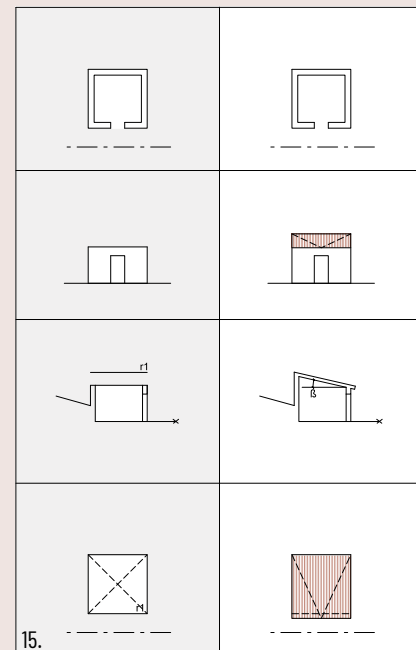
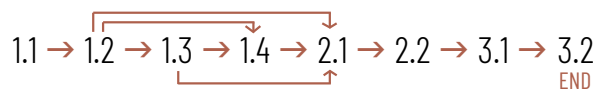


Fig. 92. Regra 15

A regra 15 [Fig.92] mostra então a definição volumétrica destas superfícies. Tendo em conta que a cobertura tradicional em Aljezur é a cobertura de uma água, cada polígono pode definir-se numa cobertura destas. Se combinarmos dois polígonos, então o resultado será uma cobertura de duas águas (Aplicação da regra 14a, seguida de duas regras 15a.).

Ordem de aplicação da gramática

A aplicação das regras explicadas anteriormente faz-se da seguinte forma:



UMA GRAMÁTICA DE PRESERVAÇÃO

Após a elaboração da primeira gramática analítica das habitações vernaculares aljezurenses, e perante a premissa de a readaptarmos às necessidades contemporâneas exigidas a uma habitação, desenvolvemos uma gramática de preservação, baseada na primeira, mas onde as necessidades contemporâneas são correspondidas.

De forma a estabelecermos quais as alterações a efetuar, desenhamos uma síntese, comparando as condições apresentadas na primeira gramática com as exigências contemporâneas patentes no Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU), no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e no Plano Diretor Municipal (PDM) de Aljezur em vigor.

Concomitantemente, exploramos algumas indicações bibliográficas acerca da transformação de gramáticas. Assim, e segundo o que Knight⁹¹ demonstra, percebemos que existem diferentes formas de transformar uma gramática noutra.

Inicialmente existem três métodos de alteração que são: a adição de novas regras, a subtração de regras existentes ou a alteração destas. Tais modificações podem ocorrer através da alteração da ordem de aplicação das regras, da alteração da localização dos símbolos ou da alteração das relações espaciais entre formas, introduzindo-se novas formas à gramática ou redimensionando e reposicionando as formas pré-existentes.

91. KNIGHT, Terry. 1994. *Transformations in Design*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tendo em conta esta informação técnica acerca do modo de alteração de gramáticas da forma, e a partir das conclusões do quadro-síntese descrito acima conseguimos estipular uma segunda gramática - gramática de preservação.

Esta, tal como a primeira gramática, divide-se num conjunto de 3 grupos de regras, divididos num total de 8 subgrupos.

Sendo que esta segunda gramática é baseada na primeira, as regras que se repetem não são representadas novamente e apenas os seus valores paramétricos, que podem ter intervalos diferentes, é que serão referenciados.

1. Definição do espaço interior (espaço vivido)

Aqui encontramos a primeira diferença entre a gramática vernacular e a gramática de preservação. Devido a questões regulamentares, às zonas funcionais já existentes são somadas duas zonas que designaremos de espaço de instalações sanitárias, e pátio.

Desta forma, dividimos as zonas funcionais em “espaços agregadores” e “espaços dependentes”, sendo que zonas agregadoras correspondem ao espaço de estar e ao pátio, que por sua vez estabelecem as comunicações necessárias com as zonas dependentes, nomeadamente o espaço de serviços, o espaço de alcova e as instalações sanitárias. [Fig. 94]

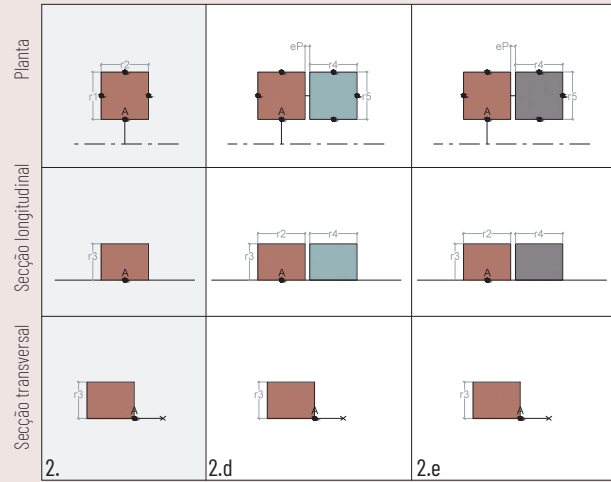


Fig. 93. Regra 2

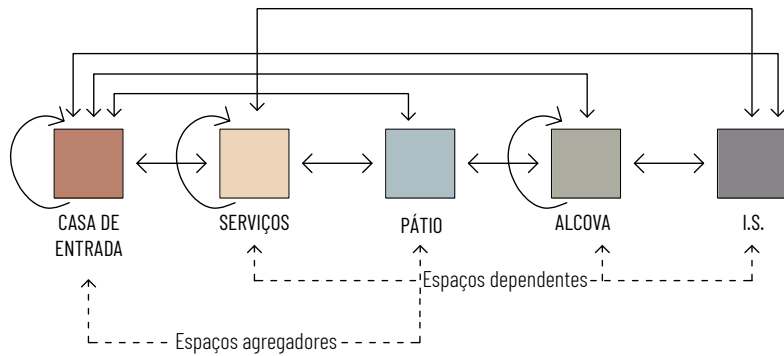


Fig. 94. Esquema de relações espaciais

1.1 Casa de entrada

A etapa de aplicação da casa de entrada é igual à regra correspondente na gramática vernacular. Assim sendo, aplicam-se os mesmos parâmetros que foram explicados anteriormente⁹².

92. Ver gramática vernacular, “1.1. Casa de entrada”, página 84

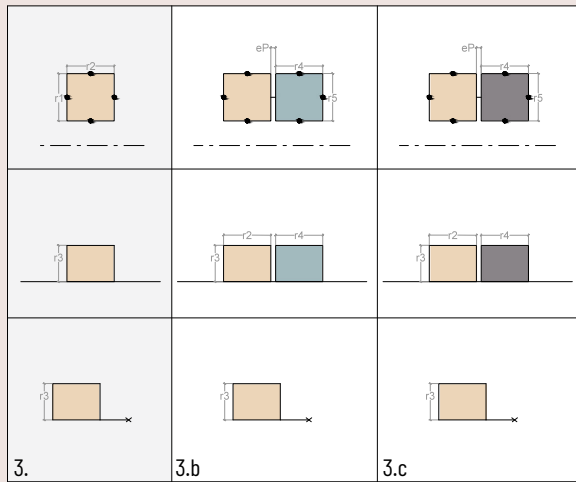


Fig. 95. Regra 3

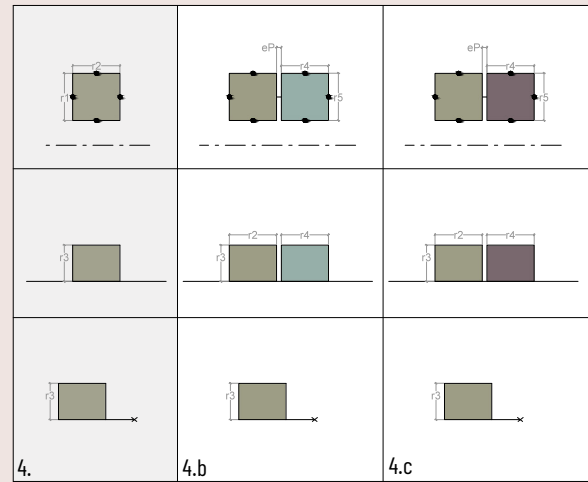


Fig. 96. Regra 4

1.2 Relações espaciais interiores transversais

Nesta segunda gramática, ao aumentarmos o número de zonas, aumentamos consequentemente as regras para estipular as relações interiores transversais entre elas.

Partindo das regras 2, 3 e 4 da gramática anterior,⁹³ foram desenhadas novas respostas, também simétricas, que permitem explorar aquelas relações.

Nas três regras assumem-se as alíneas anteriores, e acrescentam-se duas novas respostas em cada uma. Estas, simétricas, estabelecem a ligação da casa de entrada (2.), da zona de serviços (3.) e da alcova (4.) com o pátio e as instalações sanitárias [Fig. 93, 95 e 96].

Tendo em conta r_1 , r_2 e r_3 , mantemos a mesma razão de proporção da gramática vernacular, em que $1/2 \leq r_4/r_1 \leq 1$ e $2/3 \leq r_5/r_2 \leq 2$. Da mesma forma eP mantém o mesmo intervalo de valores $20\text{cm} \leq eP \leq 60\text{cm}$.

93. Ver gramática vernacular, “1.2. relações espaciais interiores transversais”, página 85

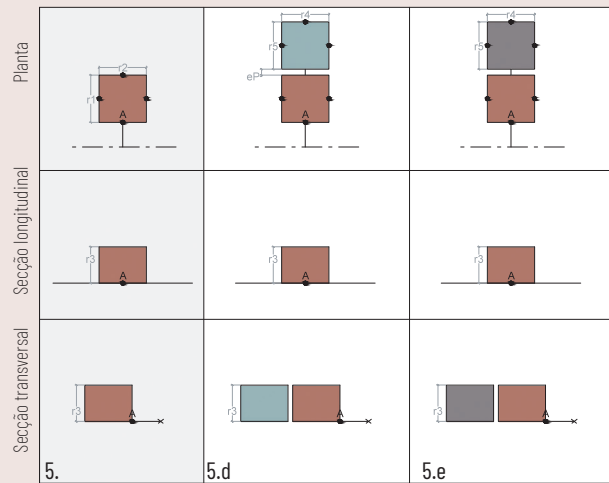


Fig. 97. Regra 5

1.3 Relações espaciais interiores longitudinais

Assim como no passo anterior, nas relações espaciais interiores longitudinais assumem-se as regras presentes na gramática vernacular.

A estas são acrescentadas mais duas soluções em cada regra, que podemos ver acima representadas, e que traduzem o facto de termos aumentado o número de zonas funcionais. Aqui, as razões de proporção também se mantêm.

As regras 5.d, 6.b, e 7.b permitem a colocação de pátios que comunicam com a casa de entrada, a zona de serviços, e a alcova, respetivamente [Fig.97, 98 e 99].

As regras 5.e, 6.c, e 7.c por sua vez, demonstram a colocação de Instalações sanitárias que comunicam com a casa de entrada, a zona de serviços, e a alcova, respetivamente [Fig. 97, 98 e 99].

1.4 Alinhamento de paredes interiores

Tal como na gramática vernacular, nesta nova gramática de salvaguarda permite-se a compartimentação e união de zonas anteriormente definidas.

Aqui, as regras são idênticas às da gramática anterior e devem obedecer aos mesmos parâmetros.⁹⁴

94. Ver gramática vernacular, "1.4. Alinhamento de paredes interiores", página 88

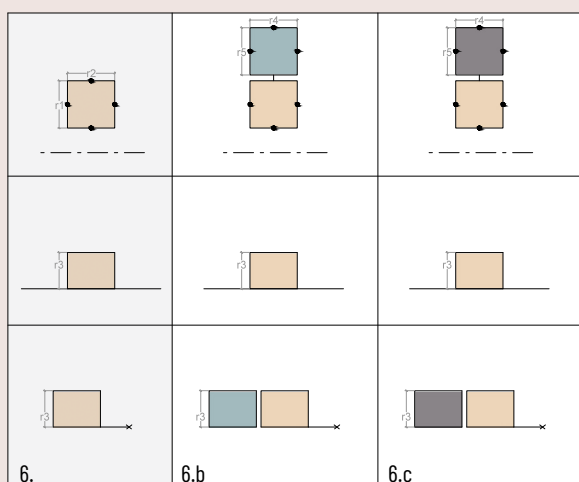


Fig. 98. Regra 6

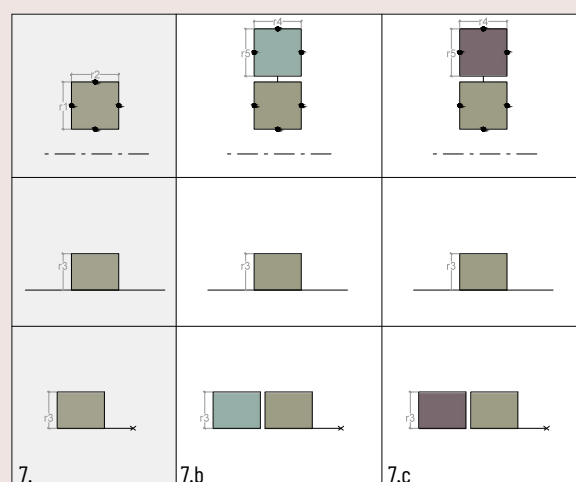


Fig. 99. Regra 7

2. Definição de paredes (espaço construído)

Após a definição dos espaços e das suas relações, definimos aquilo que designamos de espaço construído, à imagem da gramática vernacular.

2.1. Definição de paredes exteriores

Nesta fase, a regra 10 da gramática anterior⁹⁵ aplica-se da mesma forma, respeitando as premissas referidas na mesma, sendo que $0,3m \leq eP \leq 0,6m$. Esta razão é justificada pela possibilidade, nesta gramática, da utilização de outros sistemas construtivos.

95. Ver gramática vernacular, "2.1. Definição de paredes exteriores", página 89

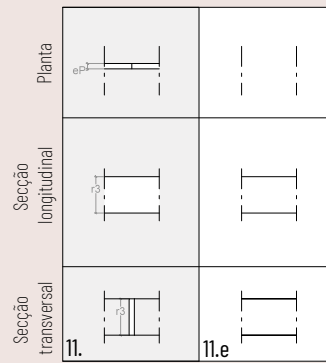


Fig. 100. Regra 11

2.2 Definição dos vãos

Ao falarmos de uma gramática de preservação, precisamos de explicar que, a nosso ver, os vãos que marcam a imagem exterior do edificado, devem ser regulados, de forma a evitar a utilização de vãos de exagerada dimensão, possíveis de provocar uma alteração da imagem exterior. Para tal, estabelecemos algumas limitações no que toca ao dimensionamento daqueles.

Ao definirmos os vãos nesta segunda gramática, temos de ter em conta que, segundo a legislação em vigor, os compartimentos, com exceção das instalações sanitárias, têm de ser sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos, e a área total do vão não será inferior a 1/10 da área dos compartimentos, com um mínimo de 1,08m² medido no tosco.

Assim sendo, definiu-se um aumento ligeiro nos valores que estipulam os dimensionamentos dos vãos, de forma a cumprir a legislação.

Assim, os parâmetros em relação às hipóteses de resposta à regra 11⁶ são os seguintes:

$$11a. 0,8m \leq v1 \leq 1,2m \text{ e } 2m \leq v2 \leq 2,2m;$$

$$11b. 0,8m \leq v1 \leq 1,25m, 1m \leq v2 \leq 1,60m \text{ e } v1 * v2 \geq 1,08m^2.;$$

11d. $b \leq 1/3r_3$, $0,8m \leq v_1 \leq 1,2m$ e $2m \leq v_2 \leq 2,2m$;

Na regra 12⁹⁷, as limitações dimensionais passam a ser $1m \leq v_1 \leq 1,4m$ e $2m \leq v_2 \leq 2,2m$.

Para além das regras mostradas anteriormente, na definição de vãos foram adicionadas mais uma alínea *e* [Fig. 100].

Esta compreende a remoção da parede enquanto elemento opaco. Isto é, esta regra permite a remoção total da parede, podendo ou não o utilizador substituí-la por um elemento em vidro. Esta regra só deve ser aplicada em áreas internas, não visíveis do espaço público, e tem o objectivo de melhorar as qualidades lumínicas e de ventilação dos espaços, sem interferir com a imagem de conjunto urbano.

Quanto à localização do vão na massa construída, os princípios são os mesmos que na gramática vernacular, isto é, os vãos devem sempre distar uns dos outros pelo menos uma distância *b*, em que *b* corresponde à largura do vão mais estreito presente na fachada. Da mesma forma que se deve manter uma distância mínima de 120cm entre o vão e o cunhal do edifício.

97 Ver gramática vernacular, "2.2. Definição dos vãos", página 90

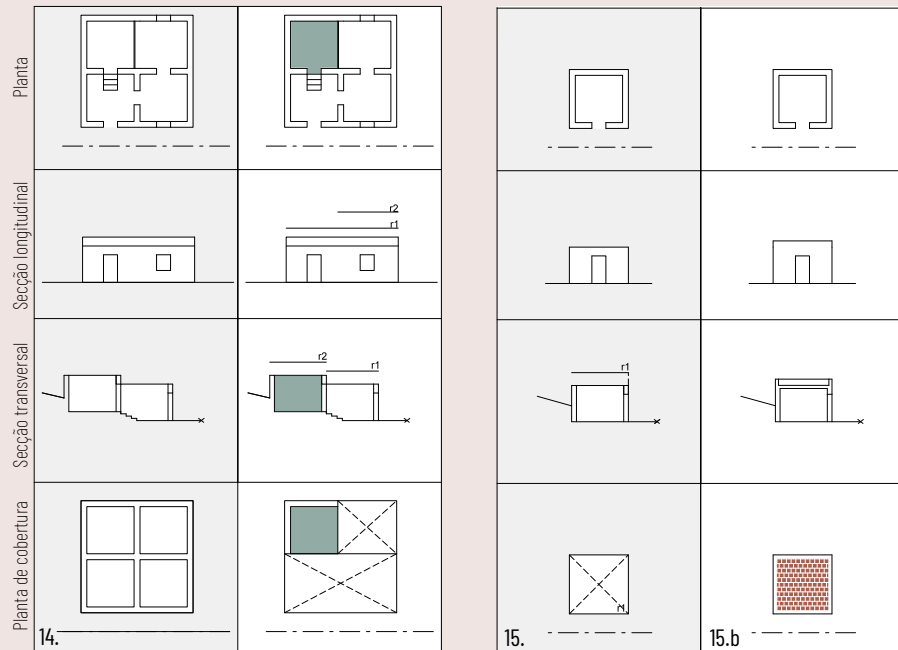


Fig. 101. Regra 14

Fig. 102. Regra 15

3. Relações com a envolvente

Tal como na gramática vernacular, após a definição daquilo a que designámos anteriormente de espaço positivo, a etapa seguinte estabelece a relação que a habitação desenvolve com a envolvente, ao nível da implantação no terreno e ao nível da cobertura.

3.1. Relação com a topografia

As regras que estipulam esta fase da gramática são idênticas ao que explicamos na gramática vernacular, respeitando os mesmos princípios e variações apresentadas.⁹⁸

3.2 Definição da cobertura

Nesta fase, e seguindo os mesmos princípios aplicados na gramática anterior, estipulamos uma nova regra, devido à necessidade de prever a situação do pátio, recente nesta gramática.

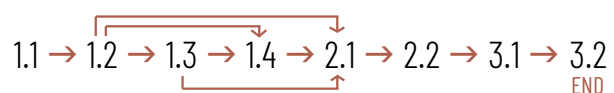
98. Ver gramática vernacular, "3.1 relação com a topografia", página 92

Para tal, esta nova regra 14 [Fig.91] estipula o entendimento de quais os compartimentos com a função de pátio. Desta forma, ao desenhar os polígonos que constituirão as coberturas, é necessário ter em atenção o não recobrimento da zona explicada anteriormente.

À regra 15 [Fig.92] por sua vez, acrescentámos uma alínea de resposta **b**, que permite a criação de coberturas planas, desde que não influenciem a imagem exterior do edifício em questão, já que a cobertura inclinada é identificada por nós como uma invariante da linguagem em questão.

Ordem de aplicação

A aplicação das regras explicadas anteriormente faz-se da seguinte forma:



UMA GRAMÁTICA CONTEMPORÂNEA DE GÉNESE VERNACULAR

Após a definição da gramática de preservação, capaz de responder às necessidades contemporâneas, e explorando ainda mais as capacidades de transformação de uma gramática noutra, desenvolvemos uma gramática da forma contemporânea de génese vernacular. Isto é, através da alteração de diversos parâmetros conseguimos estipular uma gramática a utilizar na construção de novas habitações.

Como objectivos fundamentais, esta gramática visa definir uma regulamentação volumétrica, e um conjunto de orientações que visam preservar a imagem tradicional dos conjuntos urbanos - e em particular do aglomerado da Igreja nova - permitindo no entanto uma maior latitude de exploração formal que, não fazendo sentido no núcleo histórico, faz sentido nas zonas novas, e onde se assume necessária à manutenção das características volumétricas dos aglomerados históricos da região.

Assim, nesta gramática tivemos em conta uma gama de variáveis mais abrangentes e menos limitativas, dando mais liberdade ao utilizador para definir a sua habitação, mas ao mesmo tempo tentando criar uma imagem de conjunto coerente.

Nesta gramática definimos as mesmas zonas funcionais que na gramática de preservação, isto é, a casa de entrada, a zona de serviços e a zona de alcova, ao que são adicionados o pátio e as instalações sanitárias, como podemos ver na figura 93 ao lado.

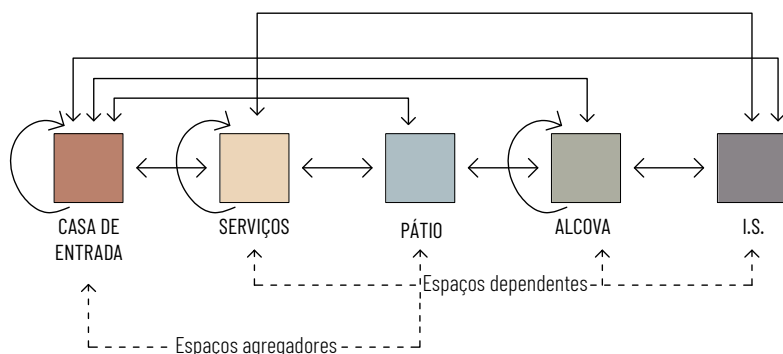


Fig. 103. Esquema relações espaciais

Tal como nas últimas duas gramáticas, a forma inicial desta é caracterizada por um ponto **A** que é colocado a uma distância **a**, variável, compreendida entre 0,6 e 4m da linha de lancil da via. Em **A** estabelecemos a origem do nosso sistema de coordenadas, em que **A**=(0,0,0).

1. Definição do espaço interior (espaço vivido)

1.1 Casa de entrada

Nesta etapa de definição da casa de entrada introduzimos uma forma quadrangular, tal como nas gramáticas anteriores, de forma a que $r_1=r_2 \vee r_1 \neq r_2$.

De qualquer modo definimos uma razão de proporção para esta forma, em que $0.8 \leq r_2/r_1 \leq 3$. Em relação à altura deste compartimento conseguimos compreender que: $2,8m \leq r_3$.

A sua colocação em relação a **A** é paramétrica, sendo que $r_a=r_b \vee r_a \neq r_b$, desde que nenhum destes comprimentos seja menor que 0,6m.

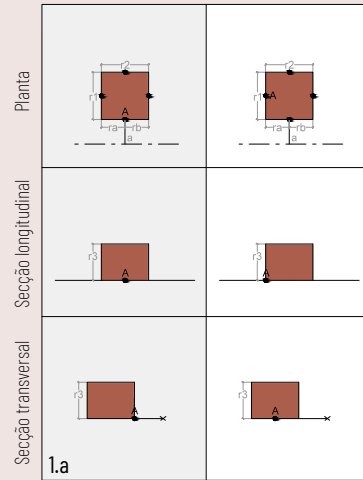


Fig. 104. Regra 1.a

Nesta gramática inserimos uma outra regra 1.a, que permite a deslocação de **A** para outro ponto pertencente ao mesmo compartimento, como podemos ver explicitado acima na figura 104.

1.2 Relações espaciais interiores transversais

Nas relações espaciais interiores transversais, inspiradas nas gramáticas anteriores, tratam-se as agregações das zonas explicadas anteriormente.

As regras desta fase são idênticas às da gramática de preservação, não descurando que aqui **eP1**, isto é, a distância entre compartimentos - **espessura da Parede** - pode chegar a valores como os dois metros, isto é, $0,2m \leq eP1 \leq 2m$ [Fig.105]. Ou seja, aumentamos a área correspondente ao espaço construído, de forma a que o possamos explorar conceptualmente na fase 2.2, a fase de definição dos vãos.⁹⁹

1.3 Relações espaciais interiores longitudinais

Nesta fase de desenvolvimento longitudinal, as regras a utilizar também são idênticas às regras da gramática de preservação.

A única diferença nesta fase, à imagem da fase anterior é o valor que pode ser dado *eP1*, isto é, $0,2m \leq eP \leq 2m$.

1.4 Alinhamento de paredes interiores

Tal como na gramática vernacular, nesta gramática permite-se a compartimentação e união de zonas anteriormente definidas.

Aqui as regras são idênticas às da gramática anterior e devem obedecer aos mesmos parâmetros.¹⁰⁰

2. Definição de paredes (espaço construído)

Tal como nas últimas duas gramáticas, procedemos agora à definição do espaço construído.

Enquanto que na gramática de salvaguarda a grande alteração foi no espaço negativo com a adição de mais zonas funcionais, nesta gramática a alteração principal prende-se com a utilização deste espaço positivo como espaço vivido, através da criação, na sua génese, de espaço utilizável dentro daquilo a que consideramos *eP1*.

100. Ver gramática vernacular, “1.4. Alinhamento de paredes interiores”, página 88

2.1 Definição das paredes exteriores

Nesta fase da gramática procedemos à criação das paredes exteriores, utilizando os mesmos princípios da gramática vernacular¹⁰¹, mas $eP1 \geq 0,3m$. Tal facto deve-se a esta gramática compreender e prever a utilização de outros sistemas construtivos.

2.2 Definição dos vãos

Neste subgrupo de regras está latente a grande alteração feita nesta gramática relativa a $eP1$, isto é, a espessura das paredes.

De forma a controlar a morfologia das habitações, definimos três variantes, de acordo com o valor dado a $eP1$, e que permitem a aplicação de diferentes regras.

Tendo conta $eP1$ definimos algumas regras, aplicadas consoante os seguintes dimensionamentos:

Regra 11. Aplicável a $0,2 \leq eP1 \leq 2m$;

Regra 12. Aplicável a $0,2 \leq eP1 \leq 2m$;

Regra 13. Aplicável a $0,6 \leq eP1 \leq 2m$;

Regra 14. Aplicável a $1,2 \leq eP1 \leq 2m$.

A regra 11, idêntica à sua equivalente nas gramáticas anteriores, permite a colocação de diferentes vãos de acordo com a alínea escolhida.¹⁰²

101. Ver gramática vernacular, "2.1. Definição de paredes exteriores", página 89

102. Ver gramática vernacular, "2.2. Definição dos vãos", página 90

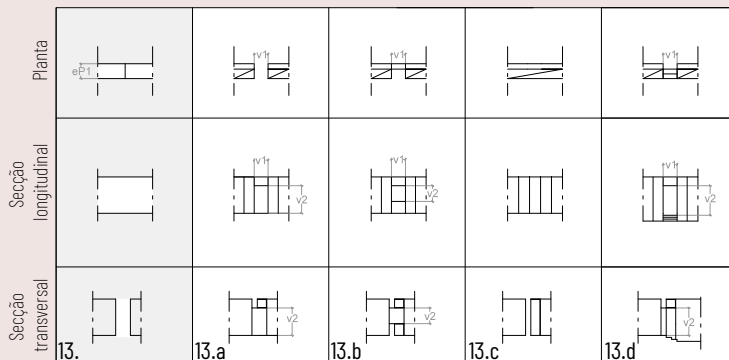


Fig. 105. Regra 13

A regra 12 é usada para colocar no símbolo acompanhado pela letra **A**, a porta de entrada da habitação, e funciona como a regra 12 da gramática de preservação.

Caso **eP1** assumam valores compreendidos entre 0,6m e 2m, então podemos aplicar a regra regra 13 [Fig.105]. Esta utiliza a a distância de **eP1** para a colocação de estruturas de arrumação, quando necessário, ao mesmo tempo que cria diferentes soluções de vãos, desde uma porta (13a.), uma janela (13.b), ou até alterações na cota do pavimento (13d.).

Os valores das diferentes variáveis da regra 13 são estipulados da seguinte forma:

- 13a. $0,7 \leq v1 \leq 1,2m$ e $2 \leq v2 \leq 2,4m$;
- 13b. $0,85 \leq v1 \leq 1,4m$ e $1 \leq v2 \leq 1,6m$;
- 13d. $0,7 \leq v1 \leq 1,6m$, $2 \leq v2 \leq 2,4m$ e $b \leq 1/3r4$;
- 13e. $0,7 \leq v1 \leq 1,6m$ e $2 \leq v2 \leq 2,4m$.

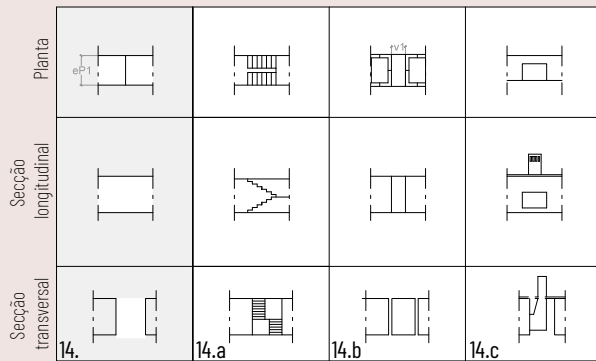


Fig. 106. Regra 14

A regra 14 [Fig.106] estabelece os princípios quando *eP* assume valores compreendidos entre 1,2 e 2,1m.

A alínea 14.a permite a colocação de circulações verticais, contudo, ao aplicar esta regra, **existe a necessidade de voltar ao ponto 1.1., de forma a desenvolver o piso superior de acordo com as premissas inerentes.**

A alínea 14.b demonstra a criação de espaços úteis de arrumação ou para instalações sanitárias, tendo em conta um compartimento criado em *eP*.

A alínea 14.c demonstra a possibilidade de colocação de uma lareira.

3. Relações com a envolvente

Tal como nas outras gramáticas, após a definição daquilo a que designámos anteriormente de espaço positivo, a etapa seguinte estabelece a relação que a habitação desenvolve com a envolvente, ao nível da implantação no terreno e ao nível da cobertura.

3.1. Relação com a topografia

Nesta fase desta gramática são aplicados os mesmos princípios de implantação que mostramos nas últimas duas gramáticas.¹⁰³

103. Ver gramática vernacular, “3.1 relação com a topografia”, página 92

3.2 Definição da cobertura

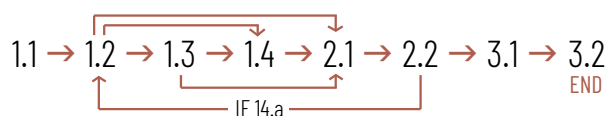
Ao definirmos a cobertura nesta gramática, e tendo sempre em vista uma vertente contemporânea, entendemos que às coberturas deve ser dada liberdade formal para a sua criação.

Assim, o que estipulamos é a definição do polígono que compreende o desenho da cobertura planimetricamente (regra 16), e, ao aplicar a regra que define formalmente este elemento (regra 17), damos a total liberdade ao utilizador para definir a sua cobertura dentro das alíneas correspondentes, e que permitem criar coberturas inclinadas de uma ou duas águas, ou coberturas planas, acessíveis ou não.

Ordem de aplicação

A aplicação das regras explicadas anteriormente faz-se da seguinte forma.

Aqui, a sequência altera-se ao aplicarmos a regra 14.a do subgrupo 2.2, visto que esta exige um pensamento acerca do piso superior. De tal forma, ao aplicarmos esta alínea é necessário voltar a 1.2.



5. COMPONENTE PROJETUAL

“Eu só posso comparar a arquitetura à linguagem. Para dominar verdadeiramente um idioma, devemos dominar a sua gramática. [...] Podemos dizer coisas normais num idioma, podemos dizer coisas lógicas... Mas, se formos poetas, então conseguimos expressar arte.

Eu acredito que na arquitetura acontece exatamente o mesmo.”¹

¹Mies Van der Rohe, in. *Reflejos - Pabellón de Barcelona*. 2017. Realizado por Fernando AYUSO.

UMA GRAMÁTICA PARA PRESERVAR

Apresentamos agora dois casos de duas habitações, implantadas na Vila Velha de Aljezur, que servem como exemplos da forma como a nossa gramática de preservação pode ser aplicada para as reabilitar e trazer uma nova vida a estes exemplares hoje em dia devolutos.

Decidimos utilizar estes dois exemplos pelas suas diferenças em termos formais, de preservação e de implantação, de forma a que consigamos mostrar o quão flexível esta nossa abordagem gramatical consegue ser.



Fig. 107. Casa branca, vista da Rua das Cabeças

A CASA BRANCA

Rua das Cabeças,

nº14 37º19'12.7"N 8º48'09.7"W

Esta habitação, a que designamos de casa branca pela sua aparência, é uma habitação devoluta no centro histórico de Aljezur, e que tivemos o prazer de explorar. Esta encontra-se implantada de uma forma elevada, sendo que o seu acesso para o interior é feito através de uma escadaria que faz a ligação entre a rua e a porta de entrada.

As suas paredes estruturais, que refletem um sistema construtivo tradicional autoportante, são constituídas em taipa e têm uma espessura considerável. A sua cobertura em telha vã assenta diretamente sobre as paredes, sendo que as suas madres em madeira maciça transmitem diretamente as cargas da cobertura para estas.

Tanto a cobertura como as paredes estruturais refletem algumas patologias estruturais e infiltrações severas, demonstrando a evolução desta habitação enquanto objeto passado, deixado à deriva no tempo. A cobertura apenas resiste em pé em dois compartimentos, e as paredes, que já se transformaram num ecossistema fantástico para o desenvolvimento de fungos e outros micro-organismos, tornam-se em pó ao toque.



Fig. 108. A cobertura ruiu com o tempo



Fig. 109. Vista interior

À data do seu levantamento, esta habitação é composta por uma sala que demarca a entrada da habitação, seguida de outro compartimento que consideramos ter uma função de sala de jantar pelos resquícios de mobiliário encontrados no local.

Da sala encontramos um pequeno vão que dá acesso a um corredor com dois quartos, claramente resultado da divisão com uma parede de tabique de apenas um compartimento, já que um deles não tem qualquer vão para o exterior.



Fig. 110. vista interior - quarto



Fig. 111. vista interior - cozinha

No fim desse corredor encontramos a cozinha, apenas com uma bancada e uma pia em pedra. Este compartimento tem uma ligação direta para as traseiras que se traduzem numa pequena azinhaga.

As instalações sanitárias são um pequeno compartimento exterior, de 1,25m por 1m, colocado no topo da escadaria de acesso à habitação, simplesmente com uma sanita e um lavatório. Conseguimos identificar este volume como um elemento posterior, imposto pelas necessidades contemporâneas de uma qualidade básica de vida.

Como esta, existem várias habitações em Aljezur, em que o tempo foi tudo menos gentil.

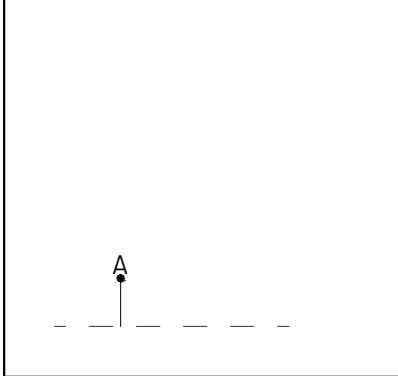
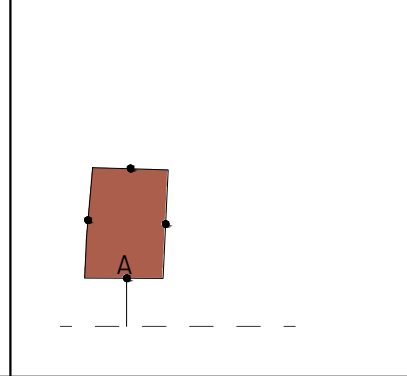
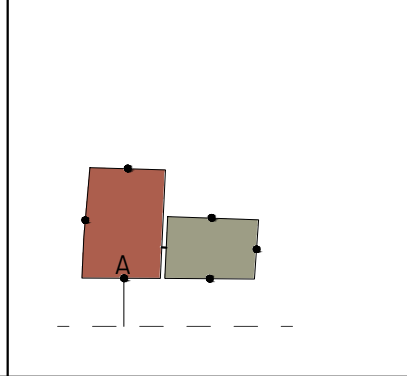
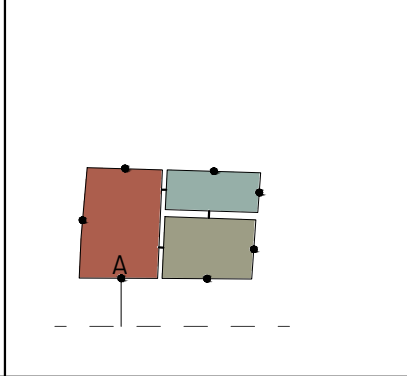
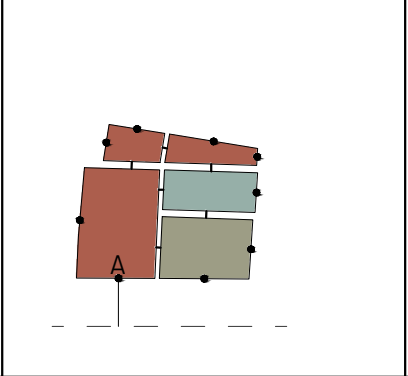
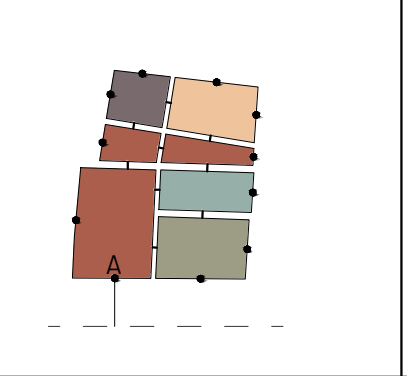
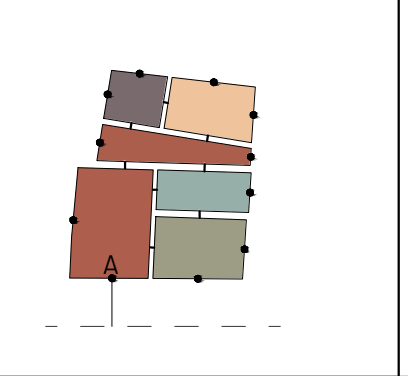
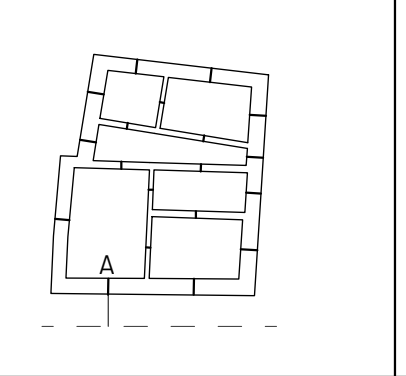
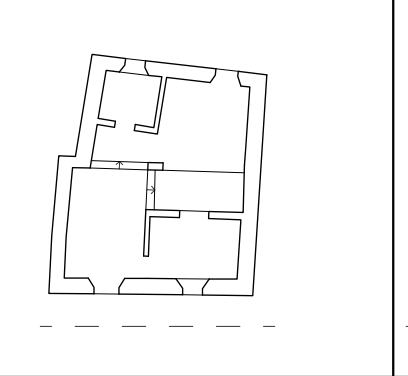
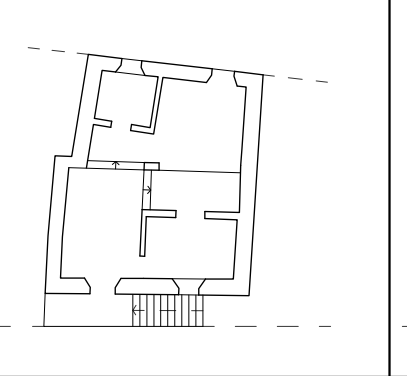
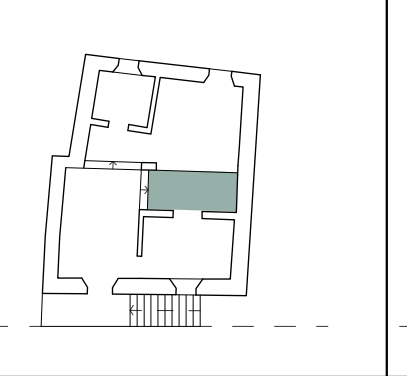
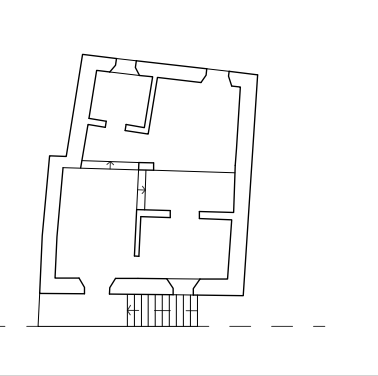
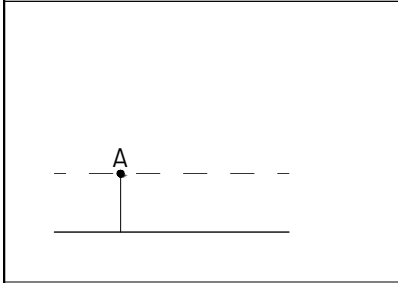
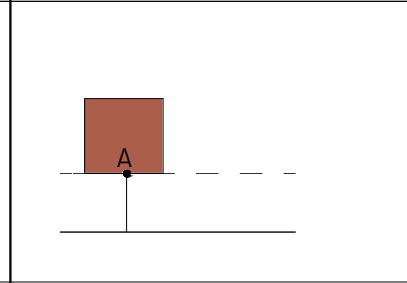
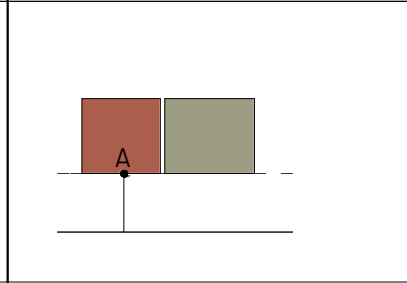
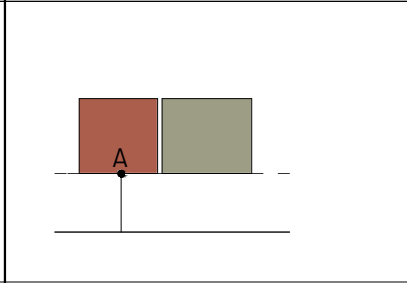
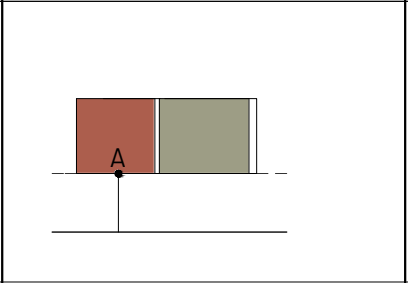
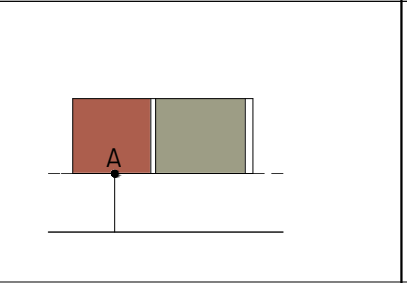
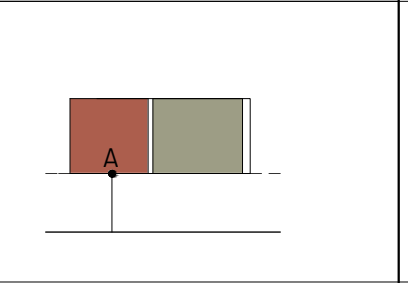
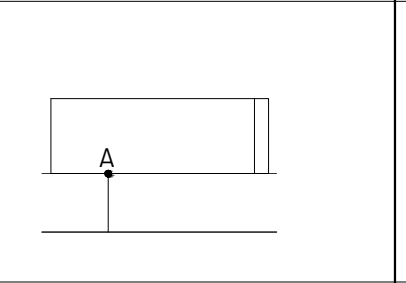
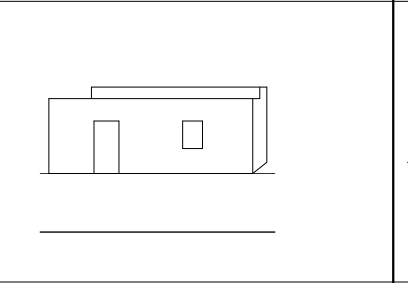
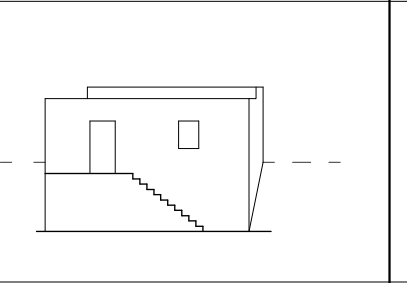
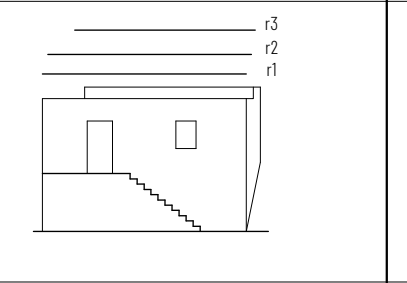
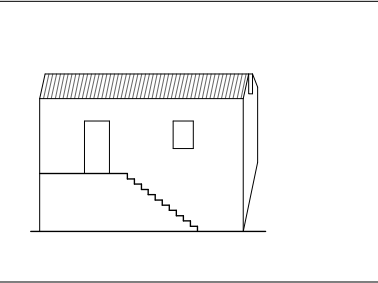
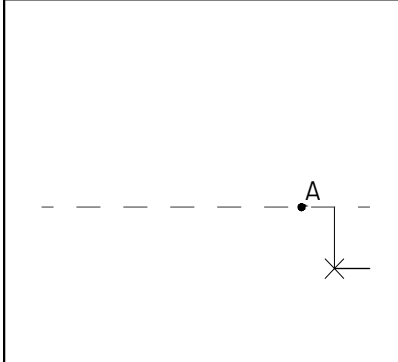
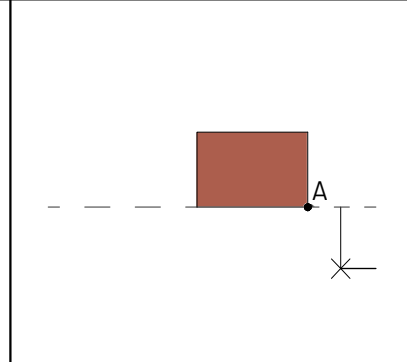
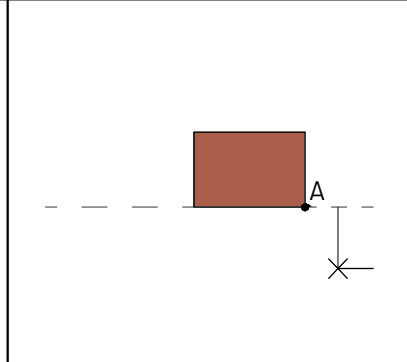
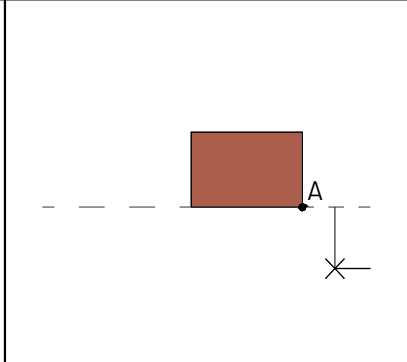
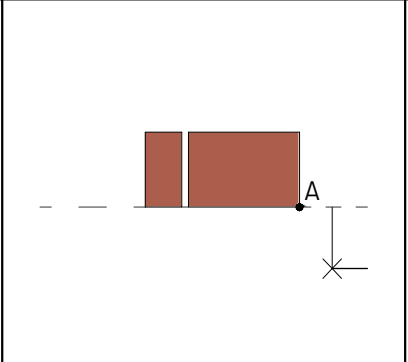
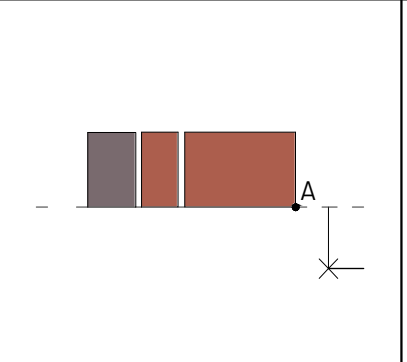
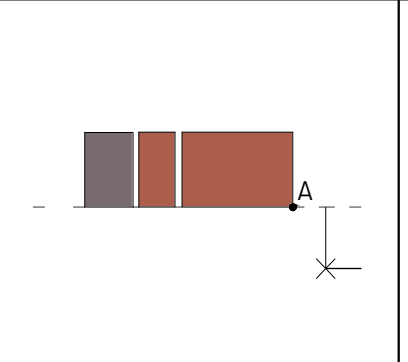
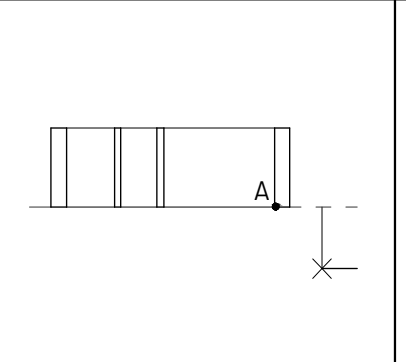
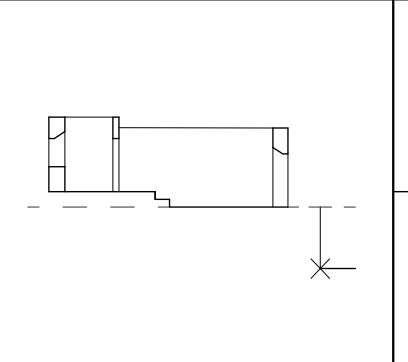
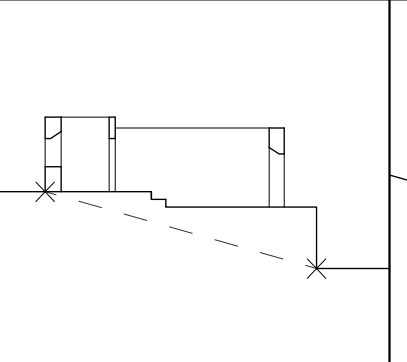
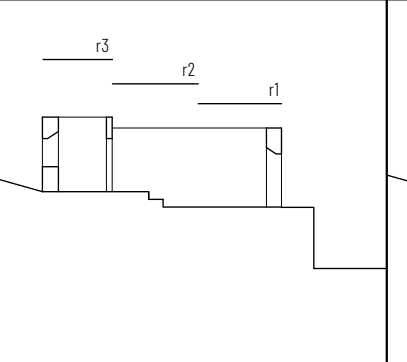
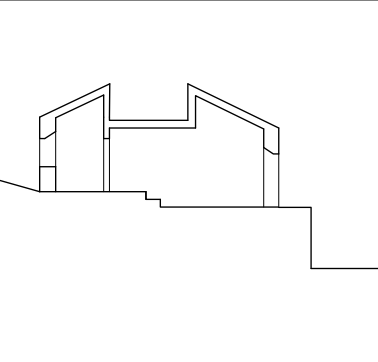
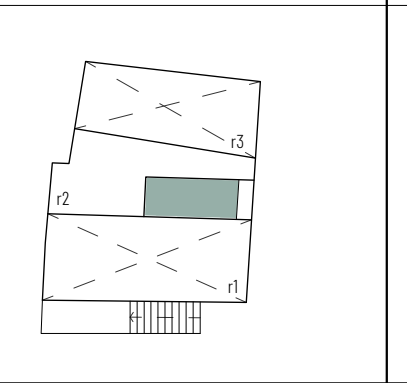
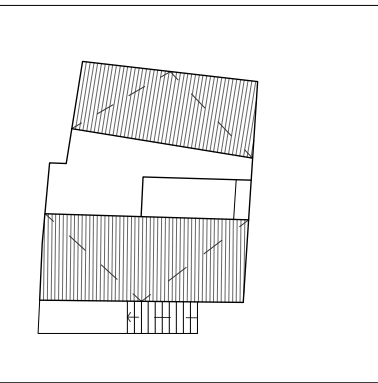
Assim, e para a comprovarmos, usámos a nossa gramática de salvaguarda para repensarmos o espaço. Desta forma, tentamos identificar quais foram as regras que permitiram a criação desta habitação, e de seguida aplicámos transformações ao objeto através da alteração de algumas regras.

Para tal, identificámos antecipadamente como prioridades a proteção da imagem da fachada, a tentativa de dotar todos os espaços de luz e ventilação eficientes e a criação de uma zona de instalações sanitárias no interior da habitação.

Ao lado podemos perceber como é que a alteração de algumas regras permitiu materializar todas estas prioridades identificadas.

Fig. 112. Aplicação da gramática de preservação (à direita)

GRAMÁTICA DE PRESERVAÇÃO

FORMA INICIAL	1.	2.c	7.b	5.a 5.d	5.b 5.e	9.	10.	(4x) 11.a (2x) 11.b (8x) 11.c (2x) 11.d (2x) 11.e 12.	13.c	14.	(2x) 15.a 15.b
											
											
											
											

Decidimos manter a escadaria de acesso à habitação, agora sem o volume das instalações sanitárias.



Fig. 113. Planta da habitação

A entrada é feita diretamente para a sala, que serve simultaneamente de espaço agregador e distribuidor. Este compartimento tem uma ligação direta ao pátio central, que permite a entrada e difusão de luz natural, tal como uma ventilação cruzada eficiente.

Através dum diferenciação de cotas de pavimento demarcamos uma zona de acesso tanto às instalações sanitárias, iluminadas por um pequeno vão aberto para a azinhaga, como para a cozinha, que também recebe luz advinda do pátio.

A cozinha é pensada enquanto elemento com uma cobertura de uma água em madeira, e continua a estar conectada ao exterior através da azinhaga atrás da habitação.



Fig. 114. Ambiência

O quarto foi desenhado tendo em conta a localização das antigas alcovas, e também se relaciona com o pátio. Aqui, mantemos a génese do vão que marca a fachada, aumentando a sua área em cerca de 20%, de forma a que o mesmo cumpra todos os requisitos formais contemporâneos.



De forma a efetuarmos uma reabilitação eficiente deste objecto, propomos primeiro uma consolidação das paredes estruturais, com a reparação de falhas e patologias associadas. De seguida é necessário efetuar o reboco das paredes em taipa com uma argamassa de cal, de forma a que se minimizem incompatibilidades ao nível dos materiais. Após este tratamento às pré-existências, e tendo em conta uma aproximação sazonal, propomos o recobrimento interior das paredes com uma estrutura de gesso cartonado com isolamento térmico e acústico. Esta solução é ideal para o uso sazonal desta habitação, pela minimização energética aquando do aquecimento desta para pequenos períodos de tempo.

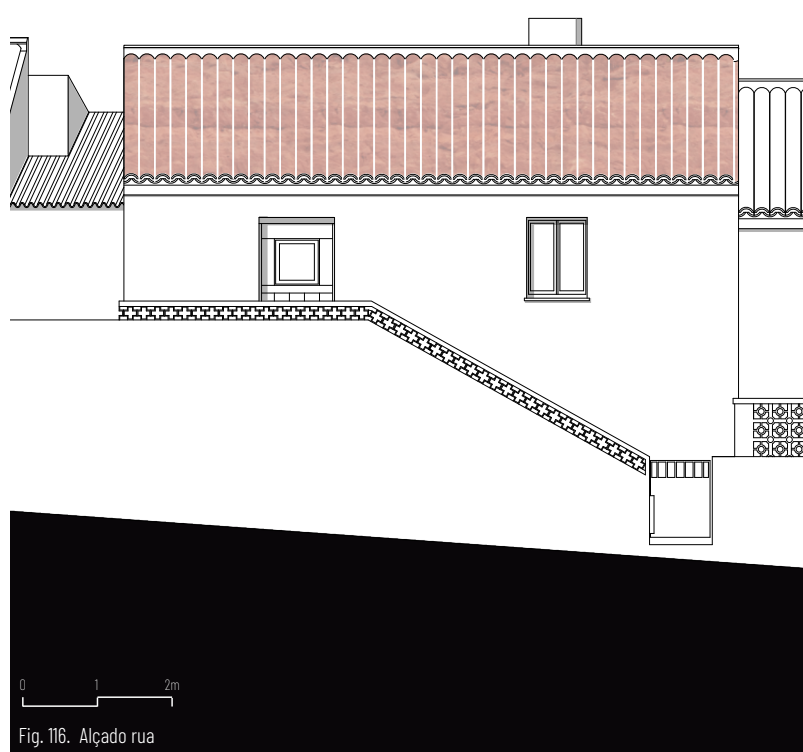
A cobertura em telha vã será substituída por outra em madeira, com isolamento térmico e acústico. Propomos também a utilização da telha de canudo aplicada sobre sub-

telha, de forma a mantermos uma imagem coerente com a tradição.

Sugerimos de igual forma a utilização de ladrilhos cerâmicos tradicionais para as zonas húmidas, e soalho de madeira todas as outras zonas, com excepção da zona de acesso, que por ser identificada como uma alteração contemporânea à habitação tradicional, deve ser tratada como tal, com um pavimento em microcimento e uma cobertura plana que não afeta a imagem exterior do objeto.

Todos os caixilhos foram pensados em madeira maciça, com corte térmico e vidro duplo, prevendo nestes a colocação de portadas interiores em madeira maciça também.

No que toca ao tratamento exterior da fachada, propomos a sua caiação como feito noutros tempos, mantendo a estrutura de cobogós na guarda da escadaria de acesso e o pequeno portão em ferro previamente tratado.



A CASA POLIGONAL

Rua das Parreiras

37°19'12.8"N 8°48'11.4"W

O outro exemplo de reabilitação que mostramos é a casa poligonal, pela sua estranha forma resultante da sua implantação no território.

Esta habitação, apenas acessível a pé, encontra-se na envolvente do hoje em dia designado centro histórico, e encontra-se implantada numa encosta com uma vista desafogada para a Igreja Nova, sendo que o único elemento que a separa dum declive acentuado é uma azinhaga cuja reabilitação também propomos.



Fig. 117. Casa poligonal vista do topo da encosta



Fig. 118. Casa poligonal, vista da Rua das Parreiras

À data do levantamento realizado deparámo-nos com um objeto sem cobertura, cujas suas paredes em terra, caiadas a branco refletiam um sistemas construtivo autoportante que em tempos suportou uma cobertura em madeira.

A entrada, marcada por dois bancos exteriores siameses às paredes estruturais, faz-se pela casa de entrada, que dá acesso ao resto da habitação através de patamares a diferentes cotas.



Fig. 119. Panorâmica interior

O único elemento intacto, a cozinha, detém um forno tradicional que ocupa quase metade da sua área útil, uma pia em pedra, e uma cobertura em telha vã, com bastantes patologias advindas do tempo.

Desta habitação decidimos manter aquilo que achámos importante, como o ritmo da fachada, a persistência de um elemento em material cru, o desenvolvimento em patamares, e especialmente esta cozinha parada no tempo, como se ontem pudesse ter sido usada.

Da mesma forma pensámos num conjunto de objetivos contemporâneos, de forma a tornar este objeto habitável, como a preocupação com a iluminação, a ventilação, a privacidade e a criação de instalações sanitárias.



Fig. 120. Desníveis de cotas na habitação



Fig. 121. Forno tradicional



Fig. 122. Interior da habitação

Assim aplicamos a nossa gramática de preservação. Primeiro tentamos perceber qual foi a sequência de regras que levou à forma original desta habitação, e de seguida aplicamos algumas transformações às regras e à sequência de modo a conseguirmos cumprir todos os objetivos a que nos propusemos.

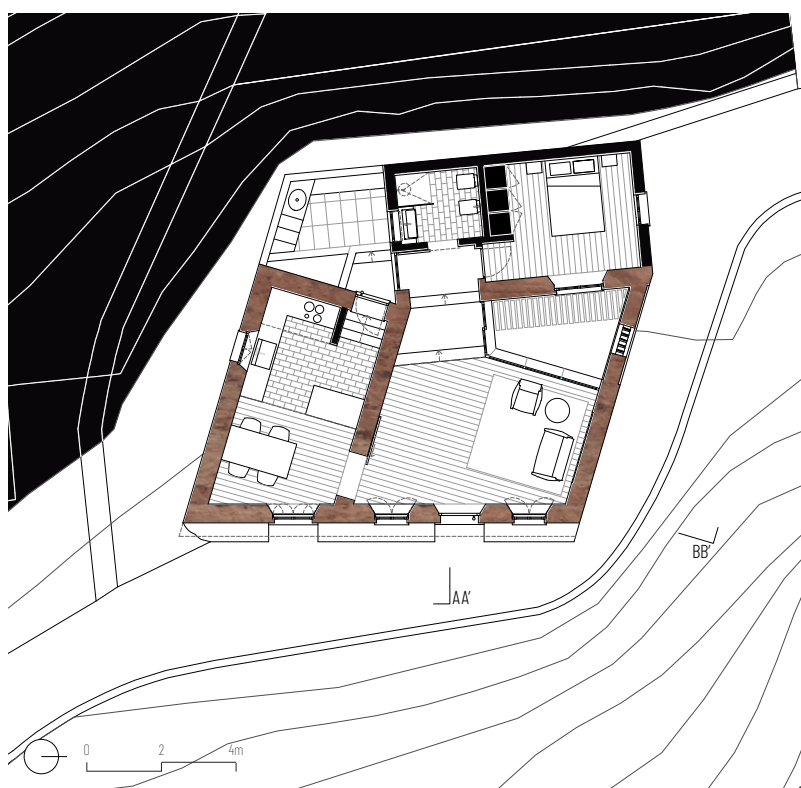


Fig. 123. Planta da habitação

Nesta reabilitação mantivemos a entrada pela casa de entrada, isto é, uma sala, iluminada e ventilada por um pátio interior. A sala serve de igual forma de distribuidor para outros espaços.

Fig. 124. Aplicação da gramática de preservação
(à direita)

GRAMÁTICA DE PRESERVAÇÃO

FORMA INICIAL	1.	2.a	5.a 5.b 5.d	6.b 5.c	(2x) 8.	10.	(7x) 11.a (5x) 11.b (10x) 11.c (2x) 11.d (2x) 11.e 12.	13.a	14.	15.a 15.b



A cozinha foi aumentada para o espaço de refeição, e mantém o forno tradicional inserido numa lógica contemporânea. A cozinha comunica diretamente com um outro pátio, que serve como espaço de lazer, onde o forno exterior foi replicado à imagem do que encontramos disseminado pela vila.

As instalações sanitárias estão colocada no tardo do edifício, perto do quarto, e são iluminadas por um vão aberto para o pátio.

O quarto está inserido de forma a que seja bem ventilado e iluminado, tanto através do pátio, como de um novo vão, aberto para a rua, e que enriquece a empena, antes marcada com apenas um vão de pequena dimensão.

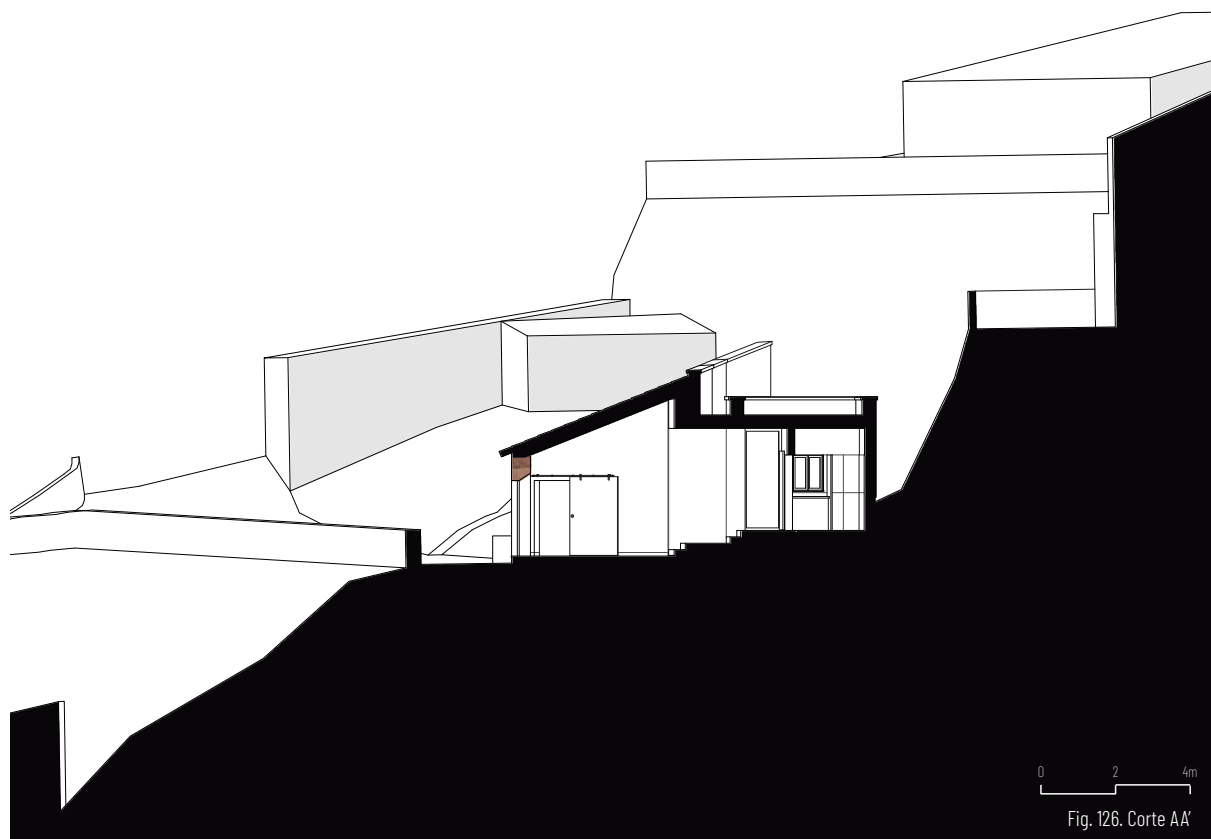


Fig. 125. Ambiência
(à esquerda)

Como estratégia de reabilitação, propomos uma consolidação das paredes estruturais, com a reparação de fissuras, infiltrações por capilaridade e outras patologias. De seguida sugerimos um sistema de revestimento com proteção térmica pelo exterior, baseado num sistema de reboco isolante, aplicado por projeção mecânica, seguido de um revestimento reforçado, à base de cal.

Este reboco isolante também é constituído por uma base de cal e fragmentos de cortiça, o que irá minimizar as incompatibilidades de materiais, especialmente numa parede de taipa, cuja base é suscetível de apresentar problemas de incompatibilidades.

Esta solução é a indicada para habitações com uma utilização permanente, já que permite uma poupança no consumo energético para aquecimento e arrefecimento, diminui pontes térmicas planas, e aumenta o efeito de inércia térmica interior, provocado pela massa da parede, isolada pelo exterior.

Nesta habitação propomos a colocação de uma cobertura em madeira, com telha de canudo e subtelha.

Como pavimentos mantemos o soalho de madeira com caixa de ar, exceto nas zonas húmidas, onde propomos um ladrilho cerâmico tradicional.

Os caixilhos foram todos desenhados em madeira maciça, inspirados nas janelas de outrora, com corte térmico e vidro duplo, cujas portadas em madeira se tentam integrar na parede pelo desenho de uma reentrância.

UMA GRAMÁTICA PARA CRESCER

PLANO DE PORMENOR PARA A IGREJA NOVA

Assentando numa lógica de crescimento populacional, abordaremos de seguida a criação de um novo plano de pormenor na Igreja nova.

A zona escolhida para ser desenvolvida encontra-se designada no PDM de Aljezur como uma área de expansão do aglomerado urbano, tendo como limites o Bairro Car a norte, a rua 13 de Janeiro de 1898 a poente, a estrada do moinho da cruz a nascente, e a várzea de Aljezur como limite a sul.



Fig. 127. Identificação da zona de intervenção

A escolha desta área não se prendeu apenas com o indicado no PDM, mas também devido ao desnível de cotas a vencer transversalmente. Este detalhe foi determinante para o desenvolvimento do conceito adjacente a este plano de pormenor.

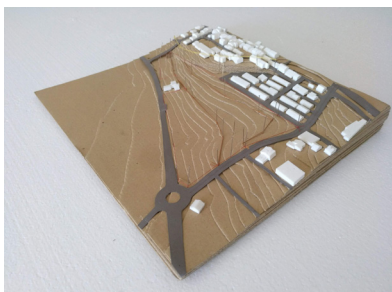


Fig. 128. A topografia como geradora da malha urbana

Desta forma, e após termos analisado a Vila velha e entendido a modo de desenvolvimento deste aglomerado - quase que cirurgicamente colocado na encosta, onde as vias seguem as curvas de nível - entendemos que seria interessante desenvolver o mesmo conceito neste novo plano de pormenor. A topografia como geradora da malha urbana.



Fig. 129. A topografia como geradora da malha urbana

Assim, como fundamento, tentámos tirar o maior partido dos desníveis existentes na área de intervenção, e, à imagem do que ocorre na vila velha, desenvolvemos um sistema de circulações rodoviárias e pedonais que acompanham o desenvolvimento do terreno, e que se complementam.



Fig. 130. Plano de pormenor

Outro aspeto que ao analisarmos a vila velha sobressaiu, foi a apropriação tanto da via pública como das traseiras das habitações pelos habitantes como espaço exterior utilizável. Este aspeto fez-nos equacionar em todas as novas habitações a criação dum espaço exterior privado, utilizável como mais um elemento que nos permite desenvolver um sistema de socalcos inspirados na implantação centenária da vila velha.

Ao procedermos ao loteamento da área em questão, tivemos em atenção a criação de diferentes lotes, com diferentes áreas, de forma a heterogeneizar no plano a existência de várias tipologias habitacionais. Propomos também uma pequena zona de comércio adjacente ao novo bairro.



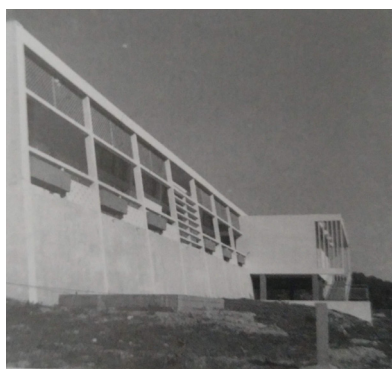


Fig. 132. Centro de saúde de Aljezur, década de 50 do século XX



Fig. 133. Antigo centro de saúde, no seu estado atual



Fig. 134. Nova sede da ADPA, inscrita numa zona verde adjacente

Neste plano, propomos também a criação de um novo programa e a reabilitação do antigo centro de saúde de Aljezur - uma obra modernista do arquiteto Manuel Gomes da Costa, e que hoje em dia se encontra em estado devoluto. Propomos que este edifício, colocado no topo do cerro e com uma vista impressionante para a paisagem, seja reabilitado para receber a sede da ADPA, com a criação de espaços de exposição, investigação, e depósito, e integrado num espaço público verde, destinado à fruição e à contemplação da paisagem da várzea aljezurense.

Assim, e como objetivos neste plano de pormenor, deuse predominância a pontos de vista, a circulações pedonais, à criação de espaço verde público, à reapropriação para criação de zonas culturais, e fundamentalmente à imagem de conjunto.

CASA DIAFRAGMÁTICA

Apresentamos agora a primeira de duas habitações, inseridas no plano urbano desenhado anteriormente, que foram desenvolvidas tendo em conta a nossa gramática contemporânea de génese vernacular.



Como prioridades no desenho desta habitação entendemos ser fundamental pensar o espaço enquanto gerador de sinergias entre o interior e o exterior, dando importância à iluminação, ventilação e a pontos de vista. Da mesma forma foi dada importância à organização funcional dos espaços e o modo como estes se articulam.

Como parte do nosso conceito de exploração de técnicas tradicionais, pretendemos utilizar paredes em taipa de forma pontual. Assim criamos diferentes espacialidades e despertamos diferentes sensações por parte do habitante.

Assim, mostramos as regras utilizadas para chegarmos ao objeto final aqui apresentado.

Somos recebidos nesta habitação por uma reentrância entre volumes. Com um ensombramento em madeira, a vista diafragmática para a paisagem é algo que nos pauta o olhar.

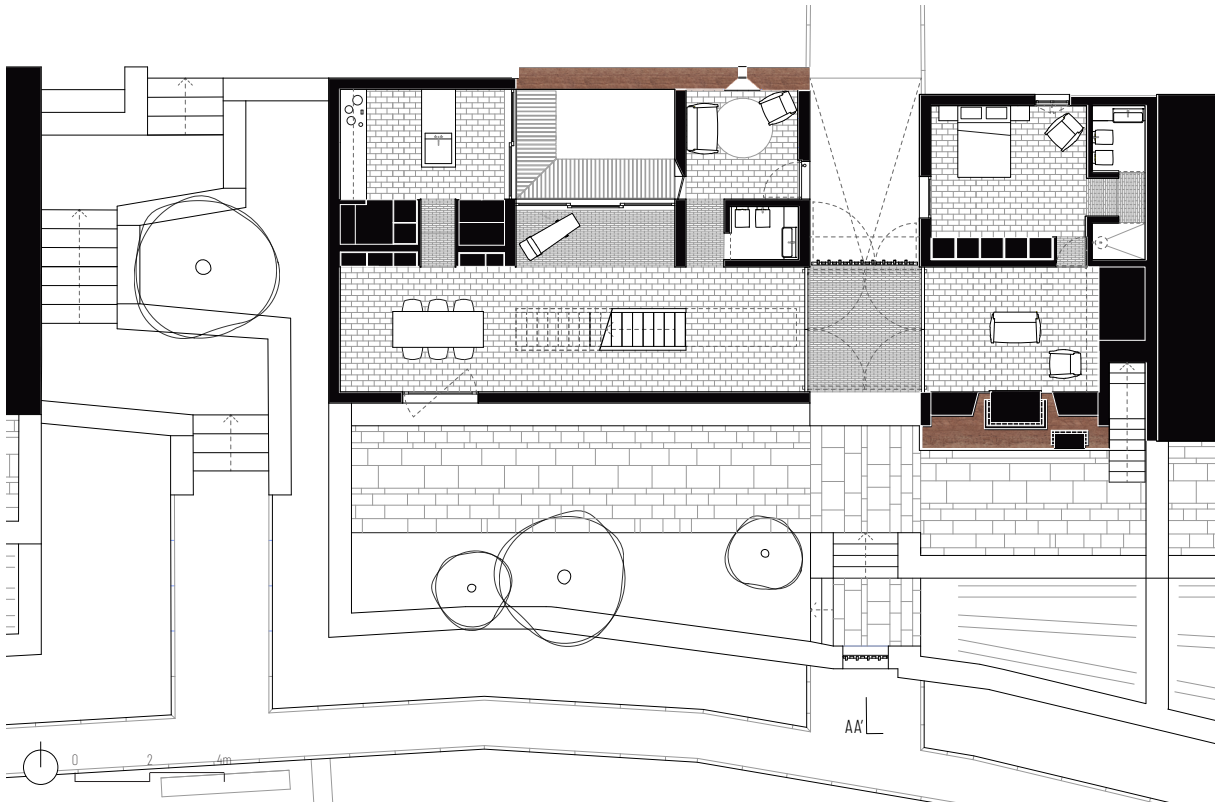


Fig. 136. Planta da habitação

Entramos pela casa de entrada, com uma parede lateral em taipa, e com um rasgo vertical que olha o pátio. Despertamos o habitante para a tectónica da parede. Atravessamos uma massa construída e temos acesso ao espaço de estar principal.

Este espaço longitudinal tem uma ligação privilegiada com o pátio central e com o terraço, sendo que a forma de iluminação deste é diferenciada ao longo do seu comprimento, de forma a conseguirmos definir diferentes espaços, de jantar, de alcova, de lareira, sem a necessidade de uma barreira física.

Fig. 137. Aplicação da gramática da forma de génese vernacular (à direita)

GRAMÁTICA CONTEMPORÂNEA DE GÊNESE VERNACULAR

FORMA INICIAL	1.	1.a	(2x) 2.d 3.b 4.b	(2x) 5.a 5.b 5.c 5.d	10.	11.a (4x) 11.b (6x) 1.c (11x) 1.e 12. (2x) 13.a (2x) 14.a (2x) 14.b (2x) 14.c	1.	(2x) 2.c	8.	10.	(2x) 11.a (3x) 1.b (8x) 11.c (3x) 13.a 14.b	15.a	16.	(2x) 17.a 17.b



A cozinha, aberta também para o pátio é acedida através do atravessamento de mais uma massa construída, que oculta arrumações e espaços de serviços necessários à vida contemporânea. Essa é pautada por um grande balcão central em pedra, com uma reentrância correspondente à pia, desenhada tendo como inspiração as pias tradicionais em pedra.

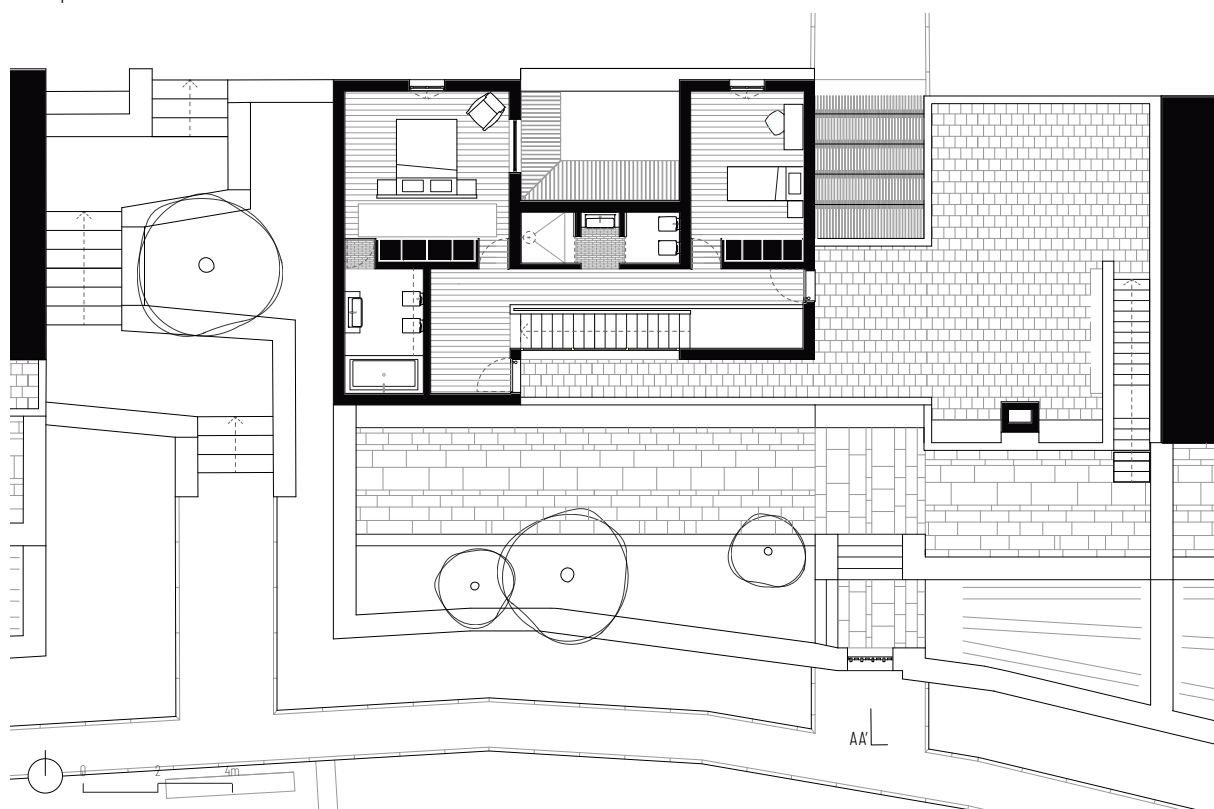


Fig. 138. Planta piso 1

Subindo as escadas, elemento preponderante na imagem interior pelo seu peso enquanto elemento compacto, temos acesso a um vestíbulo, com uma vista preponderante para a envolvente. Este vestíbulo permite acesso tanto aos dois quartos que constituem o primeiro piso, como às instalações sanitárias.

Fig. 139. Ambiência
(à esquerda)

À frente da reentrância entre volumes, um espaço intersticial permite-nos uma determinada flexibilidade nesta habitação, que pode ser compartimentada em duas. Este espaço funciona como espaço semi-interior, que consoante a disposição das suas portas pivotantes, pode compartimentar a habitação, privilegiando uma ligação exterior entre a frente de rua e o terraço, ou pode unificar os dois volumes que a constituem.

O terraço, orientado a sul, compreende uma zona de hortas, um forno exterior, e umas escadarias de acesso ao terraço, que pautam a imagem da fachada, tal como acontece com a paredes em taipa do volume mais à direita.



Nesta habitação tivemos um cuidado fundamental na preservação da proporção entre cheios e vazios, entre a massa e o vão. Os grandes vãos são abertos para o interior, de forma a não conspurcarem uma imagem que se quer contemporânea mas coerente com a paisagem.

Fig. 141. Ambiência
(à direita)



CASA PÁTIO

A segunda habitação desenvolvida pela nossa gramática contemporânea de génese vernacular foi designada de casa-pátio pela sua entrada singular.



Utilizando essa gramática desenvolvemos uma habitação com três quartos, e onde tentámos explorar a diferenciação entre espaço vivido e construído, e a sua ligação com o exterior.

Ao lado mostramos as regras que levaram à definição do objeto.

Fig. 143. Aplicação da gramática da forma de génese vernacular (à direita)

GRAMÁTICA CONTEMPORÂNEA DE GÊNESE VERNACULAR

FORMA INICIAL	1.	3.b 4.b	5.b 5.c 5.d	5.a (2x)5.c	9.	10.	(2x)11.a (2x)11.b (4x)11.c (4x)11.e 12. (4x)13.a (4x)14.b 14.c	15.a	16.	17.a (2x)17.b

Entramos nesta habitação por um pátio central, que dá acesso à casa de entrada. Esta compreende a sala de estar com uma lareira e a sala de jantar, desenhada de forma a ter um rasgo na cobertura, e tirando o maior partido da iluminação zenital.



Fig. 144. Planta da habitação

A cozinha, com uma parede em taipa e um rasgo vertical nesta, é aberta para o pátio, garantido luz natural e ventilação. Aqui, também exploramos a iluminação zenital, que enquadra o grande balcão central em pedra.

Fig. 145. Ambiência
(à direita)



Aos quartos garantimos sempre iluminação natural, sendo que cada um deles se abre quer para o pátio, quer para a paisagem. Da mesma forma, cada um dos quarto tem uma casa de banho, resultado de um processo criativo de exploração da massa construída.

A complementar esta habitação temos uma zona coberta de lazer, que dá acesso por sua vez ao terraço, que compreende uma zona verde de hortas e árvores de fruto.



MATERIALIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES

Para a materialização destes edifícios pensámos num sistema misto de pilar-viga em betão armado, com capitéis embebidos na laje, combinado com algumas paredes autoportantes em taipa.

Com apenas um pano de alvenaria, propomos um sistema de revestimento de fachadas com proteção térmica pelo exterior, através da utilização de placas isolantes em aglomerado negro de cortiça expandida, e um posterior recobrimento com uma argamassa à base de cal.

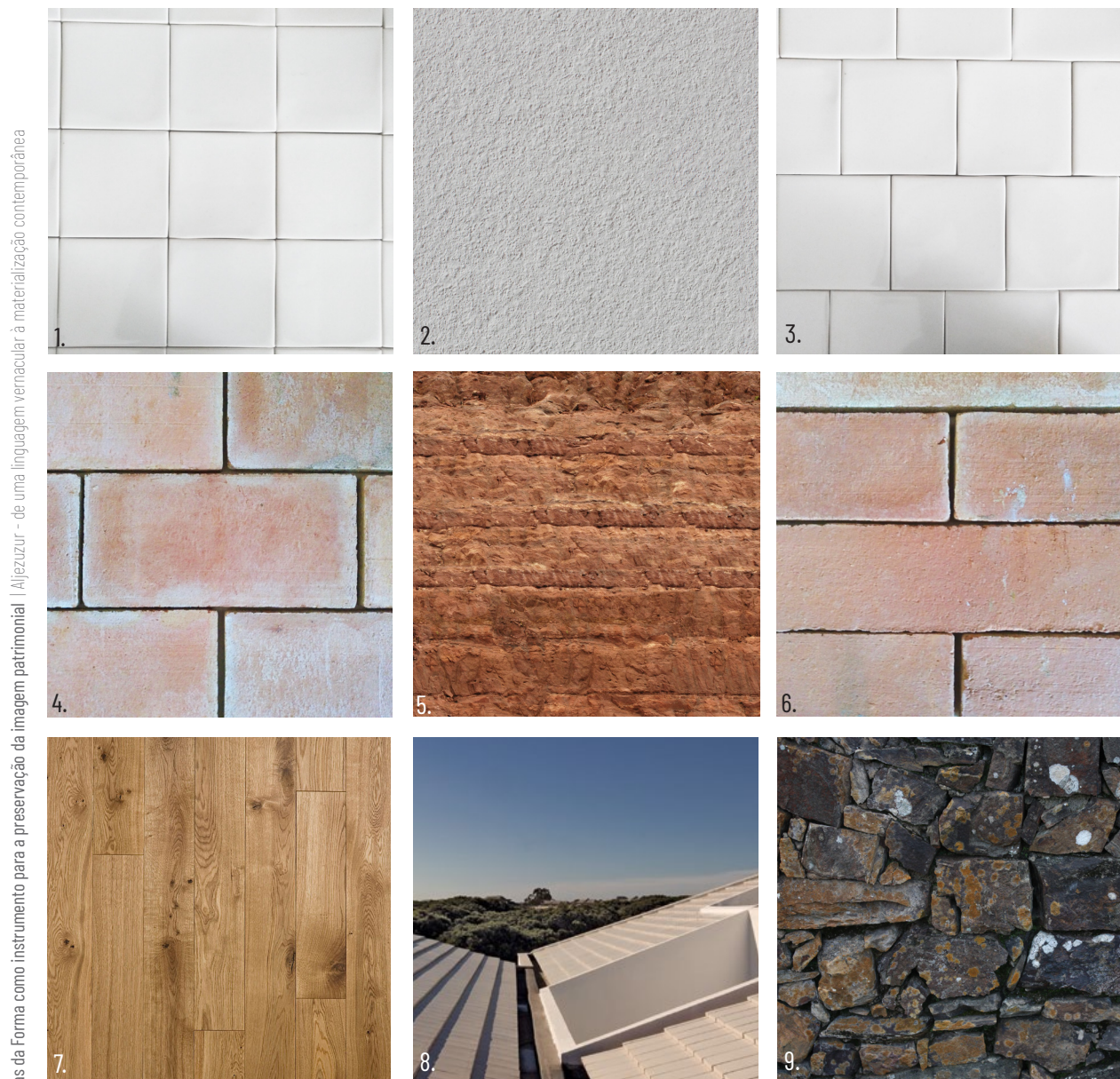
Propomos esta solução devido à minimização de incompatibilidades em termos de materiais, já que nestas habitações estamos a utilizar um sistema misto e as paredes em taipa são suscetíveis de entrar em conflito com outros materiais. Desta forma minimizamos patologias e a aumentamos a periodicidade de manutenção.

Os pavimentos serão todos efetuados em tijoleira tradicional, invocando os pavimentos em terra batida de outrora, e desenhando diferentes padrões através dos diferentes tamanhos das peças utilizadas. Na habitação com dois pisos, o pavimento do primeiro piso será materializado em soalho de madeira com caixa de ar.

Os caixilhos serão efetuados em madeira maciça, à imagem do que encontramos na Vila Velha, com vidro triplo e corte térmico.

As paredes em taipa terão um embasamento em betão armado. Tendo em conta que não pretendemos rebocar este elementos, é necessário visar que estas paredes devem

ser levantadas com terra do local, sem matéria orgânica, misturada com uma porção de inertes de xisto. Ao montar a parede, a cada 60cm deve ser colocada uma camada de cal que serve de aglomerante entre camadas, e umas peças cerâmicas inclinadas para proteção à chuva.



Gramáticas da Forma como instrumento para a preservação da imagem patrimonial | Aljezur - de uma linguagem vernacular à materialização contemporânea

Fig. 148. **Materialidades** | 1- Azulejo branco 10x10cm; 2- Revestimento de cal; 3- Azulejo branco 10x10cm (junta desencontrada); 4- Tijoleira tradicional 30x15cm; 5- taipa; 6- Tijoleira tradicional 20x5cm; 7- Soalho em madeira de Carvalho; 8- Telha plana, acabamento branco; 9- Alvenaria de pedra

6. RECOMENDAÇÕES PARA UM EVENTUAL PLANO DE SALVAGUARDA

Numa perspetiva conclusiva, o que conseguimos entender desta investigação, é que as características que definem a habitação tradicional aljezurense devem ser mantidas como constantes aquando do processo de reabilitação de edifícios.

Arriscamo-nos a afirmar mais. Tais características devem até ser trazidas para a contemporaneidade, e assumirem-se como valores fundamentais aquando da fase de projeto para qualquer obra que se insira neste território, desde a mais pequena habitação, ao maior edifício de serviços. Só assim é que, numa logica futura, conseguimos preservar e estimular um crescimento sustentável e coerente da vila, e por outro lado despertar aos habitantes uma sensação de proteção e daquilo que é fundamental para a sua memória enquanto povo que habita aquele lugar.

Antes de mais é necessário frisar que a mancha habitacional construída de Aljezur é caracterizada maioritariamente por dois tipos de ocupação, uma rural, ligada à tradição arquitetónica popular, e outra produzida sob uma influência de uma cultura mais urbana, de massas, que em nada respeita a anterior.

O nosso objetivo ao identificarmos algumas recomendações para um eventual crescimento sustentável passa por tentar conciliar estes dois tipos de ocupação, criando uma imagem de conjunto coerente.

VILA VELHA

A primeira recomendação prende-se com uma questão puramente volumétrica. Na Vila velha não se deve admitir a construção de edifícios com mais de um piso, e com uma área superior a 100m². Na reabilitação de edifícios antigos propomos o polígono de implantação original como área máxima de ocupação, excetuando-se os casos onde o crescimento tardoz do edifício não traga inconvenientes para a imagem do mesmo. Nestes casos a cércea máxima deve ser a pré-existente.

Volumetricamente, deve ser preferida a cobertura inclinada na vila velha, com a possibilidade, desde que justificada, da existência de açoteias ou terraços.

Num registo de cheios e vazios, propomos um dimensionamento máximo dos vãos na Vila velha, resultado do nosso levantamento, e que não deve exceder 1x1,25m por janela, um aumento de 25% em relação ao vão predominante (08,x1m). Para compensar tal facto, propomos a liberdade completa ao utilizador de utilizar vão de outra qualquer dimensão, desde que não na fachada. Da mesma forma, os vãos a criar num novo edifício devem distar entre si um valor igual ou superior à largura dos mesmos.

No que toca a materialidades propomos a preservação do branco como cor predominante na paisagem construída, preferencialmente advindo do processo de caiação na Vila velha. A telha a ser utilizada nesta zona deve ser a de canudo, tradicional, e os caixilhos dos vãos devem ser em madeira, preterindo o PVC ou o alumínio. Não deve ser permitida a colocação de estores, mas sim de portadas, também em madeira.

Caso o edifício em questão tenha elementos decorativos na fachada, tais elementos devem ser preservados, como por exemplo o duplo beiral, ou platibandas com altos-relevos.

IGREJA NOVA

Já na Igreja nova consideramos que a volumetria do edificado pode ter mais liberdade, sendo que propomos um máximo de dois pisos. A utilização de desníveis interiores é aconselhada para a minimização da volumetria do edifício. Numa perspetiva horizontal, o índice de ocupação do lote não deve ser superior a 0,7, sendo o restante ocupado com zonas exteriores, preferencialmente verdes.

Relativamente à cobertura, é dada total liberdade ao utilizador para definir a cobertura que determinar como indicada.

Nesta zona propomos liberdade ao utilizador de dimensionar os vãos da forma que considerar mais adequada, sendo que os vãos na fachada não devem ultrapassar 1/5 da área total desta.

Em relação às materialidades utilizadas, é dada completa liberdade ao utilizador de utilizar quer o sistema pilar-viga, como outro sistema qualquer. A cor predominante deve continuar a ser o branco, e deve ser dada preferência aos materiais locais como o xisto em detrimento de outros materiais.

Promovemos também o estímulo da prática arquitetónica para a redescoberta de técnicas tradicionais locais, como a construção de paredes em taipa, as coberturas em telha vã com caniço, ou até a própria caiação, que podem e devem ser inseridas na prática contemporânea, não como uma vertente protecionista, mas como uma nova abordagem na relação entre o património e o contemporâneo.

INVARIANTES	VILA VELHA	IGREJA NOVA
1. PAREDES		
Paredes autoportantes em taipa, com uma espessura média de 60 cm e caiadas a branco. Paredes interiores em tabique. A alvenaria de pedra também é bastante utilizada, especialmente em fundações - que se constituem deste material até uma altura de 60cm da cota do pavimento, a evitar eflorescências;	Em futuros projetos deve ser dada prioridade à parede em taipa autoportante, e à sua consolidação no caso duma reabilitação. O betão pode ser utilizado como alternativa quando estes elementos estão bastante degradados. Deve sempre ser branca, preferivelmente pelo método da caiação, e manter a proporção entre cheios e vazios;	É dada liberdade para a escolha do sistema construtivo a utilizar, desde que a proporção de cheios e vazios se mantenha alinhada com a proporção vernacular nas fachadas que constituem uma frente de rua;
2. VÃOS		
A porta de entrada é um elemento marcante na fachada das habitações. Tem uma largura média de 0,9m e uma altura mínima de 1,8m. Os vãos interiores por norma não continham portas mas sim uma cortina. JANELAS de pequena dimensão, com as dimensões médias de 0,8x1m. Caixilhos em madeira. Por norma estão espaçados uns dos outros. No mínimo a distância entre um vão e o outro compreende 60 cm;	A porta de entrada deve permanecer como elemento destacado na fachada. Em reabilitações, os vãos podem ser aumentados até 20% do seu tamanho original. Mas a sua localização na parede deve ser mantida. O caixilho em madeira deve ser um elemento de carácter injuntivo. A existência de vãos de maior dimensão deve ser permitida apenas em situações em que a imagem do edificado não é danificada;	Os valores métricos dos vãos na igreja nova compreendem uma janela de variação maior, contudo devem respeitar a proporção de cheios e vazios na fachada. Os vãos interiores não são limitados dimensionalmente;
3. COBERTURAS		
Normalmente o telhado é de apenas uma água. A inclinação do plano de cobertura está definida entre 12° e 18°, em telha de canudo, com um beiral duplo. A sua estrutura é feita em madeira, apresentando sempre uma madre como elemento mínimo;	Pela necessidade conservativa desta gramática, deve-se dar predominância à cobertura de uma água, em madeira, com telha de canudo, com isolamento térmico e acústico. A cobertura plana pode ser alternativa, caso não prejudique a imagem de conjunto;	As coberturas podem definir-se planas ou inclinadas, acessíveis ou não. Aqui, o revestimento da cobertura prevê-se com peças cerâmicas
4. PAVIMENTOS		
Em tijoleira ou em terra batida;	Predominância dada à tijoleira e ao pavimento em madeira. Nos pavimentos de I.S. e cozinha os pavimentos terão de ser sempre colocados sobre uma estrutura imputrescível;	Incentivo ao uso de materiais locais como a tijoleira, incentivando a economia da zona;
5. VOLUMETRIA		
volumes pequenos, entre 150m ³ e 240 m ³ , com um piso, cobertura ligeiramente inclinada. Maioritariamente colocados em banda, que constituem um volume contínuo na rua, ligeiramente pontuados por avanços e recuos;	Não se pretende aumentar a cércea pré-existente, tendo sempre em consideração as cérceas dos edifícios contíguos. O edifício não deve ser alterado volumetricamente, se tal trouxer danos à imagem de conjunto.	Os volumes construídos devem apresentar uma volumetria controlada, des-construído a massa em pequenos volumes, que se podem adaptar melhor à imagem de conjunto. Assumimos um limite de 2 pisos nesta zona;
6. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		
Muitas vezes inexistente, outras vezes anexadas ao exterior da habitação como extensão;	Necessidade básica numa reabilitação. As instalações sanitárias devem ser colocadas no interior da habitação, devidamente ventiladas, e respeitando todos os parâmetros existentes no RGEU	As instalações sanitárias devem inserir-se na habitação, bem ventiladas, e com todos os elementos obrigatórios presentes no RGEU.
7. FORNO E CHAMINÉ		
Por norma grandes volumes toscos, brancos, e que refletem por norma um forno tradicional associado.	Sempre que possível deve-se tentar preservar tanto a chaminé como o forno tradicional, elementos fundamentais na imagem do edifício.	Devem assumir-se como volumes opacos, salientes na silhueta da habitação.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Após a realização deste trabalho, conseguimos perceber que a arquitetura vernacular não é limitativa, mas sim uma reflexão da evolução dos tempos e das sociedades. Como tal, esta deve ser preservada, na medida em que é um instrumento sociológico importantíssimo, e ao mesmo tempo está carregada de memórias e vivências afectas a cada um.

Neste trabalho, ao analisarmos os vários exemplares de arquitetura vernacular e ao transformarmos essa análise numa gramática, conseguimos determinar quais as características que devem ser mantidas, e como é que uma transposição contemporânea deve ser feita.

Em Aljezur, com a falta de proteção nestas matérias, o nosso material de estudo corre o risco de se deteriorar nos próximos tempos, e tal não deveria acontecer. Desde a nossa primeira visita a Aljezur, até à última, é evidente a transformação quase sem nexos. Para tal, esperamos que este trabalho seja uma ferramenta de trabalho para um posterior plano de salvaguarda, que respeite o valor do património vernacular e a imagem de conjunto.

Ao mesmo tempo, as diretivas dadas podem até ser estendidas ao Concelho, que é relativamente homogéneo.

8. BIBLIOGRAFIA

ACKERMAN, James. 1966. Palladio. Nova Iorque: Penguin Books.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. 2016. "Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro

—, Orçamento de estado para 2017." Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28, páginas 4875 - 5107. Lisboa: República Portuguesa, 28 de Dezembro.

—, 1998. "Decreto 40/98 de 6 de Novembro." Diário da República n.º 257/1998, Série I-B de 1998-11-06. República Portuguesa, 6 de Novembro.

—, 1995. "Decreto Regulamentar 26/95 - Criação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina." Diário da República n.º 219/1995, Série I-B de 1995-09-21. República Portuguesa, 21 de Setembro.

—, 1988. "Decreto-lei 241/88 de 7 de Julho." Diário da República n.º 155/1988, Série I de 1988-07-07. República Portuguesa, 7 de Julho.

—, 1985. "Lei nº 13/85, de 6 de Julho : património cultural português." Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06. Lisboa: República Portuguesa, 6 de Julho.

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE ALJEZUR. 2011. Aljezur, o que o Algarve tem de bom! Aljezur: Associação de defesa do património histórico e arqueológico de Aljezur.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES. 1980. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

ASSOCIAÇÃO PARA PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ALGARVE SUDOESTE. 1994. Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano. Lagos: Associação para protecção e desenvolvimento do Algarve sudoeste.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR. s.d. Aljezur: O coração da costa vicentina. Aljezur: Município de Aljezur.

CELANI, Gabriela, Débora CYPRIANO, Giovana de GODOI, e Carlos Eduardo V. VAZ. 2006. "A gramática da forma como metodologia de análise e síntese em arquitetura." Conexão- Comunicação e cultura (UCS, Caxias do Sul) 5: 180-197.

CHOAY, Françoise. 2013. Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70 Arte e Comunicação.

CNA - Central de Notícias do Algarve. 2003. Vilas e aldeias do Algarve rural. Faro: Globalgarve/ Alcance/ In Loco/ Vicentina.

CONCELHO DA EUROPA. 1985. "Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa." Convenção , Granada.

CORRÊA, Fernando Calapez. 1992. "O foral antigo de Aljezur." I Encontro de colectividades do concelho de Aljezur. Lisboa.

CORREIA, Emmanuel. 1983. Alguns apontamentos sobre o concelho de Aljezur. Aljezur: Câmara municipal de Aljezur.

CORREIA, Emmanuel. 1992. Aspectos de um concelho - Aljezur. Lisboa: Câmara Municipal de Aljezur.

COSTA, Alexandre Alves. 1999. "Defesa do Património e Desenvolvimento do turismo de qualidade." Património e Turismo, Desenvolvimento e Turismo - Ciclo de debates 1999. Lisboa: Instituto de financiamento e apoio ao Turismo. 19-28.

DGPC. s.d. Património arquitectónico. Acedido em 23 de Julho de 2017. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arquitetonico/>.

DIAS, Manuel Graça. 2003. "A prova." *Jornal Architectos* (Estar Editora) (203): 3.

Direcção Regional de Lisboa do IPPAR. 1995. Património arquitectónico - Critérios para futuras classificações. Lisboa: IPPAR - Secretaria de Estado da Cultura.

DUARTE, José Pinto. 2007. Personalizar a habitação em séria: Uma Gramática discursiva para as casas da Malagueira do Siza. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

DURKHEIM, Émile. 2002. *As formas elementares da Vida Religiosa*. Oeiras: Celta editores.

FEIO, Mariano. 1951. *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve*. Lisboa: Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.

GOUVEIA, António de Medeiros. 1938. *Algarve: Aspectos fisiográficos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GUILLAUME, Marc. 2003. *A política do património*. Porto: Campo das Letras editores.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. 2012. Censos - Resultados definitivos. Região Algarve - 2011. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

KNIGHT, Terry. 2000. 14 de Setembro. Acedido em 17 de Junho de 2016. <http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/>.

—. 1994. *Transformations in Design*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEAL, João. 2009. *Aquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre arquitectura popular no século XX português*. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva .

LINO, Raul. 1992 (1933). *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o Arquitectar das casas simples*. Lisboa: Livros Cotovia.

MACHADO, José Pedro. 2005. "A origem do topónimo "Aljezur"." *Al-Rihana Revista cultural do município de Aljezur (Município de Aljezur) (1): 37-40*.

MARTINS, José António de Jesus. 2005. *Aljezur medieval*. Aljezur: Câmara municipal de Aljezur.

MESQUITA, José Carlos Vilhena. 2005. "Da extinção à restauração do concelho de Aljezur nos finais do séc. XIX." *Al-Rihana revista cultural do município de Aljezur (1): 167-182*.

Ministério do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional; comissão de coordenação e desenvolvimento regional do Algarve. 2007. *Plano regional de ordenamento do território - Algarve*. Vol. 1.

Ministério do Planeamento e da Administração do Território. 1988. "Decreto-lei 241/88 de 7 de Julho." *Diário da República n.º 155/1988, Série I de 1988-07-07*. Lisboa: República Portuguesa, 7 de Julho.

NETO, Ana Cristina. 1993. *Aljezur - Contribuição para um estudo monográfico sobre a mudança*. Portimão: II Encontro de Colectividades do Concelho de Aljezur.

NETO, Maria João Pereira "A (in)sustentável Beleza de uma paisagem (des)protegida – ou o incerto devir de uma urbanização polémica na Costa Vicentina" in *O (re)verso da paisagem – filosofias da pobreza e da riqueza* . coordenação José Duarte Gorjão Jorge, 71- 80 – Faculdade de Arquitectura da Ulisboa, 2013 – ISBN 978-972-9346-35-4

NETO, Maria João Pereira “Regulação e desregulação: um caso exemplar; ou as contradições de uma paisagem (des)protegida – Aljezur e Costa Vicentina” in Para uma ética do território - coordenação José Gorjão Jorge, 141 – 148 , Faculdade de Arquitectura da ULisboa, 2014 - ISBN 978 -972 – 9346-37-8

NETO, Maria João Pereira et al “Endagered heritage, a polemic intervention in one of the most protected areas of the Vicentian Coast Natural Park” in Best Practice in Heritage conservation management: from the world to Pompei – XII Forum Interazionale di Studi le Vie dei Mercanti, La scuola di Pitagora, Napoli, 2014 . ISBN: ISI indexed

NETO, M. João Pereira et al “Landscape as cultural heritage – the several dimensions of heritage management – Aljezur and the Vicentina Coast Portugal, Le Vie dei mercanti” XI Forum Internazionale di Studi – Heritage, Architecture, Landscape focus on Conservation, regeneration as innovation, Aversa/ Capri, June 2013. Heritage Architecture Landesign focus on Conservation, Regeneration Innovation – a cura di Camine Gambardella, La scuola di pitagora editrice, Napoli, 372- 378 -ISBN 978 -88 – 6542-290-8 ISI Indexed

NETO, M. João Pereira “Os territórios da Utopia – entre o Ideal e o real – ou a (in)sustentabilidade das áreas de paisagem protegida” I Seminário Internacional Academia de escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa : Uma Utopia Sustentável – arquitectura e urbanismo no espaço lusófono: que futuro? , Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Abril 2010, 378- 384 – ISBN 978- 972 -9346 -19 -4

NETO, Maria João Pereira “Lugares e espaços de memória e olvido em territórios das terras do Infante” in Palcos da Arquitectura - 2º seminário academia de Arquitectura e Urbanismo de Língua portuguesa, Lisboa, FA UTL, 2012, 146- 153, ISBN 978 -972-9346 -27 -9

NETO, Maria João Pereira, Pedro Gomes JANUÁRIO, e Mário S. Ming KONG. 2011. “Para um turismo ético e sintentável, um “passeio” pela memória de Aljezur.” Congresso Centenário do turismo em Portugal.

OLIVEIRA, Avelino. 2015. A Casa Compreensiva Um Percurso Sobre a Concepção Arquitectónica das Tipologias de Habitação. Lisboa: Caleidoscópio.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e Fernando GALHANO. 2003. Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PORTAS, Nuno. 1983. Conservar renovando ou recuperar revitalizando. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.

PALLADIO, Andrea. 1965. The Four Books of Architecture. Traduzido por Isaac Ware. 4 vols. Nova Iorque: Dover Publications.

PATRIX, Georges. 1973. Design et Environnement. Paris: Editions Casterman/poche.

Rodrigues, Elisabete. 2012. "Demolição do edifício da Merceria da Ponte causa polémica em Aljezur." Sul Informação, 30 de Outubro.

RODRIGUES, Maria João Madeira, Pedro Fialho de **SOUSA**, e Horácio Manuel Pereira **BONIFÁCIO**. 1990. Vocabulário técnico e crítico de arquitectura. Coimbra: Quimera Editores.

SILVA, Júlio. 1993. A Arquitectura Popular Alentejana: Cal e Mármore - símbolos da cultura alentejana. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

SILVÉRIO, Silvina. 2016. Duas décadas de arqueologia no concelho de Aljezur. Aljezur: Associação de defesa do património histórico e arqueológico de Aljezur.

SILVANO, Filomena. 2010. Antropologia do espaço. Lisboa: Assírio & Alvim Editores .

STINY, George. 1977. "Ice-ray: a note on Chinese lattice designs." Environment and Planning B 4 89-98.

—. 1980. "Introduction to shape and shape grammars." Environment and Planning B 349-351.

—. 1976. "Two exercises in formal composition." Environment and Planning B 187-210.

STINY, George, e James **GIPS**. 1971. "Shape Grammars and the Generative specifications of painting and sculpture." International Federation for Information Processing. Ljubljana, Jugoslávia. 127,128.

STINY, George, e William **MITCHELL**. 1978. "The Palladian Grammar." Environment and Planning B 5-18.

UNESCO. 1976. "Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea." Nairobi.

WITTKOWER, Rudolph. 1952. Architectural principles in the Age of Humanism. Londres: Alec Tiranti.

The background of the page is a grid of square tiles. Each tile features a repeating, intricate floral or scrollwork pattern in a dark brown color against a lighter brown background. The pattern is symmetrical and detailed, resembling a stylized leaf or scroll design. The tiles are arranged in a regular grid, with visible grout lines.

9. ANEXOS

ANEXO I

GLOSSÁRIO PARA UM MELHOR ENTENDIMENTO DAS GRAMÁTICAS DA FORMA

Todos os conceitos apresentados de seguida remetem para o artigo escrito por George Stiny, chamado *Introduction to shape grammars*¹⁰⁴

FORMAS (F)

Uma forma é um conjunto limitado de linhas retas, definidas num determinado sistema de coordenadas com eixos reais, e com uma métrica euclídeana associada.

LINHA (l)

Uma linha $l=(p1,p2)$ é determinada por um qualquer conjunto de dois pontos distintos P1 e P2, chamados de *end points*.

Os elementos num conjunto de linhas que especificam uma forma são chamados de *maximal lines*, já que não são parte de linhas mais compridas na forma. A forma é então definida por um conjunto de *maximal lines*, e pode ser representada graficamente, desenhando as linhas do conjunto.

FORMA VAZIA (F \emptyset)

Uma forma que é definida por um conjunto de linhas sem *maximal lines* é chamada de forma vazia F \emptyset . Intuitivamente, uma forma vazia é um espaço em branco.

104. STINY, George. 1980. "Introduction to shape and shape grammars." *Environment and Planning* B 349-351

Subforma

Uma forma é considerada uma subforma de outra quando qualquer linha da primeira é também uma linha da segunda. Isto é, uma linha está coincidente com uma forma se e apenas se os seus *end points* forem coincidentes com uma *maximal line* da forma.

Uma forma F_1 é uma subforma de uma forma F_2 ($F_1 \leq F_2$) se e apenas se cada *maximal line* de F_1 estiver presente também em F_2 .

Uma forma vazia é uma subforma de qualquer forma.

Duas formas são idênticas sempre que têm as mesmas *maximal lines*. Isto significa que se $F_1 = F_2$, então ambas são subformas uma da outra.

OPERAÇÕES

A essas formas são aplicadas operações booleanas, como a união de duas formas ($F_1 + F_2$), a sua intersecção (F_1 / F_2), ou a sua subtração ($F_1 - F_2$). Do mesmo modo, podem ser aplicadas transformações euclidianas a essas formas como a translacção, a rotação, a reflexão ou homotetia. Podemos também aplicar uma isometria a uma forma, quando esta não apresenta valores métricos associados.

União

Pela união de duas formas ($F_1 + F_2$) é composta uma nova forma que contém todas as linhas de F_1 e F_2 , ou pode ser produzida pela combinação de linhas em F_1 ou F_2 . Uma *maximal line* de F_1 e outra de F_2 podem combinar-se para criar uma nova *maximal line*, mais comprida. Contudo podem haver novas linhas nesta nova forma, que não pertencem a F_1 ou a F_2 .

As formas F_1 e F_2 são ambas subformas de ($F_1 + F_2$).

Intersecção

A intersecção das formas ($F1/F2$) consiste numa forma que contém as linhas pertencentes tanto a $F1$ como a $F2$. A forma ($F1/F2$) é uma sub-forma de $F1$ e de $F2$.

Subtração

A subtração das formas ($F1-F2$) consiste numa forma que contém as linhas de $F1$ que não pertencem a $F2$. Uma forma ($F1-F2$) é sempre uma subforma de $F1$, mas não necessariamente de $F2$.

Transformação de formas

As transformações euclidianas fornecem novas formas produzidas pela alteração da sua localização, orientação, reflexão ou tamanho da forma dada. Essas transformações são a translação, a rotação, a reflexão e a escala. Uma transformação que não envolve escala é chamada de isometria.

Uma transformação τ de uma forma F é representada por $\tau(F)$, e qualquer transformação a uma forma vazia resulta na mesma forma vazia.

Duas formas são geometricamente semelhantes se e apenas se houver uma transformação τ de forma a que $\tau(F1)=F2$. Da mesma forma que $F1$ e $F2$ são congruentes se e apenas se τ for uma isometria.

Conjuntos de formas f^+ e f^*

Um conjunto finito de formas pode ser usado como vocabulário para a formação de outras formas.

Matematicamente falando, o conjunto F^+ é o menor conjunto de todas as formas do conjunto F quando aplicadas as operações booleanas e transformações euclidianas.

Se o Conjunto F contém apenas uma linha recta, então F^+ contém todas as formas possíveis após a aplicação das operações e transformações a essa linha.

F^* é o conjunto de formas F^+ , incluindo a forma vazia.

Formas rotuladas

Existem aspectos relacionados com as formas que podem ser evidenciados através de rótulos. Um ponto rotulado $P:A$ é um ponto P com um rótulo A associado. Uma transformação τ de um ponto $P:A$ designa-se $\tau(P:A)$, em que $\tau(P)$ é o ponto produzido pela aplicação de τ a P . o símbolo (A) associado a P é invariável a essas transformações.

Uma forma rotulada é constituída por duas partes: uma forma e um conjunto de pontos rotulados. Assim designamos uma forma rotulada $\alpha=[F,P]$ onde F é a forma e P é um conjunto finito de pontos rotulados. Esses pontos podem ou não ser coincidentes com as maximal lines de F .

Uma forma α é representada graficamente desenhando a forma F , e indicando a existência dos pontos rotulados P .

Uma forma rotulada sem símbolos associados é $[F,\emptyset]$ onde \emptyset é o conjunto de pontos rotulados vazio. Da mesma forma, pontos rotulados podem ser associados a uma forma vazia $[F\emptyset, P]$ em que P representa o conjunto de pontos rotulados. Uma forma rotulada vazia é dada por $[F\emptyset,\emptyset]$, e corresponde a um espaço vazio.

As relações e operações nas formas podem ser estendidas a formas rotuladas:

Para α_1 e α_2 , sendo que $\alpha_1 = F_1, P_1$ e $\alpha_2 = F_2, P_2$, α_1 é uma subforma de α_2 ($\alpha_1 \leq \alpha_2$) se e apenas se F_1 for uma subforma de F_2 , e P_1 um subconjunto de P_2 .

União de formas rotuladas: $\alpha_1 + \alpha_2 = (F_1 + F_2), (P_1 + P_2)$

Intersecção de formas rotuladas: $\alpha_1 / \alpha_2 = (F_1 / F_2), (P_1 / P_2)$

Subtração de formas rotuladas: $\alpha_1 - \alpha_2 = (F_1 - F_2), (P_1 - P_2)$

Transformação de formas rotuladas: $\tau(\alpha_1) = \tau(F_1), \tau(P_1)$

Conjuntos de formas rotuladas

Formas rotuladas podem ser formadas através de um vocabulário de formas e rótulos. Uma forma α é constituída por uma forma, pertencente a um conjunto F , e um conjunto de símbolos pertencentes ao conjunto L , sempre que se insira numa das três opções seguintes:

$\alpha = [F, \emptyset]$, onde F pertence ao conjunto F ;

$\alpha = [F\emptyset, P]$, onde P pertence ao conjunto L ;

$\alpha = [F, P]$, onde F pertence ao F , e P a L .

O conjunto de todas as formas rotuladas produzidas através de formas no conjunto F e símbolos no conjunto L são representadas por $(F, L)^+$. O conjunto $(F, L)^*$ contém $(F, P)^+$ e $[F\emptyset, \emptyset]$.

Famílias de formas

Uma família de formas pode ser definida através de uma forma dada, e permitindo que os elementos que a constituem sejam dimensionados segundo alguns critérios estabelecidos.

Uma família de formas é definida por uma forma parametrizada F , obtida pela permissão da variabilidade dos end points das suas maximal lines. Um membro particular dessa família é obtido atribuindo um assignment g a essas variáveis. O resultado da aplicação de g a F é designado por $g(F)$.

Formas parametrizadas e os seus assignments podem ser considerados como generalizações de transformações aplicadas a formas. Para além de permitirem que a localização, orientações, reflexões e tamanhos das formas sejam alterados, estas formas parametrizadas permitem distorções às mesmas. Os assignments podem, generalizadamente fazer variar o aspeto espacial de uma forma, por exemplo, os ângulos e intersecções de linhas, e rácios entre comprimentos das mesmas.

As famílias de formas rotuladas podem também ser parametrizadas, em que na forma $\alpha=[F,P]$, F é uma forma parametrizada, e P é um conjunto de pontos rotulados paramétricos, onde as coordenadas dos mesmos são variáveis.

ANEXO II

LEVANTAMENTO DIMENSIONAL DE VÃOS EM AIJEZUR

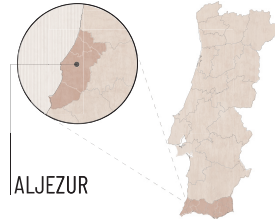
JANELAS				PORTAS	
	Largura (m)	Altura (m)	Área (m ²)		Largura (m)
1	0,85	0,95	0,8075	1	0,95
2	0,7	0,85	0,595	2	1
3	1,1	1,2	1,32	3	0,75
4	1,25	1,5	1,875	3	1,1
5	1	1,4	1,4	4	0,95
6	0,8	1,05	1,035	5	2,4
7	1,2	1,3	1,56	6	1,1
8	0,8	1,25	1,025	7	2,3
9	0,8	1,05	0,82	8	1
10	1	1,5	1,5	9	1,05
11	1	1	1	10	0,8
12	0,8	1	0,8	11	0,85
13	1	1,3	1,3	12	1,45
14	0,8	1,1	0,88	13	0,85
15	1	1,3	1,3	14	0,8
16	0,9	1,6	1,44	15	1,2
17	0,8	1,1	0,88	16	0,9
18	0,5	0,8	0,3	17	1,05
19	0,9	1	0,9	18	1
20	0,9	0,75	0,675	19	0,85
21	0,7	0,8	0,56	20	0,85
22	0,6	0,3	0,18	21	0,85
23	0,9	1	0,9	22	0,9
24	0,9	1	0,9	23	1
25	0,9	1	0,9	24	0,85
26	0,45	0,3	0,135	25	1
27	0,75	1	0,75	26	0,9
28	0,8	1,05	0,84	27	0,85
29	0,8	0,9	0,72	28	0,85
30	0,7	0,9	0,63	29	0,9
31	0,8	1	0,8	30	0,85
32	0,84	0,45	0,378	31	0,85
33	1	1,1	1,1	32	0,8
34	1,1	1,35	1,485	33	0,8
35	0,55	0,7	0,385	34	0,8
36	0,9	0,7	0,63	35	0,85
37	0,85	0,8	0,68	36	0,85
38	0,85	0,8	0,68	37	0,8
39	0,85	0,8	0,68	38	0,7
40	0,5	0,8	0,4	39	1,1
41	0,8	0,8	0,64	40	0,8
42	0,8	1	0,8	41	0,8
43	0,8	0,95	0,76	42	0,7
44	0,8	0,9	0,72	43	1,6
45	0,8	0,9	0,72	44	0,8
46	0,8	0,9	0,72	45	0,8
47	0,9	1,1	0,99	46	0,7
48	1,05	1,2	1,26	47	0,75
49	0,8	1,2	0,96	48	0,95
50	0,8	1,2	0,96	49	0,8
51	0,8	1,5	1,2	50	0,8
52	1,05	1,05	1,1025	51	0,8
53	0,8	1,1	0,88	52	0,85
54	0,8	1	0,8	53	0,95
55	0,75	0,75	0,5625	54	1
56	0,8	0,8	0,64	55	1
57	0,75	0,85	0,6375	56	0,9
58	0,55	0,75	0,4125	57	1,2
59	0,45	0,65	0,2925	58	0,9
60	0,7	0,8	0,56	59	0,7
61	0,7	1	0,7	60	0,8
62	0,7	1	0,7	61	0,8
63	0,7	0,9	0,63	62	1,1
64	0,8	1,05	0,84	63	1
65	0,75	1,05	0,7875	64	0,95
66	0,85	0,9	0,765	65	0,85
67	1	1,1	1,1	66	0,95
68	0,8	0,7	0,56	67	0,85
69	0,8	0,9	0,72	68	0,75
70	0,8	1	0,8	69	0,85
MÉDIA	0,82	0,99	0,84	MÉDIA	0,94
MODA	0,8	1	0,9	MODA	0,85
VALOR MAIS ALTO	1,25	1,6	1,875	VALOR MAIS ALTO	2,4
VALOR MAIS BAIXO	0,45	0,3	0,135	VALOR MAIS BAIXO	0,6

ANEXO IV

FOLHA SÍNTESE

GRAMÁTICAS DA FORMA COMO INSTRUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DA IMAGEM PATRIMONIAL

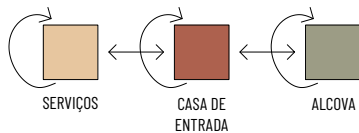
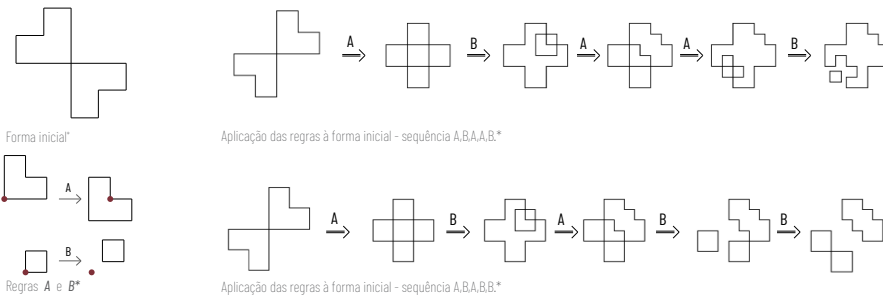
Aljezur: de uma linguagem vernacular
à materialização contemporânea



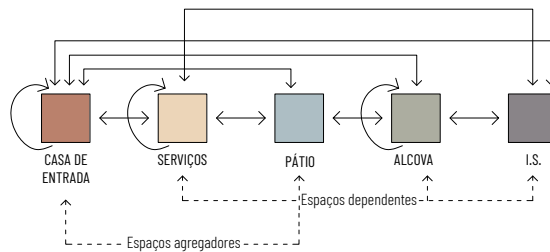
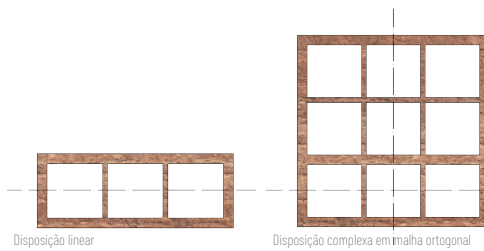
Aljezur no território



Fotografias de Aljezur



Esquema de relações espaciais - GRAMÁTICA VERNACULAR



Esquema de relações espaciais - GRAMÁTICA DE PRESERVAÇÃO e GRAMÁTICA CONTEMPORÂNEA DE GÊNESE VERNACULAR

FONTE: KNIGHT, Terry, 2000, 14 de Setembro. Acedido em 17 de Junho de 2016. <http://www.mit.edu/~tknight/IJDC/>

CONCEITOS PARA UM MELHOR ENTENDIMENTO DAS GRAMÁTICAS DA FORMA

FORMA¹

Uma forma é um conjunto limitado de linhas rectas, definidas num determinado sistema de coordenadas com eixos reais, e com uma métrica euclídeana associada.

OPERAÇÕES¹

Às formas são aplicadas operações booleanas, como a união de duas formas ($F1+F2$), a sua intersecção ($F1 \cdot F2$), ou a sua subtração ($F1-F2$). Do mesmo modo, podem ser aplicadas transformações euclidenanas a essas formas como a translacção, a rotação, a reflexão ou a ampliação ou redução. Podemos também aplicar uma isometria a uma forma, quando esta não apresenta valores métricos associados.

FORMAS ROTULADAS¹

Existem aspectos relacionados com as formas que podem ser evidenciados através de rótulos. Um ponto rotulado P:A é um ponto P com um rótulo A associado.

Uma forma rotulada é constituída por duas partes: uma forma e um conjunto de pontos rotulados.

GRAMÁTICA PARAMÉTRICA¹

Uma gramática paramétrica é uma gramática da forma, mas parte da sua informação é variável, de forma a que o utilizador defina determinadas variáveis de acordo com a situação em causa.

LEVANTAMENTO MÉTRICO DE VÃOS EM ALJEZUR

JANELAS			PORTAS		
	Compr. (m)	Alura (m)	Área (m ²)		Compr. (m)
1	0,95	0,95	0,9025	1	0,95
2	0,7	0,95	0,665	2	1
3	1,1	1,2	1,32	3	0,75
4	1,25	1,5	1,875	4	1,1
5	1	1,4	1,4	5	0,95
6	0,9	1,5	1,35	6	2,4
7	1,2	1,2	1,44	7	1,1
8	0,9	1,25	1,125	8	2,2
9	0,9	1,5	1,35	9	1
10	1	1,5	1,5	10	1,05
11	1	1	1	11	0,8
12	0,9	1	0,9	12	0,95
13	1	1,2	1,2	13	1,45
14	0,9	1,1	0,99	14	0,95
15	1	1,2	1,2	15	0,9
16	0,9	1,6	1,44	16	1,2
17	0,9	1,1	0,99	17	0,9
18	0,5	0,6	0,3	18	1,05
19	0,9	1	0,9	19	1
20	0,9	0,75	0,675	20	0,95
21	0,7	0,8	0,56	21	0,95
22	0,6	0,5	0,3	22	0,9
23	0,9	1	0,9	23	1
24	0,9	1	0,9	24	0,95
25	0,9	1	0,9	25	1
26	0,45	0,5	0,225	26	0,9
27	0,75	1	0,75	27	0,95
28	0,9	1,05	0,945	28	0,95
29	0,8	0,9	0,72	29	0,9
30	0,7	0,9	0,63	30	0,95
31	0,8	1	0,8	31	0,8
32	0,84	0,45	0,378	32	0,8
33	1	1,1	1,1	33	0,8
34	1	1,35	1,35	34	0,8
35	0,55	0,7	0,385	35	0,85
36	0,9	0,7	0,63	36	0,85
37	0,85	0,8	0,68	37	0,8
38	0,85	0,8	0,68	38	0,7
39	0,5	0,8	0,4	39	1,1
40	0,8	0,8	0,64	40	0,6
41	0,8	1	0,8	41	0,6
42	0,8	0,95	0,76	42	0,7
43	0,8	0,9	0,72	43	1,6
44	0,9	0,9	0,81	44	0,9
45	0,8	0,9	0,72	45	0,8
46	0,9	1,1	0,99	46	0,7
47	1,05	1,2	1,26	47	0,75
48	0,8	1,2	0,96	48	0,95
49	0,8	1,2	0,96	49	0,8
50	0,8	1,5	1,2	50	0,8
51	1,05	1,05	1,1025	51	0,8
52	0,8	1,1	0,88	52	0,95
53	0,8	1	0,8	53	0,95
54	0,75	0,75	0,5625	54	1
55	0,8	0,8	0,64	55	1
56	0,75	0,85	0,6375	56	0,9
57	0,55	0,75	0,4125	57	1,2
58	0,45	0,85	0,3825	58	0,9
59	0,7	0,8	0,56	59	0,7
60	0,7	1	0,7	60	0,8
61	0,7	1	0,7	61	0,8
62	0,7	0,9	0,63	62	1,1
63	0,8	1,05	0,84	63	1
64	0,75	1,05	0,7875	64	0,95
65	0,85	0,9	0,765	65	0,95
66	1	1,1	1,1	66	0,95
67	0,8	0,7	0,56	67	0,95
68	0,82	0,88	0,7296	68	0,75
69	0,8	1	0,8	69	0,95
70	0,8	1	0,8	70	0,95

VALOR MAIS ALTO	1,25	1,6	1,875
VALOR MAIS BAIXO	0,45	0,3	0,105

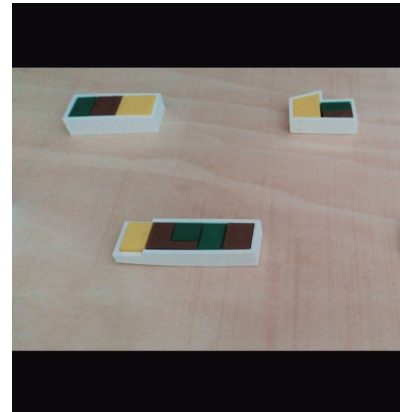
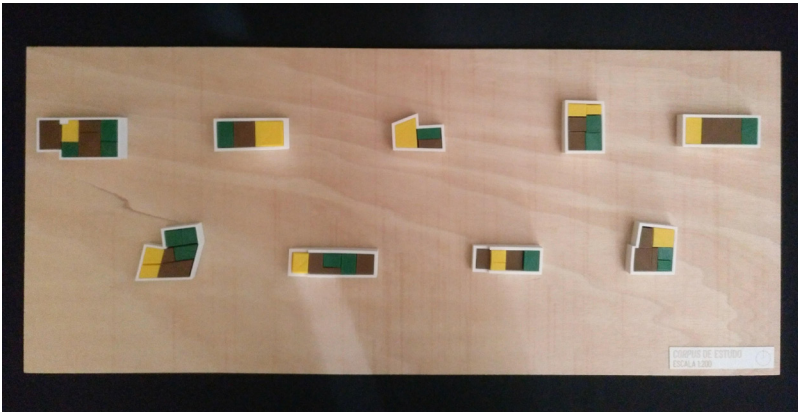
VALOR MAIS ALTO	2,4
VALOR MAIS BAIXO	0,6

1. STINY, George. 1980. "Introduction to shape and shape grammars." *Environment and Planning B* 349-351.

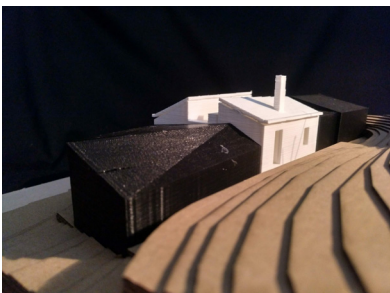
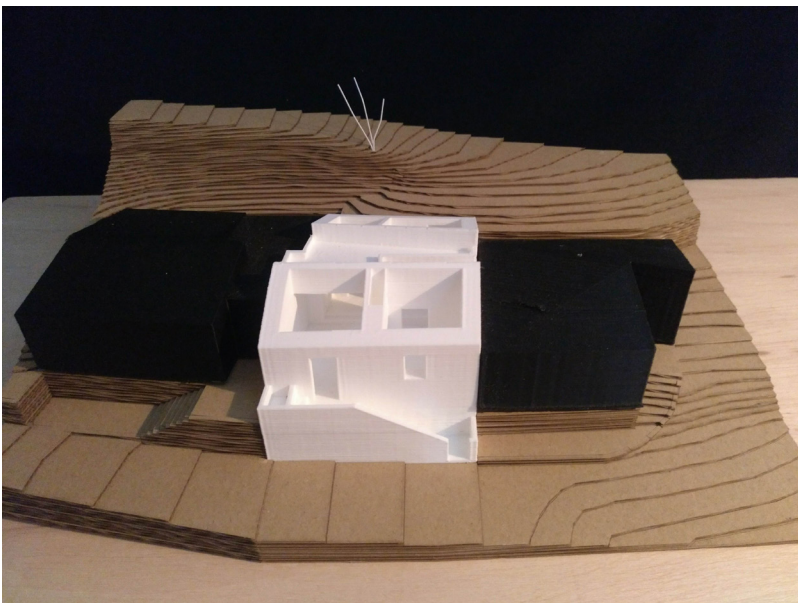
ANEXO V

FOTOGRAFIAS DAS MAQUETAS

CORPUS DE ESTUDO

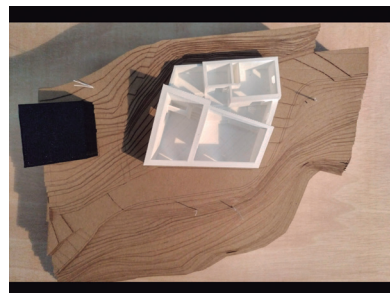
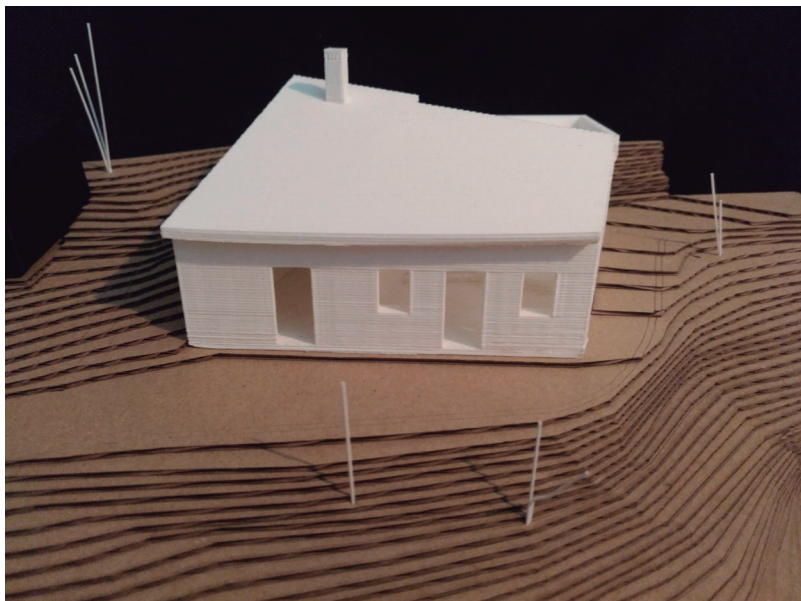


CASA BRANCA



Gramáticas da Forma como instrumento para a preservação da imagem patrimonial | Aljezur - de uma linguagem vernacular à materialização contemporânea

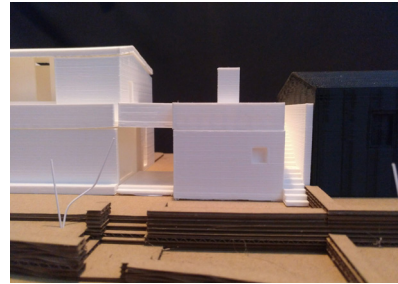
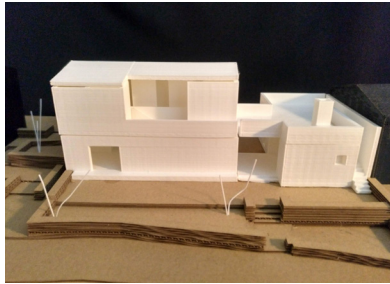
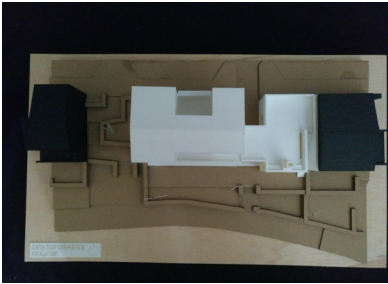
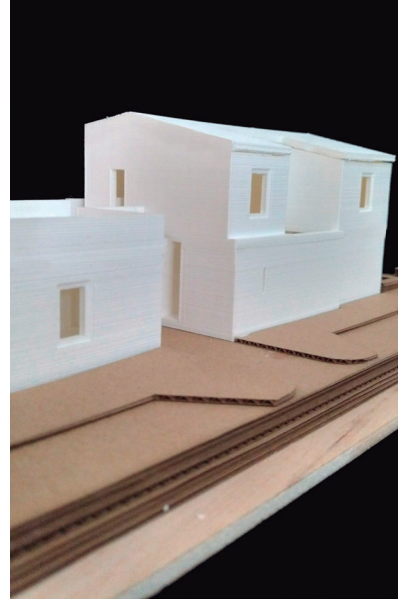
CASA POLIGONAL



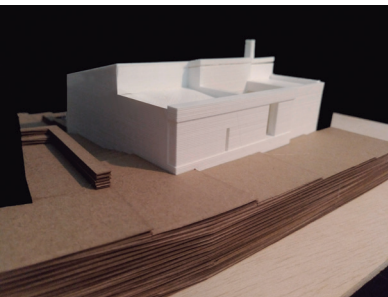
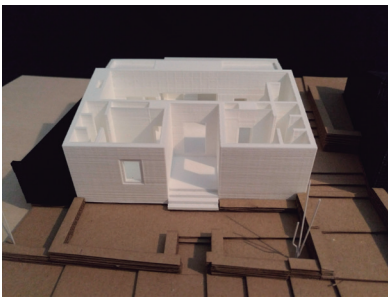
PLANO URBANO "IGREJA NOVA"



CASA DIAFRAGMÁTICA

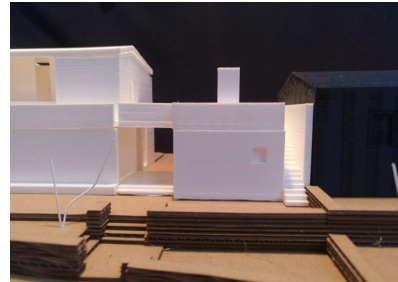
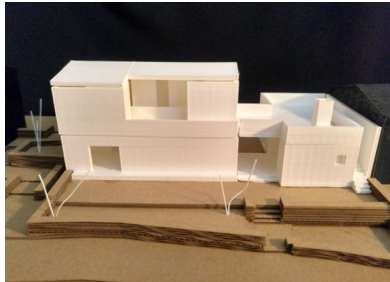
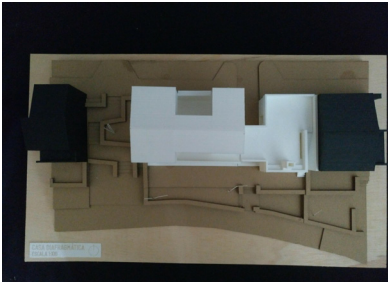
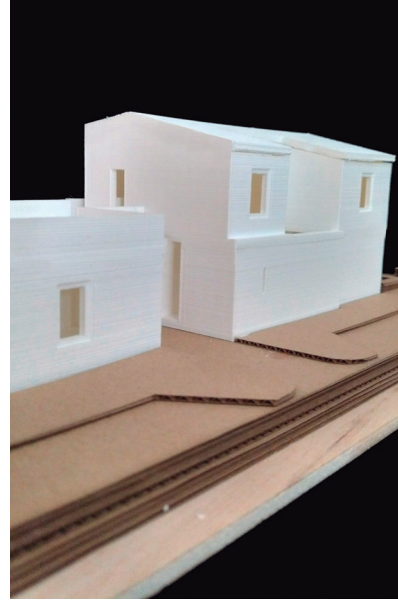


CASA PÁTIO

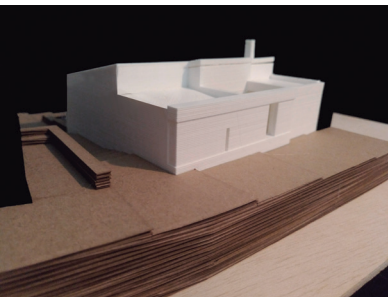
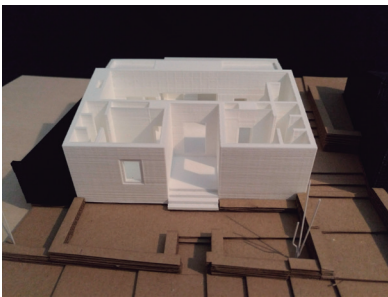


Gramáticas da Forma como instrumento para a preservação da imagem patrimonial | Aljezur - de uma linguagem vernacular à materialização contemporânea

CASA DIAFRAGMÁTICA



CASA PÁTIO



Gramáticas da Forma como instrumento para a preservação da imagem patrimonial | Aljezur - de uma linguagem vernacular à materialização contemporânea

ANEXO VI

PAINÉIS DE APRESENTAÇÃO

GRAMÁTICAS DA FORMA
COMO INSTRUMENTO PARA
A PRESERVAÇÃO DA IMAGEM
PATRIMONIAL

Ajazer de uma linguagem vernacular
à materialização contemporânea



ALJEZUR
Aljezur, Alentejo
Área: 1.000 ha
População: 7.000 habitantes



UMA GRAMÁTICA VERNACULAR

1 DEFINIÇÃO DE ESPAÇO INTERIO (ESPAÇO VIVIDO)				2 DEFINIÇÃO DE PAREDES (ESPAÇO CONSTRUIDO)				3 RELAÇÃO COM O ENVOLVENTE			
1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	2.3	2.4	3.1	3.2	3.3	3.4


























UMA GRAMÁTICA DE PRESERVAÇÃO

1 DEFINIÇÃO DE ESPAÇO INTERIO (ESPAÇO VIVIDO)				2 DEFINIÇÃO DE PAREDES (ESPAÇO CONSTRUIDO)				3 RELAÇÃO COM O ENVOLVENTE			
1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	2.3	2.4	3.1	3.2	3.3	3.4

























UMA GRAMÁTICA CONTEMPORÂNEA DE GÊNESE VERNACULAR

1 DEFINIÇÃO DE ESPAÇO INTERIO (ESPAÇO VIVIDO)				2 DEFINIÇÃO DE PAREDES (ESPAÇO CONSTRUIDO)				3 RELAÇÃO COM O ENVOLVENTE			
1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	2.3	2.4	3.1	3.2	3.3	3.4















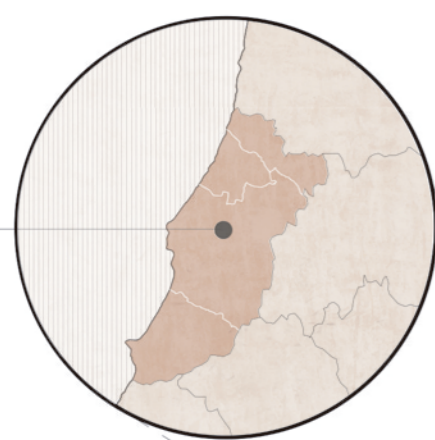






GRAMÁTICAS DA FORMA COMO INSTRUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DA IMAGEM PATRIMONIAL

Aljezur: de uma linguagem vernacular
à materialização contemporânea



ALJEZUR

37° 18'59.9" N 8° 48'13.4" W

Área | 32.065 ha

Distrito | Faro

População | 5 884 habitantes



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

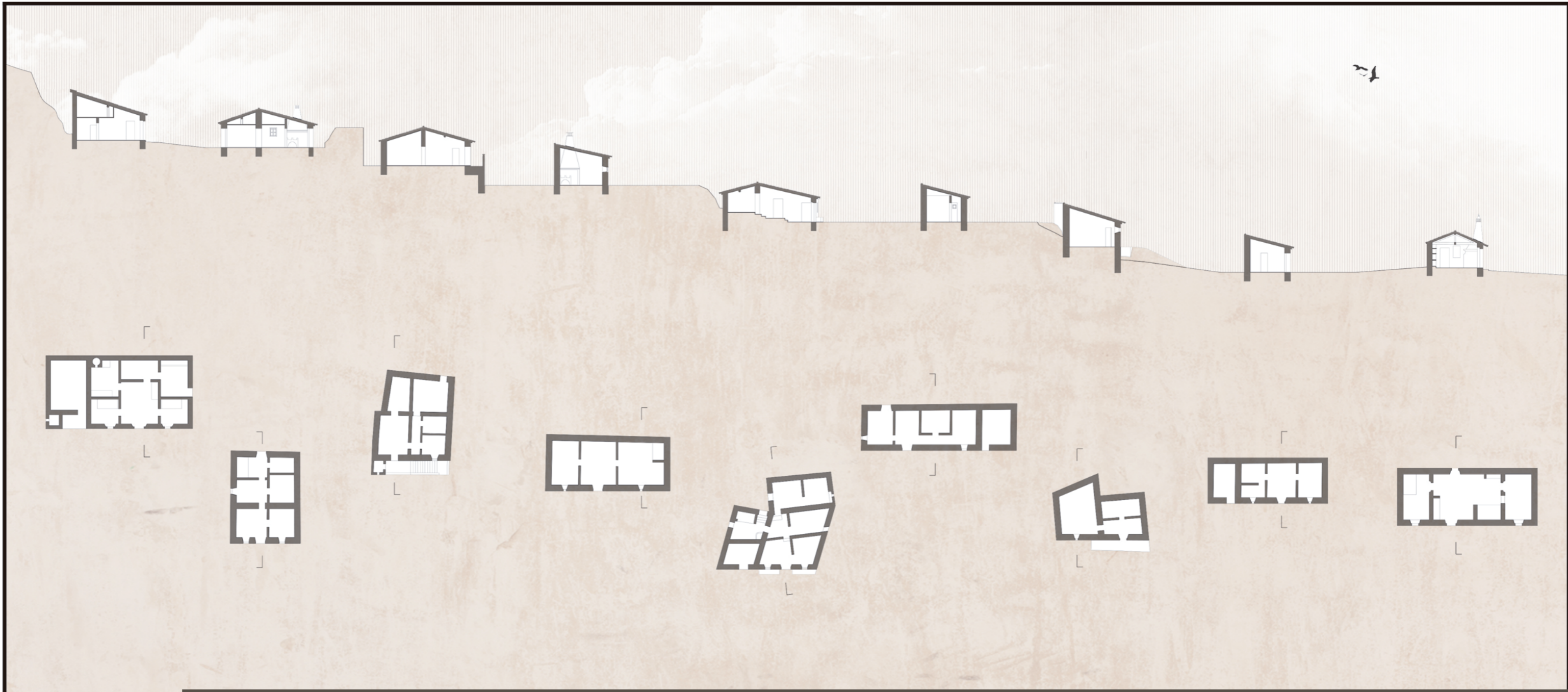


0

150

300m

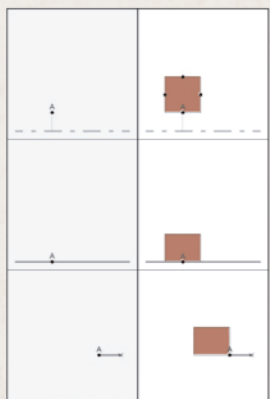




UMA GRAMÁTICA VERNACULAR

1 | DEFINIÇÃO DO ESPAÇO INTERIOR (ESPAÇO VIVIDO)

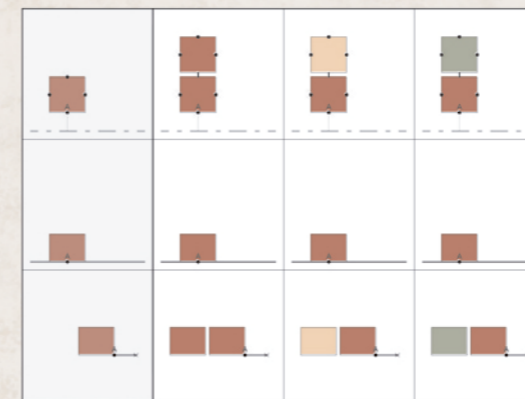
1. CASA DE ENTRADA



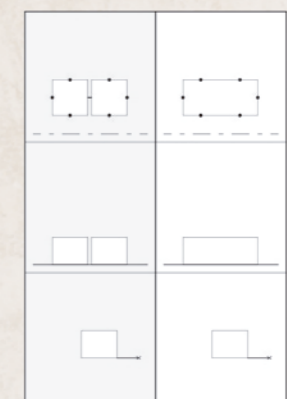
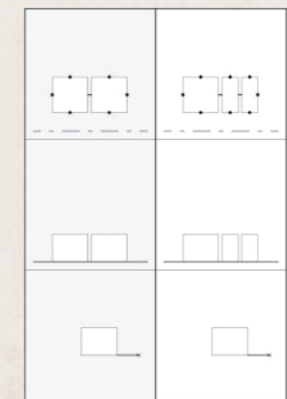
2. RELAÇÕES ESPACIAIS INTERIORES TRANSVERSAIS



3. RELAÇÕES ESPACIAIS INTERIORES LONGITUDINAIS



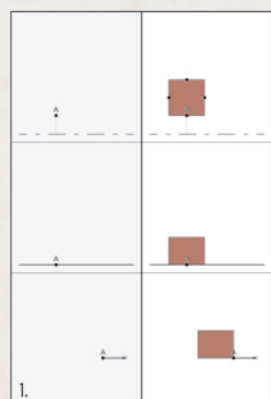
4. ALINHAMENTO DE PAREDES INTERIORES



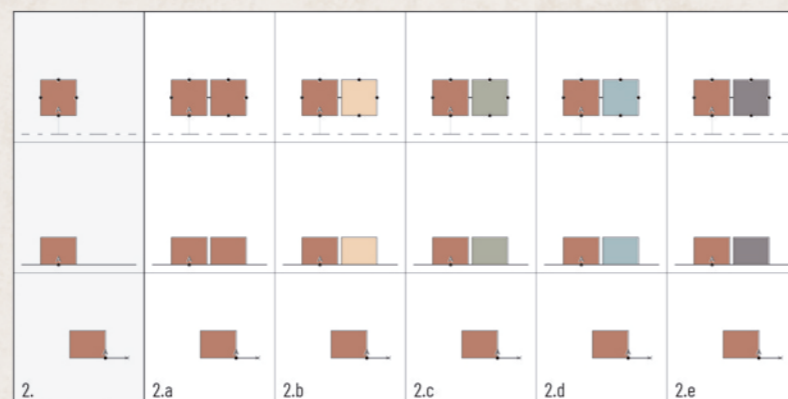
UMA GRAMÁTICA DE PRESERVAÇÃO

1 | DEFINIÇÃO DO ESPAÇO INTERIOR (ESPAÇO VIVIDO)

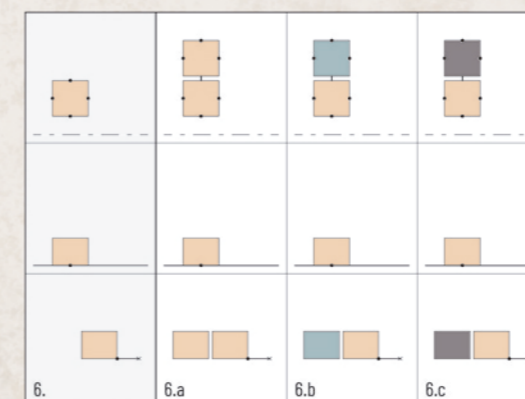
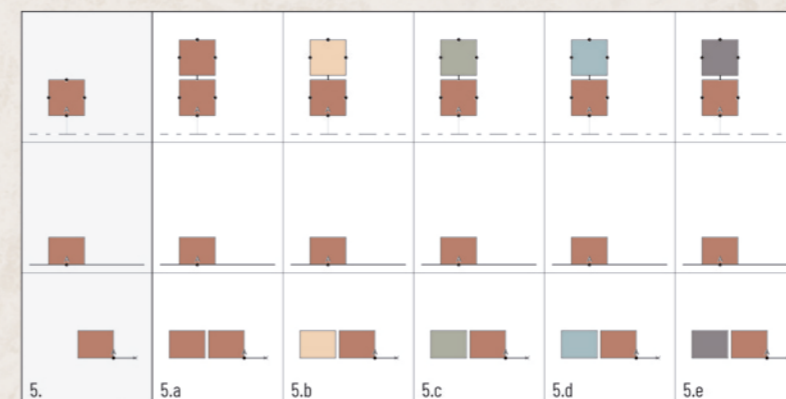
1. CASA DE ENTRADA



2. RELAÇÕES ESPACIAIS INTERIORES TRANSVERSAIS



3. RELAÇÕES ESPACIAIS INTERIORES LONGITUDINAIS



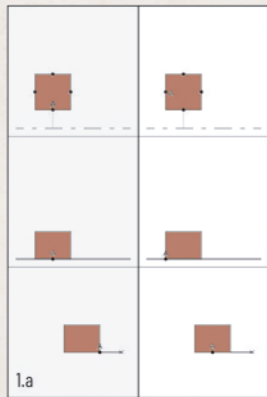
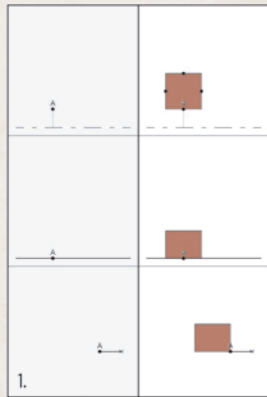
4. ALINHAMENTO DE PAREDES INTERIORES



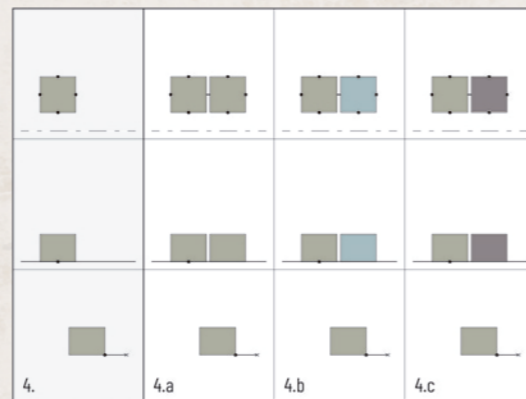
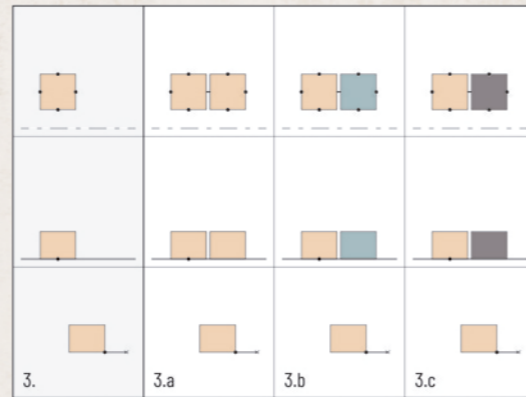
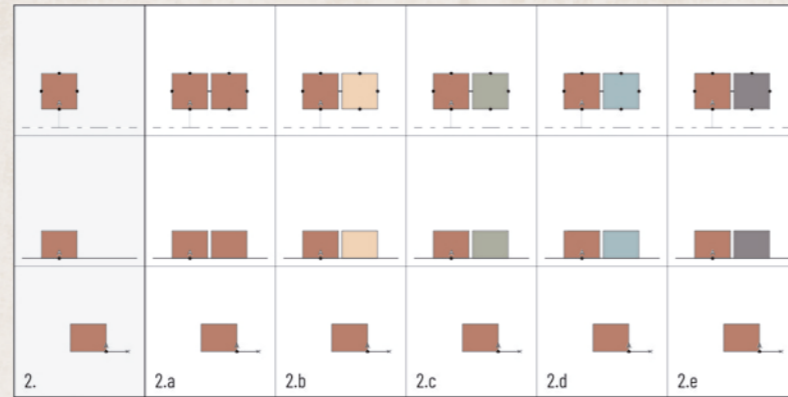
UMA GRAMÁTICA CONTEMPORÂNEA DE GÊNESE VERNACULAR

1 | DEFINIÇÃO DO ESPAÇO INTERIOR (ESPAÇO VIVIDO)

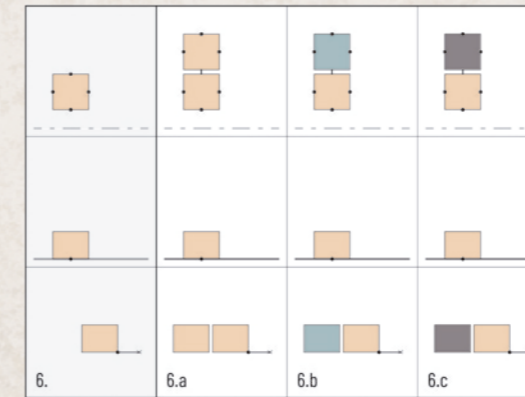
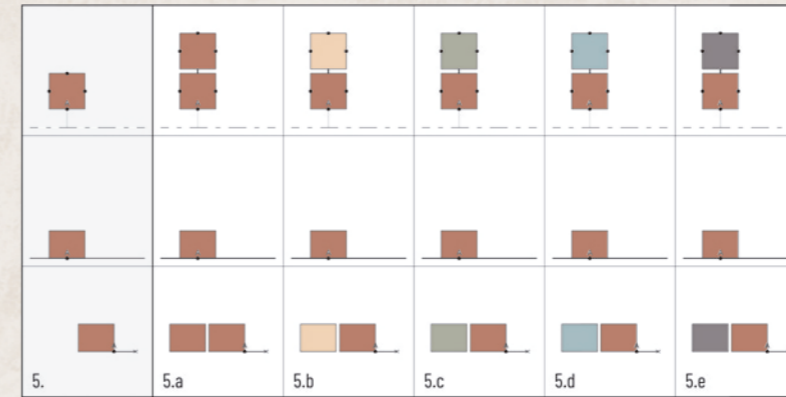
1. CASA DE ENTRADA



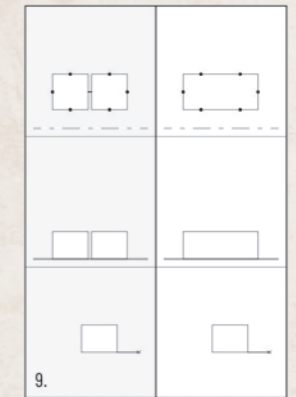
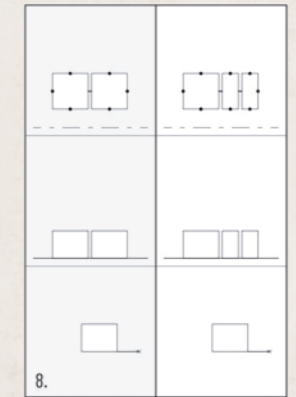
2. RELAÇÕES ESPACIAIS INTERIORES TRANSVERSAIS



3. RELAÇÕES ESPACIAIS INTERIORES LONGITUDINAIS

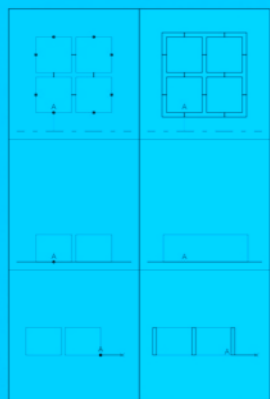


4. ALINHAMENTO DE PAREDES INTERIORES

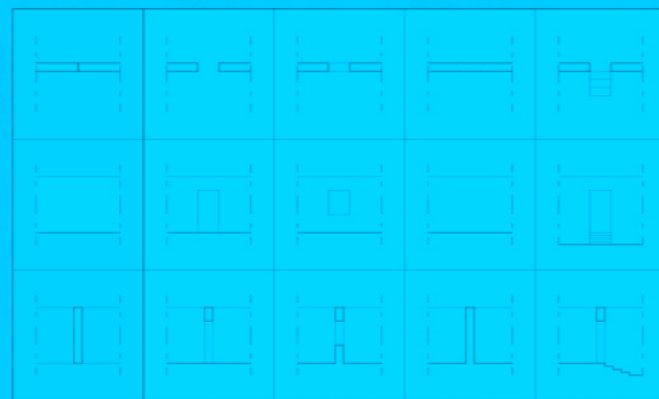


2 | DEFINIÇÃO DE PAREDES (ESPAÇO CONSTRUÍDO)

1. DEFINIÇÃO DE PAREDES EXTERIORES

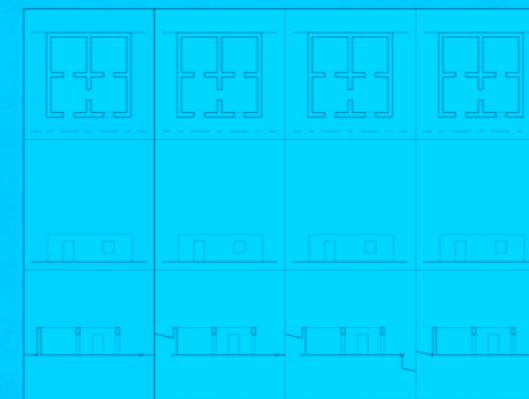


2. DEFINIÇÃO DOS VÃOS

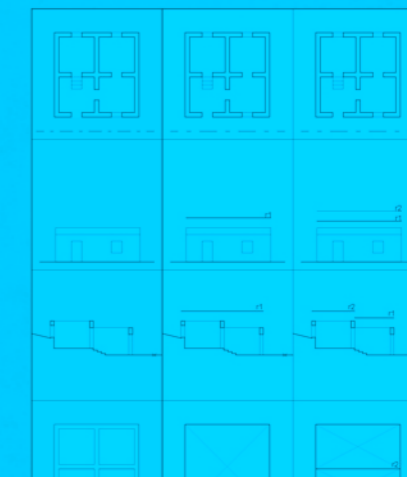


3 | RELAÇÃO COM A ENVOLVENTE

1. RELAÇÃO COM A TOPOGRAFIA

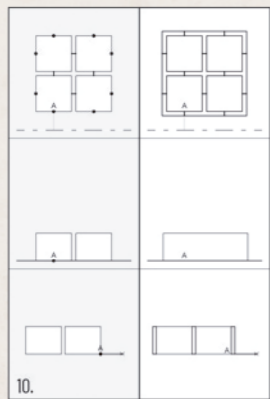


2. DEFINIÇÃO DA COBERTURA

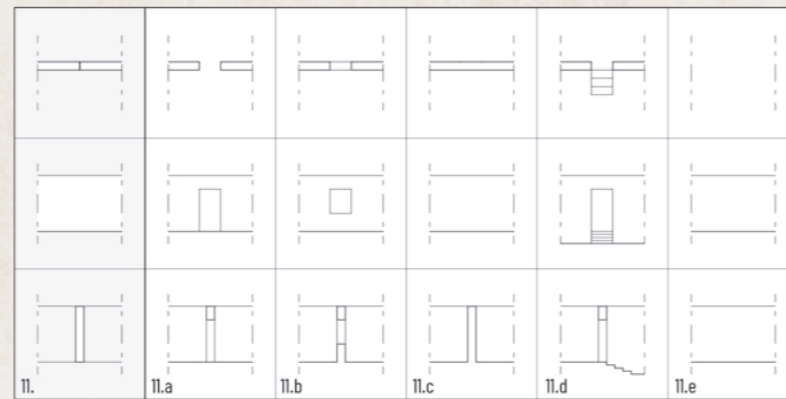


2 | DEFINIÇÃO DE PAREDES (ESPAÇO CONSTRUÍDO)

1. DEFINIÇÃO DE PAREDES EXTERIORES

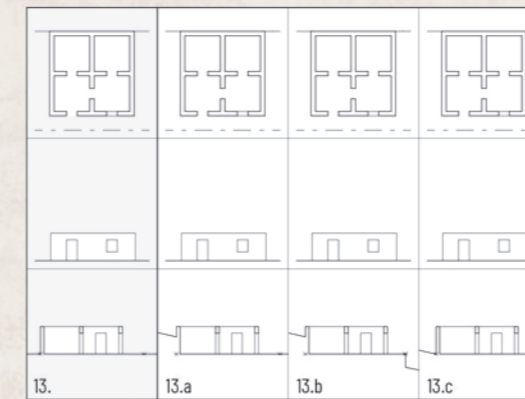


2. DEFINIÇÃO DOS VÃOS

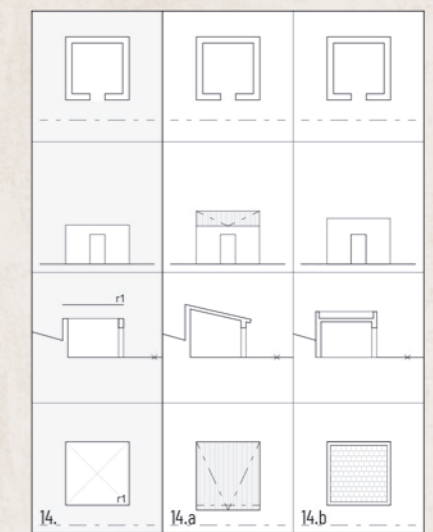


3 | RELAÇÃO COM A ENVOLVENTE

1. RELAÇÃO COM A TOPOGRAFIA

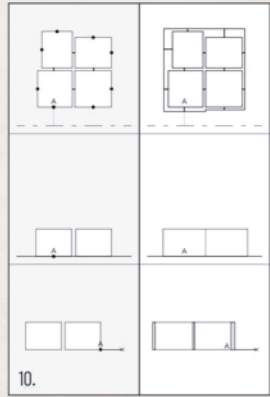


2. DEFINIÇÃO DA COBERTURA

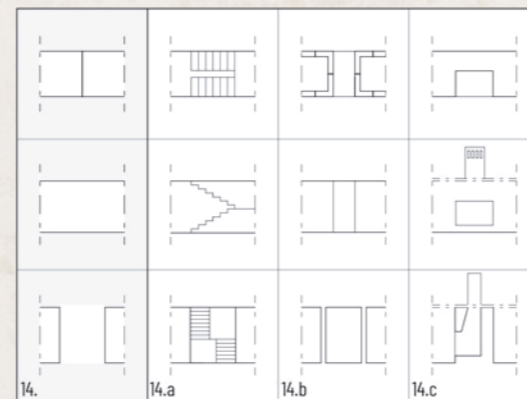
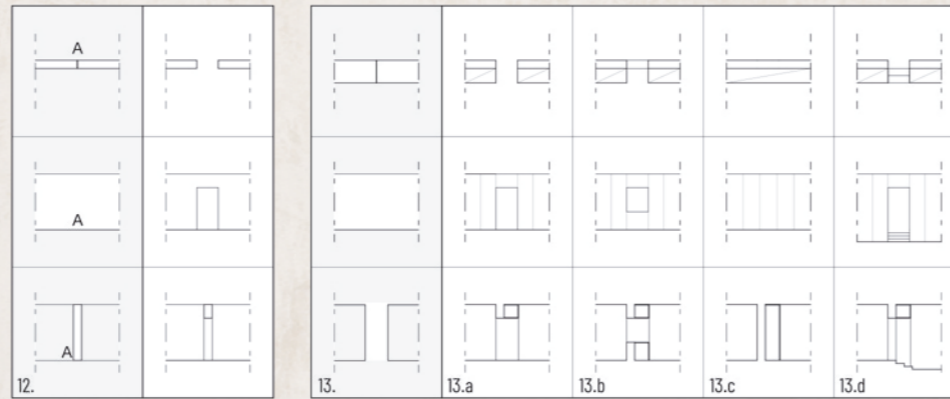
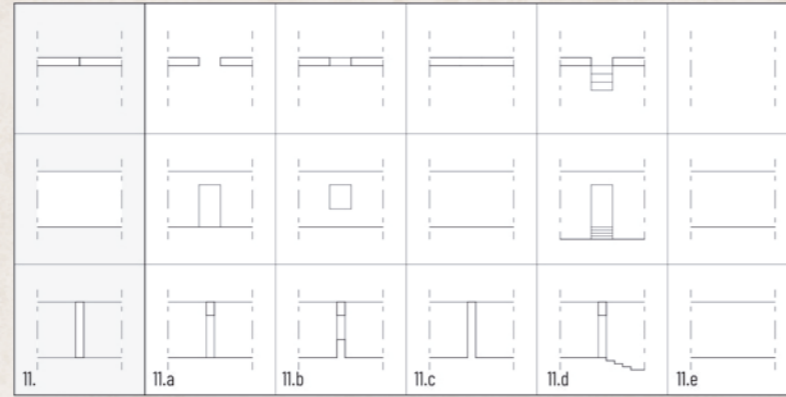


2 | DEFINIÇÃO DE PAREDES (ESPAÇO CONSTRUÍDO)

1. DEFINIÇÃO DE PAREDES EXTERIORES

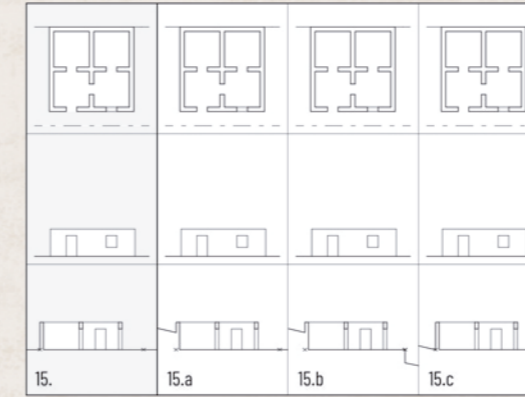


2. DEFINIÇÃO DOS VÃOS

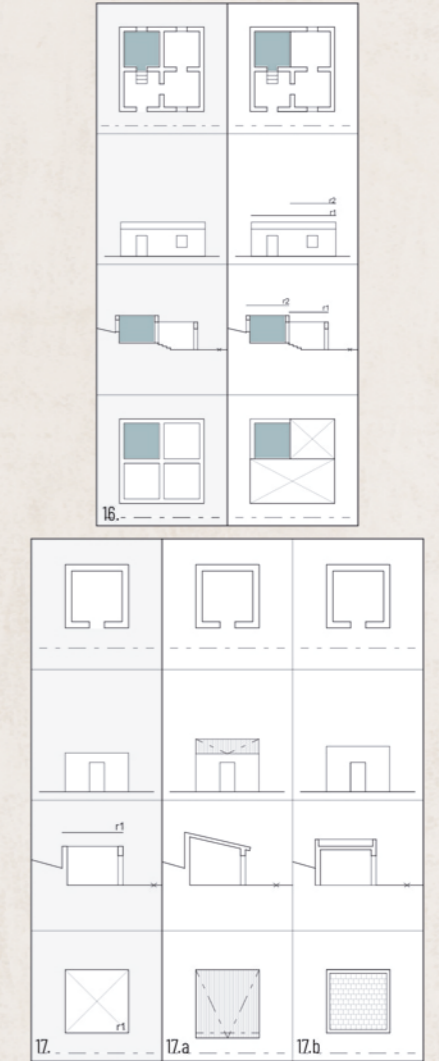


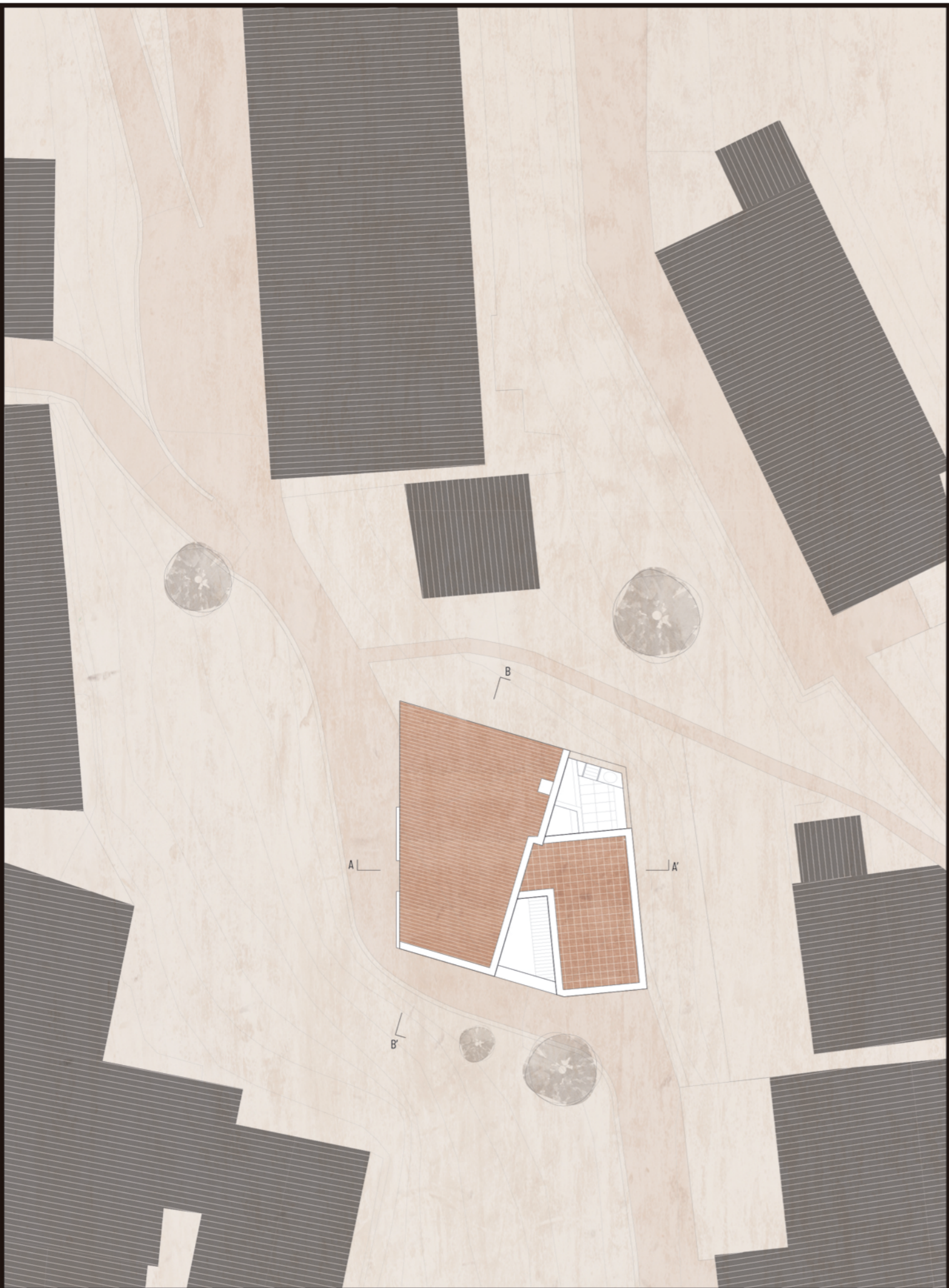
3 | RELAÇÃO COM A ENVOLVENTE

1. RELAÇÃO COM A TOPOGRAFIA



2. DEFINIÇÃO DA COBERTURA



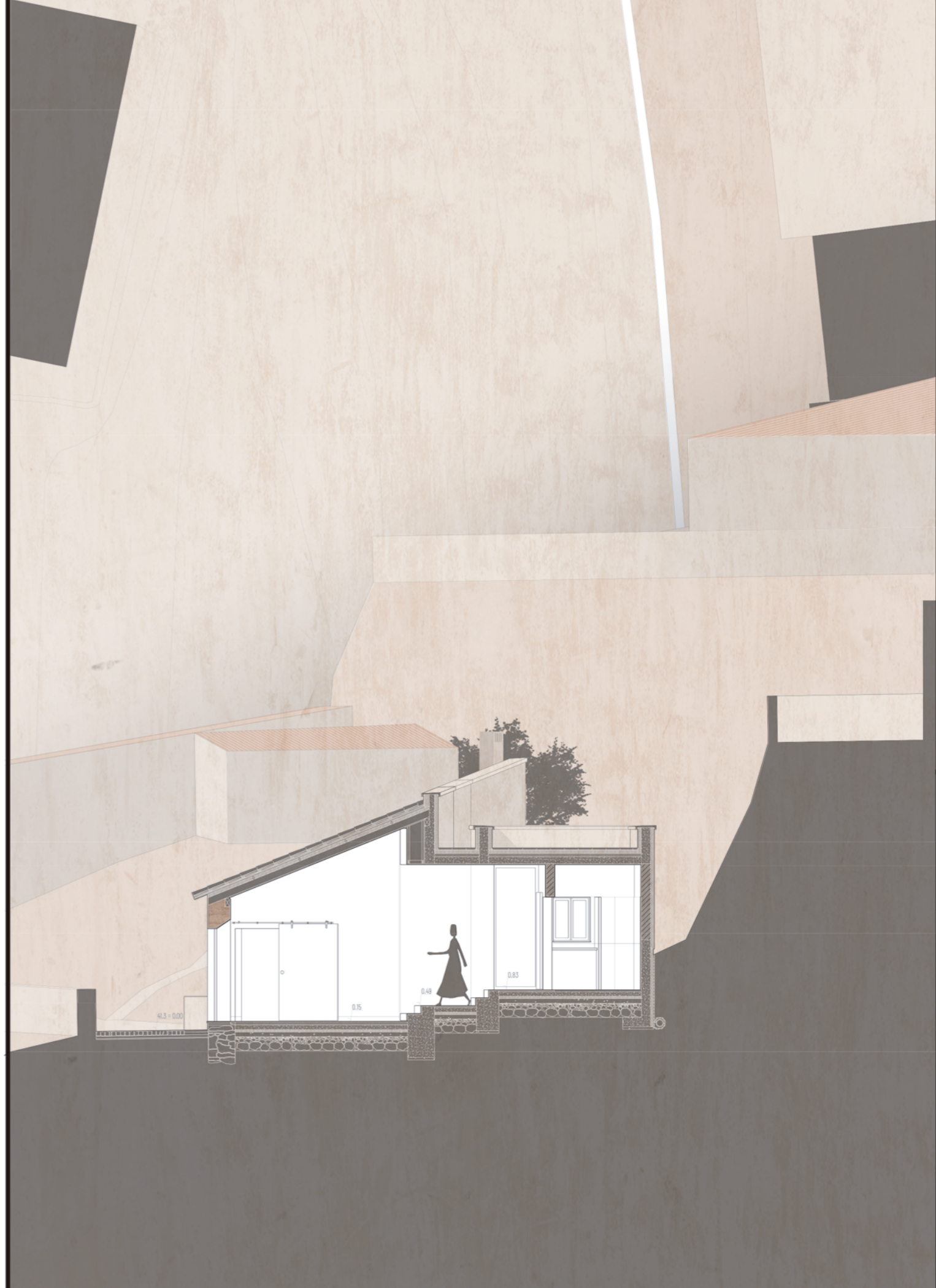


PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
Escala 1:100





CORTE BB'
Escala 1:50



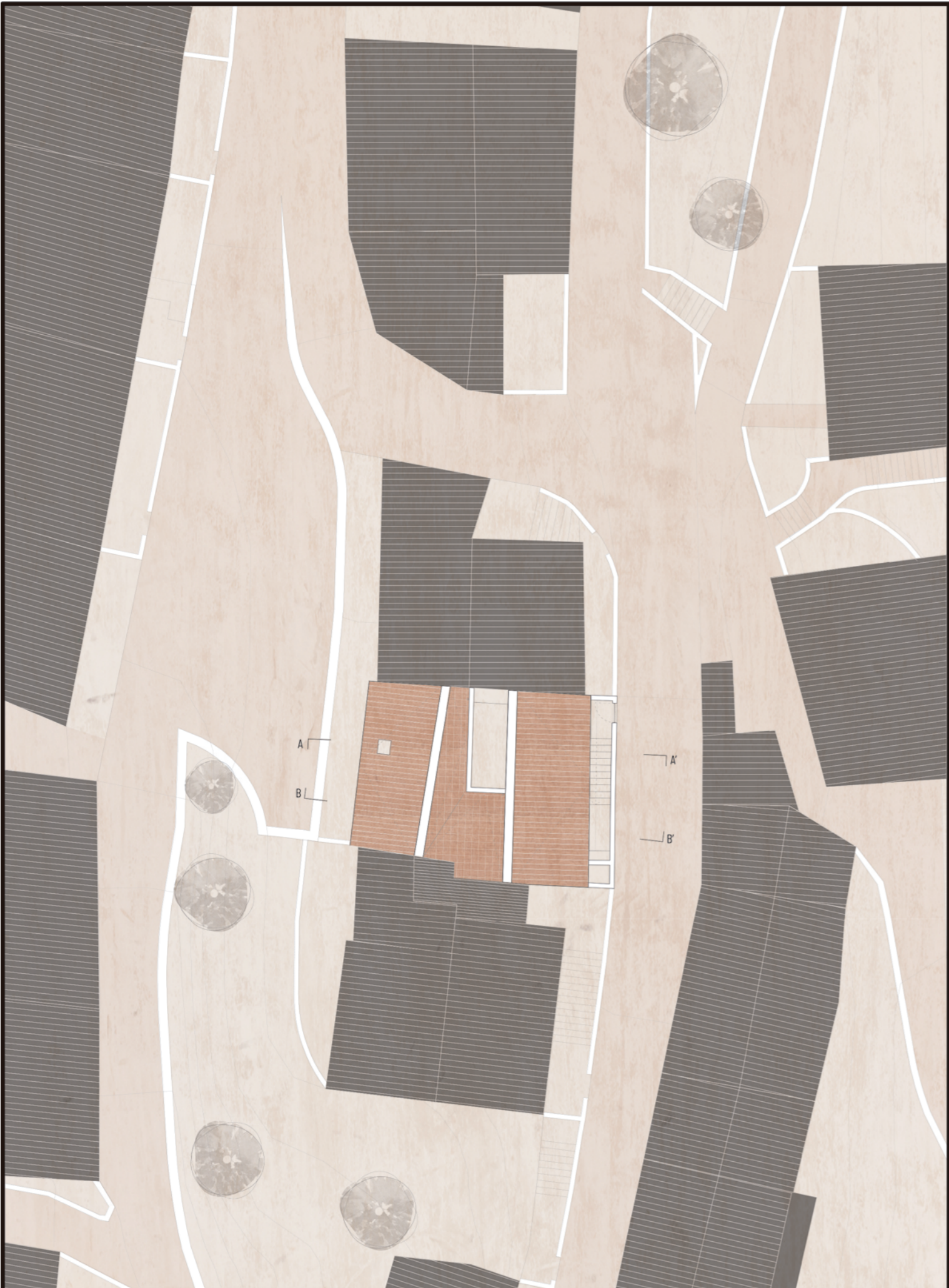
PLANTA PISO TÉRREO E CORTE AA'
Escala 1:50



AMBIÊNCIA



ALÇADO RUA DAS PARREIRAS
Escala 1:50



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
Escala 1:100



PLANTA PISO TÉRREO
Escala 1:50



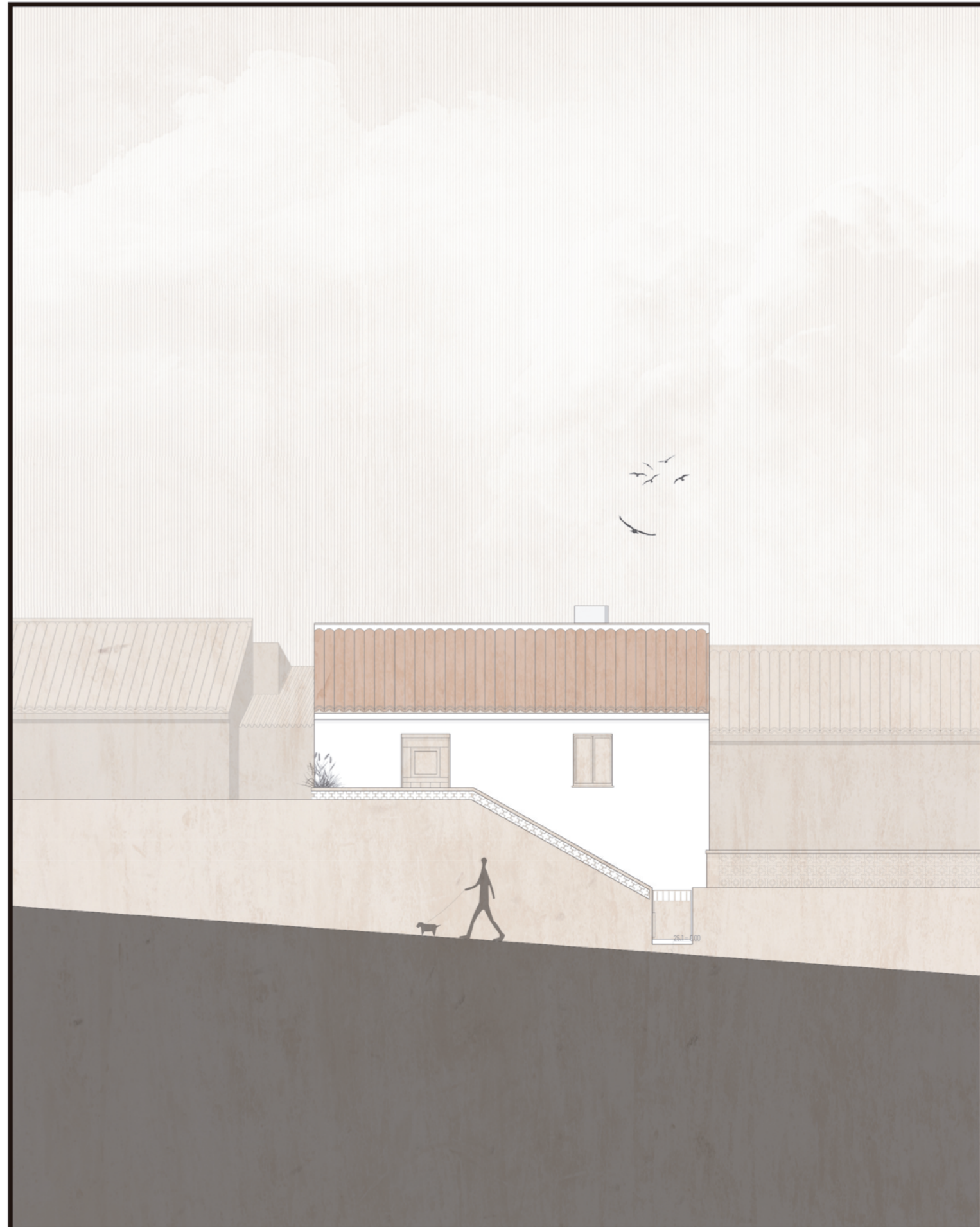
CORTE BB'
Escala 1:50



AMBIÊNCIA



CORTE BB'
Escala 1:50



ALÇADO RUA DAS CABEÇAS
Escala 1:50







AMBIÊNCIA



A

27.3-15

B

B'

A'

1.32

1.50

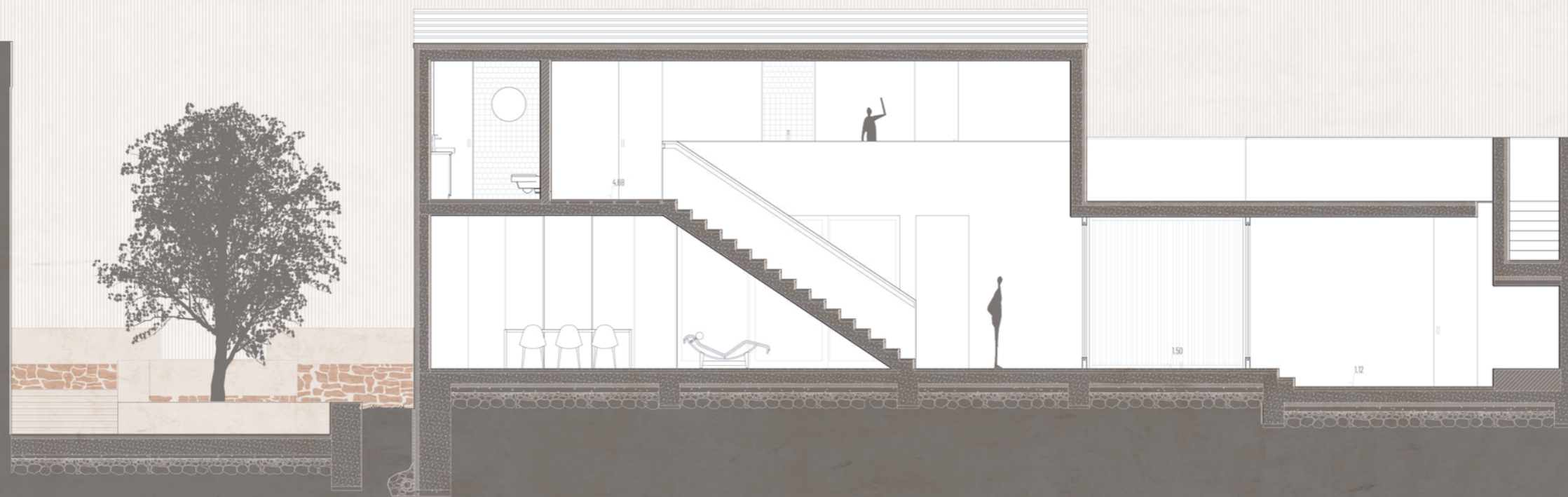
1.10

0.70

0.40

25.8-0.00

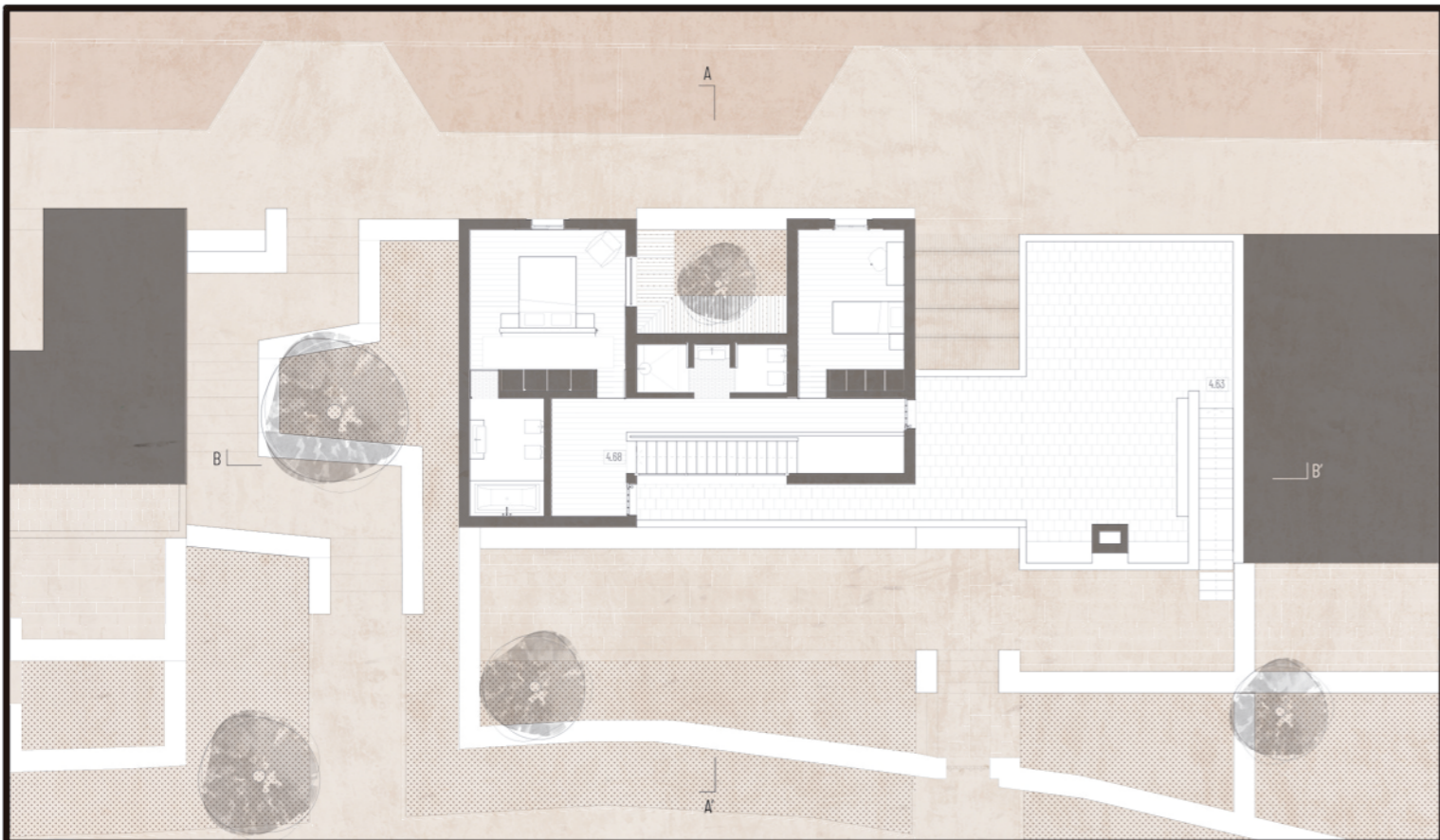




PLANTA PISO TÉRREO E CORTE BB'
Escala 1:50



ALÇADO FRENTE DE RUA
Escala 1:50



PLANTA PISO SUPERIOR
Escala 1:100



CORTE AA'
Escala 1:50



AMBIÊNCIA



AMBIÊNCIA

LEGENDA:

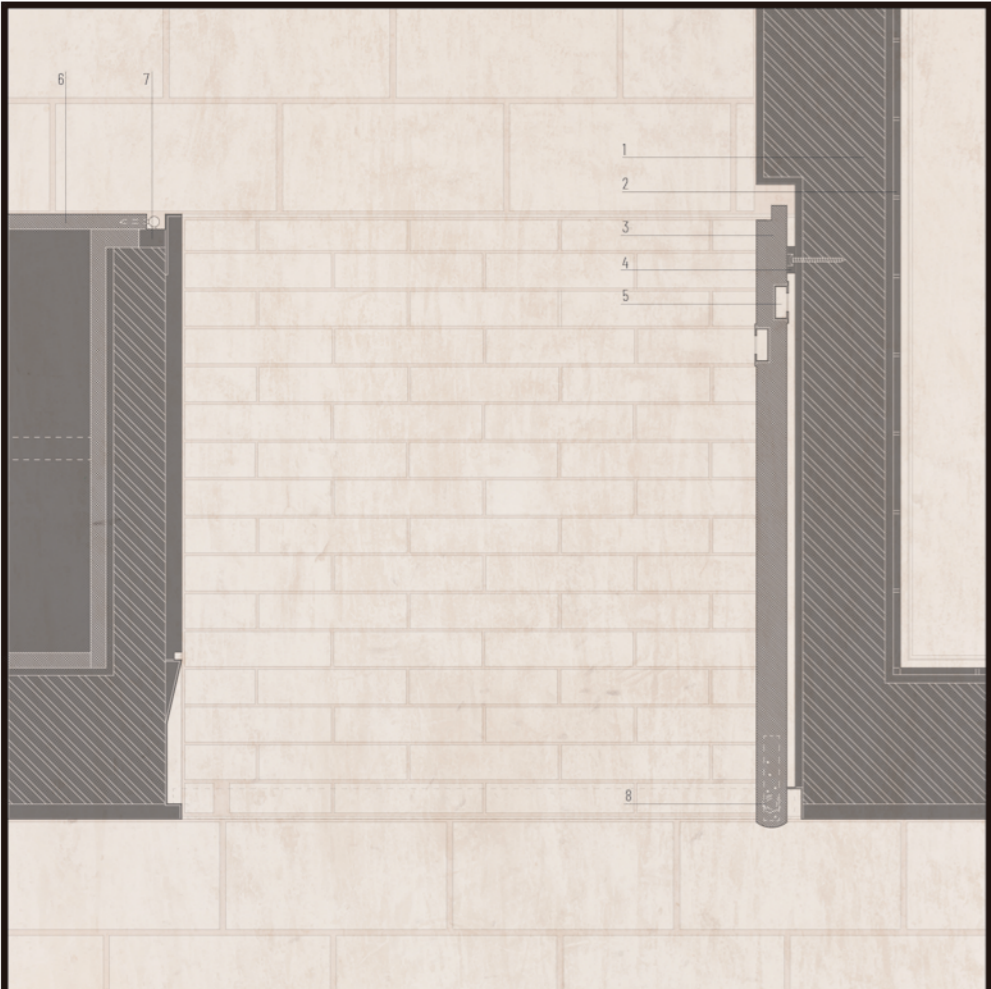
- 1. Reboco interior
- 2. Laje de betão armado
- 3. Isolamento térmico e acústico - Aglomerado negro de cortiça
- 4. Camada de regularização
- 5. Tijoleira cerâmica artesanal 30x30cm
- 6. Chaminé em aço galvanizado
- 7. Camada de cal (a cada 60cm)
- 8. Tijoleira artesanal 15x30cm como elemento de prevenção de erosão
- 9. Tijolo refratário "tipo burro" artesanal
- 10. Calceira de recolha de águas com manta geo-textil
- 11. Entrada de ar do exterior (125mm de diâmetro)
- 12. Membrana drenante
- 13. geodreno
- 14. Betão de limpeza
- 15. Tijoleira cerâmica artesanal 15x30cm



PORMENOR CONSTRUTIVO
Escala 1:20



PLANTA PISO TÉRREO
Escala 1:50



PORMENOR CONSTRUTIVO
Escala 1:5

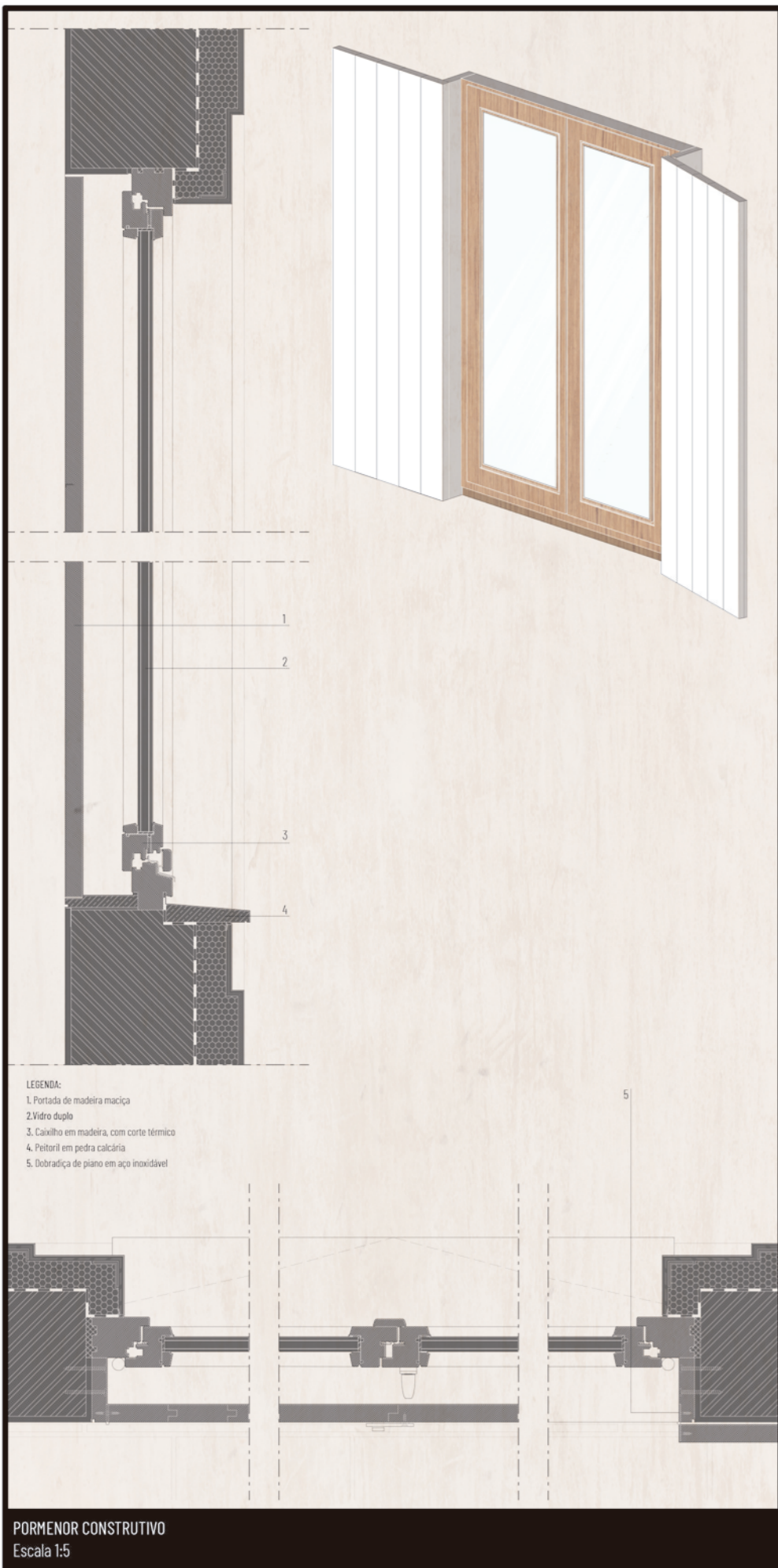


PORMENOR CONSTRUTIVO
Escala 1:5

- LEGENDA:
1. Parede de alvenaria de tijolo
 2. Azulejo branco 10x10cm
 3. Porta de madeira maciça, lacada a branco
 4. Batente de borracha
 5. Puxador em aço inoxidável
 6. Estrutura de armário em MDF, lacado a branco
 7. Dobradiça de pino para mobiliário
 8. Giro pivotante com mola hidráulica
 9. Isolamento térmico e acústico - Aglomerado negro de cortiça
 10. Argamassa de colagem e regularizadora
 11. Barramento armado com rede de fibra de vidro e acabamento branco
 12. Porta em madeira maciça



AMBIÊNCIA



PORMENOR CONSTRUTIVO
Escala 1:5

